

Indicações de recepção

676A SETUBAL P



TELEGRAMA

Rst
3040

SB66 SANTIAGO CAGEM TEF SINES 1034 29 14 1245

PREAMBULO: estação de origem número de ordem quantidade de palavras hora de recepção

ENDEREÇO

MESA ASSMBLEIA GERAL SINDICATO

BANCARIOS RUA SÃO JOSE 131 LISBOA =



CD25A

TEXTOS ASSINATURA

TRABALHADORES ULTRAMARINO SINES CONGRATULADOS

NACIONALISAÇÃO BANCA PROPOEM QUE RUA OURO SE PASSE

CHAMAR RUA TRABALHADORES BANCARIOS = TRABALHADORES

ULTRAMARINO SINES

Indicações de serviço

COL 131 +

66

Indicações de recepção

COP

1119 VITORIA



TELEGRAMA

TM3 TOMAR 3 18 14 1035

PREAMBULO: estação de origem — número de ordem — quantidade de palavras — data — hora de aceitação

ENDEREÇO

RST

SINDICATO BANCARIOS

RUASAOJOSE 131

LISBOA2

3017

CD25A

TEXTOS E ASSINATURA

TRABALHADORES CAIXA GERAL DEPOSITOS TOMAR GONGRATULAM SE NACIONALIZA-
ÇÃO BANCA UNIDOS VENCEREMOS VIVA PORTUGAL



Indicações de serviço

informação

SINDICATO
BANCÁRIOS
LISBOA

N.º 17

24 MARÇO 1975

★ Nacionalização ★ a Banca é do Povo ★



O Presidente
da República
anuncia
a Nacionalização
da Banca

**A Banca
é do Povo**



O SÉCULO

LISBOA

1 MAR. 1975

Operários do Banco de Portugal

Numa reunião geral de operários do Banco de Portugal, com a presença de elementos da comissão de delegados sindicais, no refeitório do banco, foi aprovada uma proposta em que se salientam os seguintes pontos: aguardar até 10 de Março para prosseguirem a sua luta, caso as reivindicações apresentadas não sejam satisfeitas (recorda-se que continuam por resolver, pela administração, todos os pontos do caderno reivindicativo, no que respeita aos operários); nomear uma comissão de trabalhadores, que, conjuntamente com os delegados sindicais, tem plenos poderes para encaminhar o processo de luta; e dar conhecimento imediato à administração e a todos os sindicatos representados no Banco de Portugal, dos termos desta proposta.

Foi também aprovado, por aclamação, o envio de um voto de solidariedade e apoio totais à justa luta dos trabalhadores do Rádio Renascença.

Acordo colectivo de trabalho para a Caixa Económica do Funchal

Da negociação directa de um acordo colectivo de trabalho, entre o Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa e a Caixa Económica do Funchal, resultou um clausulado que, na essência, acompanha, de perto, as regalias conquistadas pelos bancários.

O acordo explicita, entre outros pontos, algumas medidas que determinam maiores garantias para os trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito aos direitos específicos de menores, mulheres e trabalhadores-estudantes, aos meios assegurados ao Sindicato, visando um controlo da legalidade laboral, por parte do patronato, e ao congelamento de uma possível tendência ao abuso do trabalho extraordinário. São ainda consagradas medidas para desencorajar o despedimento sem justa causa, bem como de defesa do trabalhador no desemprego, na doença, na invalidez e na reforma. No que diz respeito ao acesso profissional, as partes contratantes acordaram igualmente algumas normas, pois, «prevendo a hipótese de impossibilidade de promoção às categorias imediatamente superiores, pela inexistência de vagas, cria-se um sistema de diuturnidades de número ilimitado». Quanto a férias e subsídios, a convenção explicita que todos os trabalhadores terão direito ao gozo de 30 dias, em cada ano, excluindo na sua contagem os feriados obrigatórios e os dias de descanso semanal e a receberem, no início daquelas, e dez dias antes do Natal, respectivamente, subsídios de igual montante aos vencimentos mensais.

Este acordo vigorará pelo salarial anexa durante um ano.

1 MAR. 1975

MDP/CDE**Sessão
de esclarecimento
para bancários**

O Movimento Democrático Português/C.D.E. leva a efeito, na terça-feira, pelas 21 e 30, na Voz do Operário, uma sessão de esclarecimento destinada aos bancários.

Nessa sessão participarão, pela Comissão Central do M.D.P./C.D.E.: Ana Maria Alves, Tavares da Cruz, António Cabral e Tomás Rodrigues. O tema central, em debate, será: «Transformação progressiva na Banca».

1 MAR. 1975

Acordo do Sindicato dos Bancários de Coimbra com a Caixa Agrícola de Leiria

Por negociação directa, foi celebrado um acordo colectivo de trabalho entre o Sindicato dos Bancários de Coimbra e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, no qual se definem as categorias de todos os trabalhadores da Caixa, bem como as respectivas atribuições e se fixa o mínimo de retribuições salariais.

A convenção, já publicada no boletim do Ministério do Trabalho e a vigorar pelo prazo de dois anos, consta de 100 cláusulas que esclarecem dos direitos e deveres dos trabalhadores e do patronato, regulamentando, entre outros, os seguintes pontos: condições de prestação de trabalho (horários, trabalho extraordinário, férias, faltas e licença); subsídios de férias e do Natal (correspondentes a 1 mês

de retribuição); diuturnidades; despedimentos e cessação do contrato (indemnizações respectivas) e trabalho de mulheres e de menores.

Entre os pontos mais importantes do acordo destaca-se o do trabalho extraordinário. O trabalhador pode deixar de prestá-lo por motivos com a «participação na vida cívica e sindical» e a «frequência de estabelecimentos de ensino ou necessidade de estudar».

O acordo estabelece que o trabalho extraordinário só poderá ser prestado, nomeadamente, «quando as entidades patronais tenham de fazer face a acréscimos anormais e imprevisíveis de trabalho, que não possam ser executados através da admissão de mais empregados, ou da adopção de convenientes medidas de organização de serviços».

2 MAR. 1975

BANCÁRIOS REJEITAM PROPOSTA DIRECTIVA SOBRE HORÁRIO NACIONAL DE TRABALHO

APROVADO UM MÁXIMO DE 45 HORAS SEMANAIS

A questão do Horário de Trabalho Nacional com certeza que irá levantar polémica entre os vários sectores sócio-profissionais e, consequentemente, entre as organizações políticas.

Anteontem, à noite, a Direcção do Sindicato dos Bancários do Porto perdeu a primeira «batalha». De facto, numa assembleia realizada na salão de F. N. A. T. e que teve a participação de algumas centenas de associados. Em causa duas propostas: uma apresentada pela direcção em que se propunha «a imediata redução para horários com o limite máximo de 40 horas semanais; não agravamento dos horários de trabalho já existentes e que constituem direitos adquiridos pelos trabalhadores; a gestão das horas de trabalho pertence exclusivamente aos próprios trabalhadores; deve ser abolido o trabalho extraordinário e a jornada continua; o trabalho por turnos e o trabalho nocturno só devem ser considerados quando venham beneficiar a economia nacional e a população portuguesa em geral; descanso semanal de dois dias consecutivos; e período de férias nun-

ca inferior a 30 dias por ano, para todos os trabalhadores».

Esta proposta foi altamente contestada tendo os responsáveis da direcção sustentado, a dado momento, que a opção que se oferecia era bem clara e ou optar por uma proposta (e da direcção) que visava fundamentalmente o derrubamento do sistema capitalista — o objectivo fundamental na luta contra pelo socialismo ou, simplesmente aceitar as sugestões da Comissão Interministerial aliás consignadas na proposta apresentada pelo associado sr. Gaspar Martins e que foi aprovada por larga maioria que, segundo ainda o porta-voz da direcção, sr. Júlio Ribeiro «aponta um caminho neocapitalista».

A proposta aprovada tem o seguinte teor: «deverá ser instituído no mais curto lapso de tempo necessário à sua aplicação prática, nas diversas actividades económicas, o regime de horário de trabalho nacional de 45 horas, como limite máximo legalmente consentido de trabalho semanal; o desenvolvimento económico através da execução prática do Plano Económico do Governo Provisório

deverá ser programado de molde a que se crie com mais celeridade possível condições

(CONT. NA PAG. SEGUINTE)

BANCÁRIOS APROVAM HORÁRIO

(CONT. DA PAG. ANTERIOR)

de bem-estar geral que permita a institucionalização em todas as actividades da semana de 40 horas; não deverá ser interdito, salvo em clara situação de emergência nacional e estritamente durante essa situação, o direito ao trabalho, através das suas organizações sindicais, reivindicando a diminuição do horário contratual de trabalho; às estruturas sindicais representativas dos trabalhadores deverão ser legalmente reconhecidas os mais amplos poderes de controlo de horário de trabalho, especialmente nos aspectos da sua duração, trabalho nocturno e extraordinário; não devem ser agravados os actuais horários de trabalho, cuja negociação de resto deve competir exclusivamente às associações sindicais com as patronais; ratificação da convenção 132, de 1970, da OIT, com a consagração legal do mínimo de três semanas de férias».

1 MAR. 1975

CONTINUA A LUTA DOS OPERÁRIOS DO BANCO DE PORTUGAL

Reunidos com elementos da comissão de delegados sindicais, os operários do Banco de Portugal decidiram aguardar até 10 de Março pela satisfação das suas reivindicações

nomear uma comissão de trabalhadores que, conjuntamente com os delegados sindicais, tem plenos poderes para encaminhar o processo de luta; dar conhecimento imediato à administração e a todos os sindicatos representados no Banco de Portugal dos termos destas suas resoluções.

Finalmente, os operários decidiram solidarizar-se com a «justa luta dos trabalhadores de Rádio Renascença».

2 MAR. 1975

Os bancários de P. Delgada

decidiram aderir à União

Distrital de Sindicatos

A Comissão dos Delegados do Distrito de Ponta Delgada do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários enviou-nos a seguinte informação:

«Na passada 4.ª-feira, realizou-se uma reunião de associados do Sindicato dos Empregados Bancários, neste Distrito, na qual foi ratificada a posição condicionalmente tomada pelos Delegados, de aderência dos Bancários à UNIÃO DISTRITAL DE SINDICATOS.

Após animado debate, foi aprovada por maioria a proposta apresentada pela Comissão de Delegados, do seguinte teor:

- 1.º) Fazer parte da UNIÃO DISTRITAL DE SINDICATOS;
- 2.º) Fazer parte do Secretariado da referida UNIÃO, conforme ven-

tade expressa pelas 12 Estruturas Sindicais presentes».

Assim, os Bancários conscientes do valor e interesse desta UNIÃO para toda a classe trabalhadora deste Distrito, dão o primeiro passo para a concretização da mesma».

Bancários analisam o «Estudo do Horário de Trabalho Nacional»

EXECUÇÃO PRÁTICA DO PLANO ECONÓMICO
DEVERÁ CONDUZIR À SEMANA DE 40 HORAS

Nas instalações da F. N. A. T., à Praça da Batalha, reuniu-se, anteontem à noite, a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Bancários do Porto, para análise do relatório da Comissão Interministerial para Estudo do

Comissão Interministerial refere a existência de um amplo leque de tipos de horários de trabalhos semanais, com valores que se estendem desde 32 horas até 48 ou mais.

O documento fixa, como provável, a data de 1 de Ja-

presentada uma segunda proposta, que, sujeita a votação, foi aprovada por maioria. A proposta da Direcção do Sindicato obteve 48 votos a favor, com algumas abstenções, encontrando-se na sala, no momento de votar, 236 sócios.



A gravura mostra os elementos dos corpos directivos do Sindicato dos Bancários. Um dos sócios intervém sobre o horário igual de trabalho para toda a população portuguesa

Horário de Trabalho Nacional.

Orientou a sessão o presidente da Assembleia, Alberto Andrade.

A análise incidiu sobre a adopção de um horário único para a população portuguesa e formas de o atingir, e toda a problemática envolvente, como período de férias, horário extraordinário, descanso semanal e a questão do desemprego.

Nas sucessivas intervenções, o problema foi situado em função da realidade política e sócio-económica e da sua provável evolução, e bem assim do esforço físico e intelectual exigido ao trabalhador no desempenho da sua missão.

No concernente ao horário normal e extraordinário, foi acentuado o facto de não ter havido ainda o necessário saneamento nas empresas, onde prolifera a hierarquia da incompetência, que vem sendo compensada pelo trabalho extraordinário. Urge, assim, a reestruturação dos serviços e reclassificação das pessoas, dado que estruturas caducas e ultrapassadas ainda campeiam na banca e noutras empresas.

DUAS PROPOSTAS

No início da sessão, a Direcção do Sindicato apresentou uma proposta, que preconizava o horário máximo de 40 horas semanais, entre outras cláusulas.

A propósito, o Estudo da

neiro do próximo ano para a uniformização, a nível nacional — e sem prejuízo de algumas excepções, se for caso disso — da duração normal máxima do trabalho nas 45 horas semanais. Em consequência, os horários ainda superiores a 45 horas deverão ser adaptados, de molde a atingir, progressivamente, aquele limite nos anos de 1975 e 1976. Quanto aos limites de duração já atuados abaixo das 40 horas (caso dos bancários, em que é de 35), o Estudo aponta duas hipóteses: a manutenção do seu congelamento ou o seu agravamento até às 40 horas.

«Ambas as soluções — salienta-se — deverão ser amplamente discutidas com os sindicatos interessados e as associações patronais».

Intervindo, o presidente da Direcção sublinhou que o problema é político, enquadrando não apenas o horário nacional mas todos os interesses da população portuguesa, devendo considerar o derrube do sistema capitalista. Neste contexto, se compreendia a proposta, de horário de 40 horas. Entretanto, outras intervenções defenderam posição diferente, mediante adopção de metas progressivas, dada a situação global da economia nacional. O último orador acusaria que alguns bancários não querem trabalhar mais, mas não se preocupam muito com que os outros trabalhem menos. E alertou: «Cuidado com as traíções à classe operária deste país».

No decorrer da reunião, foi

É de teor seguinte a proposta aprovada:

«Deverá ser instituído, no mais curto espaço de tempo necessário à sua aplicação prática nas diversas actividades económicas, o regime de horário de trabalho nacional de 45 horas como limite máximo legalmente consentido de trabalho semanal; o desenvolvimento económico, através da execução prática do Plano Económico do Governo Provisório, deverá ser programado de molde a que se criem, com a maior celeridade possível, condições de bem-estar geral que permitam a instituição, em todas as actividades, da semana de 40 horas; não deverá ser interdito, salvo em clara situação de emergência nacional e estritamente durante essa situação, o direito de os trabalhadores, através das suas organizações sindicais, reivindicarem diminuições do horário contratual de trabalho; as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores deverão ser legalmente reconhecidas os mais amplos poderes de controlo do horário de trabalho, especialmente nos aspectos da sua duração, turnos, trabalho nocturno e extraordinário; Não deverão ser agravados os actuais horários de trabalho, cuja negociação, de resto, deverá competir, exclusivamente, às associações sindicais com as associações patronais; ratificação da Convenção n.º 132, de 1970, com a consagração legal do mínimo de três semanas de férias».



A Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Bancários reuniu-se, no salão da F.N.A.T., para discutir o Estudo do Horário de Trabalho Nacional, elaborado por uma Comissão Interministerial

D. NOT. 4 MAR 1975

Exigido o despedimento sem indemnização do secretário-geral da administração do Banco da Agricultura

A comissão de delegados sindicais do Banco da Agricultura, em comunicado datado de 28 de Fevereiro, dá publico conhecimento de ter findado o prazo de um mês, concedido á administração para dar cumprimento á decisão tomada em Reunião Geral de Trabalhadores, de despedir sem indemnização o dr. Almerindo da Silva Marques, secretário-geral da administração. Uma vez que aquela entidade o não fez «afirmando não lhe ser licito dar cumprimento á decisão tomada, antes querendo um inquerito, superiormente orientado pelas instancias governamentais competentes», os trabalhadores, reunidos em R.G.T., «decidiram exigir o imediato cumprimento da decisão tomada e, entretanto, organizarem-se em piquetes com o fim de impedirem a entrada do dr. Almerindo da Silva Marques, nas instalações do Banco».

BANCO DA AGRICULTURA

Piquetes de ocupação impedem a entrada ao secretário-geral saneado

Os trabalhadores do Banco da Agricultura continuam hoje os piquetes que vêm mantendo a partir do dia 28. Estes piquetes, que funcionam desde as 9 às 20 horas, visam impedir a entrada nas instalações do Banco ao secretário-geral dr. Almeirindo da Silva Marques, saneado pelos trabalhadores. Estes, que tomaram a sua decisão democraticamente, deram um mês à administração para executar a sua vontade. A administração, porém, em vez de despedir sem indemnização aquele seu funcionário, como pretendiam os trabalhadores, defende um saneamento «orientado pelas instâncias governamentais».

Num comunicado que entretanto divulgaram, justificando

a ocupação das instalações com piquetes, assinala-se nomeadamente: «Afirmamo-nos dispostos a lutar pelo saneamento, exigimos o cumprimento das decisões tomadas, afirmamos firmemente não desejarmos tomar medidas de força, nem formas de luta mais avançadas, e, eventualmente, possam vir a ser aproveitadas e distorcidas contra a economia nacional e o interesse do povo português. Qualquer consequência, seja qual for a sua gravidade, é da exclusiva responsabilidade da administração do Banco da Agricultura, uma vez que não quer dar cumprimento à decisão dos trabalhadores.»

No mesmo comunicado se chama a atenção para o processo utilizado em relação a todos os indivíduos sobre os quais recaíam suspeitas de comprometimento capaz de, eventualmente, levar ao saneamento. Assim:

«Foram elaborados processos individuais em ordem ao saneamento. Com antecedência, aos visados, foi dado conhecimento das responsabilidades que se lhe imputavam, podendo defender-se, oralmente ou por escrito, na reunião geral, além de poderem ser defendidos por qualquer trabalhador. Só depois dum debate de acusação e de defesa se decidia o saneamento. As reuniões gerais necessitam da maioria simples de presenças e da maioria absoluta, para decisão. Esteve sempre assim garantido que não seria uma pequena minoria a fazer avançar e decidir o saneamento.»

REPÚBLICA 4/3/1975
ACORDO

PARA A CAIXA ECONÓMICA DO FUNCHAL

Um acordo colectivo de trabalho entre o Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa e a Caixa Económica do Funchal estabelece melhorias nomeadamente no respeitante aos direitos específicos de menores, mulheres e trabalhadores-estudantes. Haverá, também, um mais eficaz «controlo» da legalidade laboral e medidas para o congelamento de possível tendência ao abuso do trabalho extraordinário. Foram consagradas medidas para desencorajar o despedimento sem justa causa, e de defesa do trabalhador no desemprego, na doença, na invalidez e na reforma.

Sobre férias os trabalhadores terão direito a 30 dias.

4 MAR. 1975

TRABA

A LUTA DOS TRABALHADORES DO BANCO DE PORTUGAL

Os operários trabalhadores do Banco de Portugal resolveram, em plenário aguardar, até ao próximo dia 10, para prosseguirem a sua luta, caso as reivindicações apresentadas não sejam satisfeitas (continuam por resolver, pela administração, todos os pontos do caderno reivindicativo dos operários). Mais resolveram nomear uma comissão de trabalhadores que, em conjunto com os delegados sindicais, tem plenos poderes para encaminhar o processo de luta.

CAPITAL - 5/31/1975

Banco de Portugal

Decorre até 10 de Março o prazo concedido pelos trabalhadores do Banco de Portugal à respectiva administração para satisfazer os pontos incluídos no caderno reivindicativo. Esta decisão foi tomada na reunião efectuada no passado dia 27 de Fevereiro, meada uma comissão de trabalhadores que, conjuntamente com os delegados sindicais, tem plenos poderes para encaminhar o processo de luta.

Na referida reunião foi ainda aprovado, por aclamação, um voto de solidariedade e apoio à justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença.

REPÚBLICA - 6/MAR/1973

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO BOMBARRAL

O Contrato Colectivo de Trabalho celebrado entre a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral e o Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, a vigorar desde 8 de Janeiro do ano em curso, foi sujeito a pequenas alterações que as partes acordaram em acta de conciliação realizada com o apoio técnico do Ministério do Trabalho.

O contrato, válido por dois anos, contém ainda, entre outras cláusulas, as que asseguram subsídios (de férias e de Natal), remuneração para trabalho extraordinário e indemnizações por despedimento. No que se refere à «prestação de trabalho», estabelece o acordo que «à entidade patronal compete fixar

os termos em que deve ser prestado o trabalho mas que os regulamentos internos carecem de prévia autorização do Ministério do Trabalho, precedida de parecer favorável do Sindicato, que deverá ser emitido no prazo de 30 dias.»

1º Encontro Nacional dos Bancários Socialistas

LISBOA
8 e 9 de MARÇO
1975



PARTIDO SOCIALISTA

I ENCONTRO NACIONAL DOS BANCÁRIOS SOCIALISTAS

As comissões coordenadoras dos bancários socialistas das zonas centro, norte e sul, após constituída a Comissão do Encontro Nacional, levam a efeito nos dias 8 e 9 de Março a realização do 1.º Encontro Nacional dos Bancários Socialistas, com representação dos núcleos de bancários do continente, ilhas e camaradas da UGT (Unión General de Trabajadores de España — Sindicato de la Banca na clandestinidade).

O objetivo fundamental deste 1.º Encontro Nacional é o de estabelecer uma linha de acção comum aos bancários socialistas, quer no plano sindical quer no plano político, além de se estabelecerem relações de convívio entre trabalhadores do mesmo ramo profissionais aderentes e militantes do Partido Socialista.

Neste contexto, realizar-se-ão duas sessões nos dias 8 e 9 de Março, sendo:

8 de Março 1975 — Sessões restritas somente para aderentes e militantes.

9 Março 1975 — Sessão ampla para todos os trabalhadores bancários, independentemente da sua ideologia política ou opção partidária, e aos trabalhadores em geral.

Desta forma, após reunião conjunta da Comissão do Encontro Nacional, efectuada na secção do P. S. da Marinha Grande, constituída por bancários das zonas centro, norte e sul foi elaborado o seguinte programa para o 1.º Encontro Nacional dos Bancários Socialistas.

PROGRAMA

8 de Março de 1975 — Hotel das Arribas — Praia Grande (sessões restritas).

1.ª — Sessão: Início às 14,30 horas — com leitura e discussão de trabalhos e relatórios subordinados a temas sobre sindicalismo:

— Segredo Bancário.
— Comissões de Trabalhadores.

— Previdência dos Bancários.

— Estrutura Sindical: orientação Estatutária e direito de Tendência sindical.

— Horário de trabalho nacional.

2.ª — Sessão: Início às 21 horas — com leitura e discussão de trabalhos e relatórios

subordinados a temas sobre política e economia:

— Nacionalização da banca

— Dependência da banca privada em relação à banca nacionalizada

— Actuação dos bancos nacionalizados e capitalismo de Estado

— Papel da banca estrangeira em Portugal

— Regimes de concessão de créditos

— Problemas da concessão de créditos a restrições impostas às agências.

— Relatórios sobre a situação da empresa ou do sector no plano regional.

9 de Março 1975 — 3.ª Sessão — Início às 9 horas — Elaboração das conclusões em



LUTA SOCIALISTA

sínteses. Sessão Ampla (entrada livre).

9 de Março 1975 — Teatro Vasco Santana — Lisboa

Com início às 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.ª parte — Apresentação das conclusões

2.ª parte — Sessão cultural

3.ª parte — Encerramento do 1.º Encontro Nacional dos Bancários Socialistas.

No dia 8 de Março às 12,30 horas a concentração dos participantes, neste 1.º Encontro Nacional dos Bancários Socialistas, far-se-á na Praça da Indústria (FIL), seguindo em caravana para o Hotel das Arribas, com passagem pela sede do Partido Socialista, na Rua de S. Pedro de Alcântara e pela Comissão Nacional do Trabalho, na Av. Duque D'Avila.

Marinha Grande, 2 de Março de 1975

A Comissão do Encontro Nacional

P. S. As pessoas que quiserem poderão tomar as suas refeições no «self-service» do hotel.

REPÚBLICA - 6 MAR 1975

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL

(Sessão Ordinária)

Convocam-se os sócios deste Sindicato para uma Sessão Ordinária, a realizar no dia 6 de Março, às 21,30 h., no Salão da Sociedade de Instrução e Beneficência «A VOZ DO OPERÁRIO», Rua da Voz do Operário, 11-15, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. INFORMAÇÕES;
2. APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E DAS CONTAS DA DIRECÇÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1974.

Lisboa, 4 de Março de 1975.

O Segundo Secretário da Mesa
da Assembleia Geral

a) Francisco Teodósio Juradinho Serrano

SÁBADO E DOMINGO, EM LISBOA

I ENCONTRO NACIONAL DOS BANCÁRIOS SOCIALISTAS

Os trabalhadores bancários socialistas das zonas Centro, Norte e Sul, com representações em toda a banca, nacionalizada e privada, bem como restantes instituições de crédito, vão realizar, no próximo fim-de-semana, o I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas.

A fim de dar a conhecer o programa, realizou-se, hoje, ao princípio da tarde, na sede do Partido Socialista, uma conferência de Imprensa, a que estiveram presentes: Tavares Corde (Banco de Fomento), Orlando Rola (Banco Fernandes Magalhães), Paulo Martins (Crédit Franco-Português), Rui Castelo Mendes e Barbosa de Oliveira (ambos do Banco Pinto de Magalhães), Luís Gomes de Araújo (Banco de Portugal) e José Teles, da Comissão de Trabalho do P. S.

O Encontro foi organizado pelas Comissões Coordenadoras dos Bancários Socialistas (eleitas pelas bases), e terá representações dos núcleos bancários do Continente, Ilhas e camarádas da U. G. T. (Union General de Trabajadores de España — Sindicato de la Banca, na clandestinidade).

Diz o programa: «O objectivo fundamental deste I Encontro Nacional é o de estabelecer uma linha de acção comum aos bancários socialistas, quer no plano sindical quer no plano político, além de se estabelecerem relações de convívio entre trabalhadores do mesmo ramo profissional aderentes e militantes do Partido Socialista.» Neste contexto, haverá duas sessões: uma no sábado, às 14 e 30, no Hotel das Arribas (em regime de autogestão, há muito posto em execução pelos seus trabalhadores, como «Diário Popular» noticiou desenvolvimento), sessão esta restrita

somente para aderentes e militantes; e no domingo, às 15 horas, no Teatro Vasco Santana, em sessão ampla para todos os trabalhadores bancários, independentemente da sua ideologia política ou opção partidária, e aos trabalhadores em geral.

Será dado público conhecimento das conclusões que abrangerão os seguintes campos: nacionalização da banca, dependência da banca privada em relação à banca nacionalizada, actuação dos bancos nacionalizados e capitalismo de Estado; papel da banca estrangeira em Portugal; regimes de concessão de créditos, problemas da concessão de créditos e restrições impostas às agências; relação sobre a situação da empresa ou do sector no plano regional; e Plano Económico e Social.

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA ASSEMBLEIA GERAL

(SESSÃO ORDINÁRIA)

Convocam-se os sócios deste Sindicato, para uma Sessão Ordinária, a realizar no dia 6 de Março, às 21,30 horas, no Salão da Sociedade de Instrução e Beneficência «A VOZ DO OPERÁRIO», Rua da Voz do Operário, 11-15, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Informações;**
2. **Apreciação, discussão e votação do Relatório e das Contas da Direcção referentes ao Exercício de 1974.**

Lisboa, 4 de Março de 1975

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Geral

a) Francisco Teodósio Juradinho Serrano

D. NOTÍCIAS - 6 MAR. 1975

SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL

(Sessão Ordinária)

Convocam-se os sócios deste Sindicato, para uma Sessão Ordinária, a realizar no dia 6 de Março, às 21H30, no Salão da Sociedade de Instrução e Beneficência «A VOZ DO OPERÁRIO», Rua da Voz do Operário, 11-15, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos :

1. INFORMAÇÕES;
2. APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E DAS CONTAS DA DIRECÇÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 1974.

Lisboa, 4 de Março de 1975.

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Geral
a) **Francisco Teodósio Juradinho Serrano**

Trabalhadores não bancários do Banco de Portugal exigem uma resposta da administração ao seu caderno reivindicativo

Em face do impasse verificado nas negociações de um caderno reivindicativo com os representantes da administração, os trabalhadores não bancários (na sua maioria gráficos) do Banco de Portugal decidiram elaborar um comunicado que distribuíram pelas várias secções da empresa, bem como pelos órgãos de Informação, denunciando a má vontade da administração em satisfazer as suas pretensões.

O referido comunicado salienta que, após alguns meses de elaboração, o caderno reivindicativo foi apresentado à administração no fim do ano transacto. Desde então, os trabalhadores bancários já receberam respostas e muitos dos pontos que lhes dizem respeito no caderno reivindicativo, tendo sucedido o mesmo com o pessoal de enfermagem, cujos problemas estão já resolvidos.

No entanto, cerca de 100 trabalhadores não bancários continuam sem receber qualquer resposta da administração, respeitante a problemas relativos à exigência de uma definição de linha de carreira profissional a seguir, com o estabelecimento de escalões vários, o que acarretaria consideráveis melhorias salariais para aqueles funcionários. Pretendem aqueles, também, uma equiparação aos trabalhadores bancários, em matéria de horários e diuturnidades.

CONFÉRENCIA DO PORTO
7 MAR 1971

O SECRETÁRIO-GERAL DO BANCO DA AGRICULTURA IMPEDIDO DE ENTRAR NAS INSTALAÇÕES

Desde o passado dia 28, termo do ultimato de 30 dias, decidido em plenário de trabalhadores, para que a administração do Banco da Agricultura saneasse o secretário-geral, dr. Almerindo da Silva Marques, que piquetes de ocupação impedem a entrada do visado nas instalações daquela entidade bancária.

A administração, porém, em vez de despedir (sem indemnização) aquele seu funcionário, como pretendiam os trabalhadores e como foi decidido em reunião geral, defende o princípio de que o saneamento do dr. Almerindo da Silva Marques deve ser «orientado pelas instâncias governamentais».

Num comunicado que os trabalhadores divulgaram justificando a ocupação das instalações, assinala-se:

«Afirmamo-nos dispostos a lutar pelo saneamento, exigimos o cumprimento das decisões tomadas, afirmamos firmemente não desejarmos tomar medidas de força, nem formas de luta mais avançadas que, eventualmente, possam vir a ser aproveitadas e distorcidas contra a economia nacional e o interesse do povo português. Qualquer consequência, seja qual for a sua gravidade, é da exclusiva responsabilidade da administração do Banco da Agricultura, uma vez que não quer dar cumprimento à decisão dos trabalhadores».

No mesmo comunicado diz-se que de todos os processos de saneamento elaborados individualmente, «foi dado conhecimento, com antecedência, aos visados a fim de que estes tomassem conhecimento das responsabilidades que se lhe imputavam, podendo defender-se, oralmente ou por escrito, na reunião geral, além de poderem ser defendidos por qualquer trabalhador. Só depois de um debate de acusação e de defesa se decidia o saneamento. As reuniões gerais necessitam da maioria simples de presenças e da maioria absoluta, para decisão. Esteve

7 MAR. 1975

ENCONTRO NACIONAL DOS BANCÁRIOS SOCIALISTAS

Com representações em toda a Banca, nacionalizada e privada, bem como restantes instituições de crédito os trabalhadores bancários socialistas das zonas do Centro, Norte e Sul, vão realizad neste fim-de-semana, o I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas.

Na sede do Partido Socialista, realizou-se para esse motivo uma conferência de Imprensa a que estiveram presentes Tavares Gordo (Banco de Fomento), Orlando Rola (Banco Fernandes Magalhães), Paulo Martins (Crédit Franco - Portugais), Rui Castelo Mendes e Barbosa de Oliveira (ambos do Banco Pinto de Magalhães), Luís Gomes de Araújo (Banco de Portugal) e José Teles, da Comissão de Trabalho do P.S.

Promovem o encontro as comissões coordenadoras dos bancários socialistas (eleitas pelas bases), estando representados núcleos bancários do continente, ilhas e camaradas da U. G. T. (Union General de Trabajadores de España — Sindicato de la Banca na clandestinidade).

Segundo o programa, «o objectivo fundamental deste I Encontro Nacional é o de estabelecer uma linha de acção comum aos bancários socialistas, quer no plano sindical, quer no plano político, além de se estabelecerem relações de convívio entre trabalhadores do mesmo ramo profissional aderentes e militantes do Partido Socialista».

Haverá duas sessões: uma no sábado, às 14,30 no Hotel das Arribas (em regime de autogestão), sessão somente para aderentes e militantes; e, no domingo, às 15 horas, no Teatro Vasco Santana em sessão ampla para todos os trabalhadores bancários, independentemente da sua ideologia política ou opção partidária, e trabalhadores em geral.

7 MAR. 1975

Bancários socialistas

Amanhã e no domingo, vai decorrer no Hotel das Arribas (Praia Grande), o I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas, que visa estabelecer uma linha de acção comum aos trabalhadores socialistas daquele ramo, quer no plano

sindical, quer no plano político. Participam três centenas de empregados bancários do continente e ilhas adjacentes, bem como elementos da Union de Trabajadores de Espanha (O.G.T.), Sindicato de la Banca, na clandestinidade.

7 MAR. 1975

AMANHÃ E NO DOMINGO

O I Encontro dos Bancários Socialistas tem por objectivo estabelecer uma linha de acção comum

—foi afirmado numa conferência de Imprensa

«Estabelecer uma linha de acção comum aos bancários socialistas, quer no plano sindical, quer no plano político» — é este o objectivo do I Encontro Nacional dos trabalhadores daquele ramo de actividade, pertencentes ao P. S. A afirmação foi feita, ontem, no decorrer de uma conferência de Imprensa, efectuada na sala de reuniões da sede do partido, na Rua de São Pedro de Alcântara, encontrando-se na mesa, Tavares Gordo, do Banco de Fomento; Orlando Rolo, do Banco Fernandes Magalhães; Paulo Martins, do Crédit Franco-Portugais; Luís Gomes de Araujo, do Banco de Portugal; Rui Castelo Mendes e Barbosa de Oliveira, do Banco Pinto de Magalhães; e José Teles, da Comissão de Trabalho do P. S.

Trezentos participantes

O encontro, segundo foi divulgado, efectua-se amanhã e no domingo, contando com 300 participantes do continente e ilhas adjacentes, bem como com elementos da Union de Trabajadores de Espanha (U. G. T.), Sindicato de La Banca, na clandestinidade, e tem como objectivo, também, o estabelecimento de relações de convívio entre trabalhadores do mesmo ramo profissional, aderentes e militantes do Partido Socialista.»

O programa, elaborado após reunião conjunta da comissão do Encontro Nacional, constituída por bancários das zonas Centro, Norte e Sul do País, inicia-se amanhã, pelas 14 e 30, no Hotel das Arribas (Praia Grande), com a leitura e discussão de trabalhos e relatórios subordinados a temas sobre sindicalismo; segredo bancário, comissões de trabalhadores, previdência dos bancários, estrutura sindical (orientação estatutária e direito de tendência sindical) e horário de trabalho nacional. Segue-se uma outra sessão, com início às 21 horas, para leitura e discussão de trabalhos e relatórios subordinados a temas sobre política e economia; nacionalização da banca, dependência da banca privada em relação à banca nacionalizada, actuação dos bancos nacionalizados e capitalismo de Estado, papel da banca estrangeira em Portugal, regimes de concessão de créditos, problemas da concessão de créditos e restrições impostas às agências e relatórios sobre a situação da empresa e do sector no plano regional. A última destas sessões, que se destinam, apenas, aos aderen-

tes e militantes previamente inscritos, tem início às 9 horas de domingo, e é preenchida com a elaboração das conclusões em sínteses.

Sessão ampla

À tarde, pelas 15 horas, no Teatro Vasco Santana, há uma sessão ampla, para todos os trabalhadores bancários e publico em geral, com entrada livre. A ordem dos trabalhos é a seguinte: apresentação das conclusões, sessão cultural e encerramento do Encontro.

Foi afirmado, no decorrer da conferência de Imprensa, que a escolha do Hotel das Arribas para a realização das sessões resritas, constituía um acto de solidariedade para com os respectivos trabalhadores, desde há algum tempo, conforme é conhecido, a laborarem em regime de autogestão. Disse-se, por outro lado, existirem núcleos ou embrões do P. S. em todos os bancos e outras instituições de crédito, a nível nacional, sendo o Encontro promovido pelas comissões coordenadoras dos bancários socialistas das zonas Centro, Norte e Sul, que, afirmou-se, foram eleitas pelas bases.

Apontou-se, também, a necessidade da existência, para efeitos de centralização de trabalhos, de quatro secretariados.

Em dado momento, Rui Castelo Mendes afirmou que as conclusões do Encontro seriam tornadas publicas para uma melhor coordenação de tarefas entre os bancários socialistas e todos os trabalhadores.

A uma pergunta sobre a viabilidade de uma coligação dos bancários do P. S. com camaradas pertencentes a outros partidos, Barbosa de Oliveira respondeu que os socialistas nunca tinham proposto a desunião, «sempre defenderam a unidade que nascesse da vontade dos trabalhadores», apontando o Encontro como uma iniciativa concebida dentro desse espirito. O plano económico, por seu turno, figura entre os temas a debater, para formulação de uma perspectiva comum, sobretudo, no tocante à nacionalização da banca.

Foi afirmado ainda, na reunião, que o P. S. possui núcleos em mais de 95 por cento das instituições bancárias.

Bancários do M. D. P. e o custo de vida

As bases socio-profissionais de bancários do M. D. P. promoveram,

na Voz do Operário, uma sessão de esclarecimento orientada por José António da Cruz, da Comissão Central, Ana Maria Alves e Martins Cabral, da Comissão Executiva, e Tomás Rodrigues da Comissão Coordenadora das bases socio-profissionais.

Durante a sessão, foram abordados temas de importância da vida politica nacional, tais como a transformação progressiva da banca, a lei das associações sindicais, as liberdades democráticas e as eleições, a situação económica.

Foi, por outro lado, recordada a participação dos trabalhadores bancários na luta antifascista, através da organização socio-profissional do Movimento Democrático que existiu desde 1969 e da acção desenvolvida pelos bancários integrados nesta organização.

Entre as várias moções aprovadas salientam-se as seguintes:

«Trabalhadores bancários presentes na sessão de esclarecimento do M. D. P./C. D. E. na Voz do Operário manifestam a sua preocupação pelo aumento galopante do custo de vida sem que por parte do Governo Provisório se avance decididamente no combate ao poder económico dos monopólios. Manifestam a sua solidariedade ao M. F. A. e incitam à luta antimonopolista, luta essencial para consolidação das vitórias democráticas, destruir as condições económicas que possibilitariam o regresso do fascismo e criar as condições para o bem-estar e prosperidade do Povo Português.»

Dado que os delegados do Banco de Portugal se encontram espartilhados num decreto já verificado como inoperante pela sua imposição de apenas poderem exercer um papel fiscalizante; dado que eles se confessaram já impotentes para actuarem face a esse mesmo decreto e porque alguns actuam em verdadeiro «part-time»; sugerem os bancários reunidos em ampla sessão de esclarecimento do M. D. P./C. D. E., no Salão da Voz do Operário, em 4 de Março de 75, que o Governo Provisório chame a desempenhar esses lugares tão importantes para uma completa democratização do nosso país pessoas competentes, que as há, e com provas dadas, entre os bancários, através das suas estruturas sindicais, revogando e ampliando as leis que controlam o trabalho desses delegados, dando-lhes a possibilidade de actuarem em cima do acontecimento e não «a posteriori».

COMEÇA HOJE ENCONTRO DOS BANCÁRIOS SOCIALISTAS

NO Hotel das Ámbar, na Praia Grande, começou hoje o I Encontro dos Bancários Socialistas. Na sessão da tarde, foram abordados os seguintes temas: enquadramento bancário, comissões de trabalhadores, previdência dos bancários, estrutura sindical e

honário de trabalho nacional. Os trabalhos prosseguem à noite, com a discussão de temas político-económicos: nacionalização da banca, dependência da banca privada em relação à nacionalizada, atuação dos bancos nacionalizados e capitalismo de Estado, papel

de banca estrangeira em Portugal, regimes de concessão de créditos, restrições impostas às agências e relações entre a situação da empresa e do sector no plano regional.

As sessões têm carácter restrito, não podendo parti-

cipar membros aderentes e militantes do P.S. previamente inscritos.

O encontro termina amanhã à tarde, no Teatro Vasco Santana, sendo livre a entrada. Apresentadas as conclusões, segue-se uma sessão cultural com a colaboração de artistas socialistas.

8 MAR. 1975

Bancários do Porto: Assembleia pouco concorrida recusa horário das 40 horas

EMBORA tenham obtido o apoio dos trabalhadores ouvidos em sucessivas reuniões e debates, a nova direcção do Sindicato dos Empregados Bancários do Porto, viu derrotada a sua proposta de oposição ao "Horário de Trabalho Nacional", numa Assembleia pouco concorrida. Trata-se de uma das poucas direcções sindicais que até agora promoveu o debate sobre o HTN. As outras vêm adiando a apreciação e defendendo perante os associados a necessidade de estudo do Plano Económico para se poderem pronunciar. A linha de orientação oposta sustenta, porém, que o Plano não virá alterar as estruturas da sociedade portuguesa, não se modificando portanto, as circunstâncias de regulamentação do H.T.N. Esta orientação seguida pelos dirigentes bancários do Porto que a consideram incorrecta a qualificação de "nacional" dada ao horário estabelecido, justificando deste modo a discordância: "Tal qualificação não teria razão de ser numa sociedade onde a produção e os instrumentos de produção fossem pertença dos trabalhadores produtores, só então, se poderia falar em "Trabalho Nacional". Nas actuais circunstâncias a

A proposta da Comissão Interministerial foi difundida pelos empregados bancários juntamente regulamentação do horário de trabalho permanece praticamente uma regulamentação da exploração dos trabalhadores portugueses".

com uma apreciação da mesma direcção. Foi debatida em reuniões parcelares em cerca de onze localidades e num plenário de delegados de toda a área do Sindicato.

Se a maioria dos trabalhadores presentes nessas reuniões e os delegados se não opuseram à apreciação, uma proposta no sentido contrário apresentada por um membro da direcção anterior, veio conquistar votos da maioria dos presentes da Assembleia Geral.

Assim, foi preferida a proposta da direcção de "imediate redução para horários com o limite de 40 horas semanais" e de "não agravamento dos horários de trabalho já existentes e que constituem direitos adquiridos pelos trabalhadores" pela que sugere um aumento para 45. Deverá ser instituído no mais curto lapso de tempo e é necessária a sua aplicação prática nas diversas actividades económicas, o regime de H.T.N. de 45 horas com o limite máximo igualmente com sentido de trabalho semanal.

De acrescentar que na proposta do ex-director, se advoga no primeiro ponto o estabelecimento das 45 horas semanais e se propõe no quinto ponto, o não agravamento dos actuais horários de trabalho.

Enquanto a direcção, se pronunciou declaradamente a favor da abolição do "trabalho extraordinário e da jornada contínua", uma vez que apenas beneficia o sistema capitalista

actualmente em vigor", a proposta aprovada defende que os mesmos deverão ser controlados pelas "estruturas sindicais representativas". Se a direcção restringia o trabalho por turnos e nocturnos apenas aos casos em que pudesse "beneficiar a economia nacional e a população portuguesa em geral", a proposta aprovada deixa o estabelecimento dos mesmos ao critério das estruturas sindicais. Finalmente a direcção propugnava 30 dias de férias ficando a proposta aprovada pelas três semanas.

Curiosamente, a proposta da direcção, foi elaborada após a audição de mais de mil trabalhadores que participaram nas reuniões parcelares e baseada em cerca de 700 sugestões enviadas pelos trabalhadores, mereceu a aprovação da maioria por 250 delegados sindicais, mas foi derrotada numa assembleia de 236 votantes. Para interpretar o relativamente escasso número de presenças no órgão deliberativo máximo, e a posição contraditória surgida, talvez de ter presente a crítica feita à orientação sindicalista mais generalizada até agora, que centra as lutas dos trabalhadores nas reivindicações imediatas, sem lhes dar uma perspectiva política global. A proposta da actual direcção dos bancários do Porto, que era, de facto, politicamente mais avançada e surgiu de um amplo debate entre os trabalhadores "esbarrou" contra um passado em que cabe aquela crítica.

Deliberações (muitas) do Conselho de Ministros**DECRETO-LEI SOBRE TERRENOS BALDIOS
JÁ APROVADO NA GENERALIDADE****• Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos no Sindicato dos Bancários**

Na sua reunião de ontem, o Conselho de Ministros aprovou os seguintes diplomas: projecto de decreto-lei relativo a subsídios de gratificações a abonar ao pessoal dos Batalhões de Sapadores Bombeiros; projecto de resolução sobre os princípios gerais a observar no sector público durante os estudos que visam a aquisição de equipamento ou serviços destinados ao tratamento automático da informação; projecto de decreto-lei relativo ao fundo de renovação e aprofundamento da indústria de pesca; projecto de decreto-lei que regulariza os contratos dos regentes dos cursos do ensino primário supletivo para adultos; projecto de decreto-lei que elimina o parágrafo 4.º de art.º 2.º, alínea g) e parágrafo 1.º de art.º 4.º e o art.º 28.º do código do Imposto Profissional, e altera a redacção de vários artigos do mesmo código; projecto de decreto-lei que cria uma taxa que constitua receita do fundo de fomento forestal; projecto de decreto-lei alargando o âmbito do decreto-lei n.º 6/75 relativo a avulsos factos censuários de acções de despejo; projecto de decreto-lei sobre remuneração e recrutamento de monitores; projecto de despacho relativamente à necessidade de nova autorização ministerial para as situações de acumulação de funcionários públicos.

Foi submetida ao Conselho um projecto de diploma que torna nulos e de nenhum efeito e fixa penalidades para as vendas, doações e outros actos jurídicos relativos a prédios rústicos nas zonas regadas ou aptas ao regadio e que tenham por objectiva dificultar ou impedir as medidas de reestruturação agrícola previstas no programa da Política Económica e Social do Governo.

O Conselho apreciou ainda um projecto de decreto-lei sobre terrenos baldios, aprovado na generalidade, e cuja discussão na especialidade prosseguirá na próxima sessão.

**• Próxima abertura
da Bolsa
de Obrigações**

Foi apreciada a situação da Bolsa (auto-estradas) tendo sido deliberado que o projecto seria executado devendo todavia proceder-se à revisão do contrato de concessão; apreciado um estudo sobre o problema da Bolsa tendo sido decidida a próxima abertura da bolsa de obrigações constituída por um grupo de trabalho para estudar as condições da sua reestruturação totalidade.

Constituiu ainda objecto de exame por parte do Conselho a situação social e económica que se verifica em certas empresas e sectores públicos, tendo reafirmado o direito à sindicalização dos empregados da Caixa Geral de Depósitos através do seu ingresso nos sindicatos dos bancários, a exemplo do que se sucede com os empregados dos bancos nacionalizados. Para estudar as condições desse ingresso e para apresentar a esse respeito uma proposta ao Governo foi instituída por decisão do Conselho de Ministros um grupo de trabalho constituído por representantes dos Ministérios das Finanças, do Trabalho, da Administração Interna e do pessoal da Caixa Geral de Depósitos. Foi estabelecido que o sindicato dos bancários possa também ter um representante em tal grupo se nisso tiver interesse.

O grupo deverá apresentar as suas propostas ao Governo até trinta dias após a data de comunicação ao Ministério das

Finanças dos nomes dos membros do grupo de trabalho.

8 MAR. 1975

ENCONTRO NACIONAL de Bancários Socialistas

Os trabalhadores bancários socialistas das zonas Norte, Centro e Sul, com representações em todas as instituições de crédito, vão realizar, neste fim de semana, o I-Encontro Nacional dos Bancários Socialistas.

Em Conferência de Imprensa, realizada na sede do P. S., foi dito que a organização do encontro se deve às comissões coordenadoras dos bancários socialistas (eleitos pelas bases), e terá representações dos núcleos bancários do Continente e Ilhas e,

ainda, de camaradas da Union General de Trabalhadores de España (sindicato na clandestinidade).

O objectivo fundamental da reunião é o de estabelecer uma linha de acção comum aos bancários socialistas, quer no plano sindical, quer no plano político.

Na sessão de domingo, no Teatro Vasco Santana, aberta a todos os bancários, independentemente da sua ideologia política ou opção partidária, será dado conhecimento das conclusões.

REPUBLICA - 8 MAR 1975

PROTESTO CONTRA O AUMENTO DOS QUADROS DO B. E. S. C. L.

A assembleia de trabalhadores do Banco Espírito Santo pronunciou-se em 1 do corrente contra os recentes aumentos de vencimentos dos «quadros» do Banco, aumentos que se cifram, em média, em 15 000\$00, quase cinco vezes o ordenado mínimo nacional, acentua-se num comunicado.

Os trabalhadores consideram que na actual conjuntura económica, tais aumentos «são imorais e desumanos em face do nível de vida do povo português».

Foi aprovada uma proposta em que se recomenda seja dado conhecimento da situação ao M. F. A. e ao Governo Provisório, pedindo a sua intervenção.

9 MAR. 1975

I ENCONTRO NACIONAL DOS BANCÁRIOS SOCIALISTAS

No Hotel das Arribas, na Praia Grande, próximo da Praia das Maças, começou, ontem, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Bancários de índole socialista, cujo objectivo é estabelecer uma linha de acção comum aos empregados da banca.

Tomam parte na reunião aproximadamente trezentos funcionários bancários do continente e ilhas adjacentes, bem como elementos da Union de Trabajadores de Espanha, Sindicato de la Banca na clandestinidad.

Na sessão inaugural procedeu-se ao estudo e discussão de trabalhos e relatórios subordinados a temas sobre sindicalismo; segredo bancário, comissões de trabalhadores; previdência dos bancários, estrutura sindical (orientação estatutária e direito de tendência sindical) e horário de trabalho nacional.

Seguiu-se uma outra, às 21 horas, para debate de assun-

tos relacionados com política e economia, nacionalização da banca, dependência da banca privada em relação à banca nacionalizada, actuação dos bancos nacionalizados e capitalismo de Estado, papel da banca estrangeira em Portugal, regimes de concessão de créditos, problemas da concessão de créditos e restrições impostas às agências e relatórios sobre a situação da empresa e do sector no plano regional.

O Encontro termina hoje com a leitura das conclusões e uma sessão ampla, às 15 horas, no Teatro Vasco Santana, para todos os trabalhadores em geral.

9 MAR, 1975

Encontro dos bancários socialistas

O I Encontro dos Bancários Socialistas iniciou-se, ontem, no Hotel das Arribas, na Praia Grande. Na sessão da tarde, foram debatidos os seguintes temas: segredo bancário; comissões de trabalhadores, Previdência dos Bancários; estrutura sindical e Horário de Trabalho Nacional.

Na sessão da noite, foram discutidos temas político-económicos de entre os quais se salientam nacionalização da Banca; dependência da Banca privada em relação a nacionalizada; actuação dos Bancos nacionalizados e capitalismo de Estado; papel

da Banca estrangeira em Portugal; regime de concessão de créditos; restrições impostas às agências e relatórios sobre a situação da empresa ou do sector, no plano regional.

Nas sessões, com carácter restrito, participam, apenas, aderentes e militantes do P. S. P. previamente inscritos.

O encontro encerra-se, hoje, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, com uma sessão pública, durante a qual serão divulgadas as conclusões. No final, haverá uma sessão cultural em que colaboram artistas socialistas.

SINDICATO BANCARIOS LISBOA

REUNIÕES DE ASSOCIADOS NA PROVINCIA

ORDEM DE TRABALHOS

I — Informações;

II — Horário de Trabalho Nacional

A Direcção de colaboração com as Comissões Distritais de Delegados leva a efeito reuniões com a Ordem de Trabalhos acima indicada nas seguintes localidades:

Segunda-feira, dia 10, às 21 horas

PORTIMÃO — Casa dos Pescadores

TOMAR — Salão dos Bombeiros Voluntários

ÉVORA — Sede da Comissão de Delegados

Terça-feira, dia 11, às 21 horas

FARO — Sede da Comissão de Delegados

COVILHA — Sindicato dos Lanifícios

ELVAS — Centro de Recreio Popular Boa-Fé

Quarta-feira, dia 12, às 21 horas

BEJA — Sociedade Filarmónica Capriho Bejense

CASTELO BRANCO — Sede da Comissão de Delegados

PORTALEGRE — Salão dos Bombeiros Voluntários

— Largo da Sé

SETÚBAL — Salão da F. N. A. T. — Praça da República

Lisboa, 7 de Março de 1975.

A DIRECÇÃO

10 MAR, 1975

O controlo total pelo Estado das transferências para Portugal da poupança dos emigrantes, por intermédio do banco onde trabalham, quando este for adquirido pelo Governo português, é defendida pelos trabalhadores bancários do Banco Franco-Português d'Outre-Mer, de que é sócio maioritário o financeiro Manuel Bulhosa, embora o Banco Nacional Ultramarino, já nacionalizado, detenha trinta por cento do capital social.

BANCÁRIOS PORTUGUESES EM FRANÇA DEFENDEM

TRANSFERÊNCIAS DE EMIGRANTES ATRAVÉS DE BANCO NACIONALIZADO

Os referidos trabalhadores defendem, neste ponto de vista, uma declaração emitida ao Primeiro-Ministro, aos ministros das Finanças e da Economia e ao M. F. A., numa tomada de posição acerca das negociações que estão em curso para que a Estado português passe a controlar totalmente a instituição bancária dominada por Manuel Bulhosa. Apoiando a intervenção da nacionalização do referido banco, os aderentes à declaração manifestam a opinião de «a sua relação directamente com o problema das transferências para Portugal das economias dos trabalhadores estrangeiros em França».

Depois de pôr em destaque o importante papel das transferências dos emigrantes no equilíbrio da «massa líquida de pagamentos», a declaração denuncia «os prejuízos mais fronteais de novo regime português, que se letam em França numa violência propagada lentamente e silenciosamente às organizações de trabalhadores estrangeiros em França».

E a declaração prossegue: «Os perigos, felizmente, foram rapidamente compreendidos pelo Governo Francês e pelo Movimento das Forças Armadas, e logo se esforçaram por se conjurar, lançando campanhas de esclarecimento político no seio da imigração, em que colaboraram os partidos políticos e instituições ligadas de agitação do M. F. A., e tentando encontrar um meio de quebra e monopólio que a banca privada decaia das transferências de dinheiro para Portugal».

Mais adiante, os aderentes deste documento referem-se as dificuldades da legislação da sede de um banco estrangeiro em França para concluir que «a solução ideal, logo nos quis porcor, seria a da aquisição pelo Estado português de uma instituição já existente e a funcionar a pleno rendimento. O Banco Franco-Português d'Outre-Mer encontra-se nessas condições. Tem uma estrutura bancária completa e já rodada, uma rede de agências bastante importante (na região parisiense e na província) e uma clientela de vasto alcance. Apesar da intensa concorrência que lhe têm feito os bancos portugueses que vieram a instalar-se nos últimos anos em França e ainda ele se domina o mercado das transferências para Portugal».

Contra de signios da reacção

«A reacção do documento: «Sa a aquisição dele

banco se não for pelo Estado Português em condições financeiras vantajosas, para o qual se decidiu fazer valer junto do financeiro Manuel Bulhosa tudo o peso do interesse do Estado de que a operação se recuse e a moza conhecida que se terá obtido a melhor solução no sentido de uma intervenção do Estado decisiva e rápida no domínio das transferências para Portugal, intervenção que quebrará o monopólio da banca privada, monopolista para o novo regime português pela facilidade que confere aos seus detentores de a hostigar e expulsiionalmente a economia e da Finanças de País. Por tudo quanto fica exposto, não, empregados portugueses do Banco Franco-Português d'Outre-Mer damos a nossa total apoio à ideia de compra pelo Estado Português deste banco e manifestamos o desejo de termos conhecidos os negociações que se estão em curso nessa vertente, da modo a que se conheça a realidade dos trabalhadores de Portugal e a fortalecer a pressão desta nos referidos negociadores».

«Compreendemos, por outro lado, e combater vigorosamente, no âmbito da actividade bancária e nos círculos de imigração portuguesa em que estamos integrados, os caminhos ideológicos do fascismo e da reacção que somam activamente contra o novo regime português».

Bancários franceses apoiam

Finalmente: «Declaramos-nos também dispostos a fazer afecionadamente pela democratização das estruturas internas e do funcionamento desta instituição que se poderá tornar nacional, e a defende com o maior vigor os direitos e as regularidades profissionais dos nossos camaradas de nacionalidade francesa e de outras nacionalidades que aí trabalham e a quem nos sentimos ligados por profundos laços de fraternidade. Estes são certos, aliás, que se suas interesses coincidem com os nossos e que eles serão, em todas as circunstâncias, colaboradores necessários e colaboradores dedicados da instituição. Simultaneamente, vinculamos a aspiração de que compra do B. F. P. O. seja acompanhada de medidas que permitam, no futuro, o controlo total pelo Estado das transferências para Portugal e solidarizamo-nos com todos aqueles que reivindicam no nosso País a nacionalização da banca privada e a socialização dos sectores de economia portuguesa».

Bancários portugueses em França esclarecem emigrantes

Paralelo nas vezes que nos últimos tempos se tem levantado entre os portugueses emigrados em França, segundo os quais «o processo transferir dinheiro para Portugal, porque a situação no País é instável, ao período de actual Governo e contra os capitalistas e a possibilidade bem conhecer o capital que os emigrantes mandam para Portugal, um grupo de emigrantes de bancários portugueses em França emitiu um esclarecimento dirigido aos emigrantes, no qual se lê: «Completamente falso».

«Explicamos porque: 1.º — As transferências políticas verificadas em Portugal não põem em risco a economia nem a República de País. Ao contrário, quando se trata de bancos nacionais de guerra do Governo

fascista e outras estações dos dinheiros públicos, assim como ordenado receber os investimentos e a vida económica do País, o actual Governo está em condições de enviar Portugal do dinheiro que o conduza à sobrevivência e que não o domínio tirado nos últimos anos pelo governo fascista».

2.º — Os aumentos de salários e ordenados e outras concessões que os trabalhadores conseguiram alcançar após o 25 de Abril, não se verificaram em País, mas em Portugal e certo, não se equilibraram a economia e os bancos desde que os perigos e os capitalistas se foram impedidos, como está sucedendo, de aumentar nas mesmas proporções os preços dos mercadorias e dos serviços».

3.º — É um facto que o Governo Francês não é difícil de compreender e reconhecer a sua atitude. Não estamos certos, porém, que os emigrantes portugueses em França não se deixarão enganar por tais vozes».

as economias dos trabalhadores? Se ignorantes se incluídos poderia afirmar uma tal coisa. Aquilo que num regime socialista poderia ser objecto de crítica, não é o capital de burguesia, que serve a exploração das massas laboriosas. As condições dos trabalhadores mudam sempre em dos trabalhadores residentes em Portugal não são decaídas naturais e os partidários do socialismo pronunciam-se pela sua defesa e valorização».

Entre as vezes que se levantam a aconselhar os emigrantes a não transferir dinheiro para Portugal ligaram várias personalidades bem conhecidas pelas suas ligações com o antigo regime fascista. Sabido como é que essas senhoras sempre tiveram interesses contrários aos dos imigrantes e de Portugal. Portanto não é difícil de compreender e reconhecer a sua atitude. Não estamos certos, porém, que os emigrantes portugueses em França não se deixarão enganar por tais vozes».

10 MAR. 1975

POLÍTICA

A UNIDADE SINDICAL IMPOSTA CRITICADA POR SALGADO ZENHA NO ENCONTRO NACIONAL DOS BANCÁRIOS SOCIALISTAS

Na sessão de encerramento do I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas, que se realizou no Teatro Vasco Santana (as sessões de trabalho haviam decorrido no Hotel das Arribas, na Praia Grande, com a presença de 350 profissionais, o Dr. Salgado Zenha afirmou que «a unidade sindical imposta leva mais tarde ou mais cedo ao controlo administrativo e policial».

O dirigente socialista, em breve improvisado, realçou a importância de preservar a unidade sindical, mas dentro da liberdade, pois quando «imposta» — frisou — constitui um «factor de desagregação» dos trabalhadores.

«Mesmo num regime socialista — afirmou — a unidade sindical não pode ser controlada pelo Estado. Nós socialistas, não queremos a liberdade sem socialismo, mas também não queremos socialismo sem liberdade.»

Sobre este aspecto, os bancários concluíram que «a unidade deve ser preservada, apesar das tendências divergentes que não deixarão de surgir, e surgiram já.»

Defendendo os sindicatos como «partidários, mas não apolíticos», os bancários socialistas entendem que a unidade será preservada se se garantir «a livre expressão e a representatividade das correntes minoritárias nos sindicatos através da institucionalização do direito de tendência», consagrado em França.

Durante a sessão, e depois de expostas as conclusões do Encontro, foi lida uma moção, aprovada em plenário, em que os bancários socialistas portugueses expressam a sua «total solidariedade», através da delegação da «Federation de Banca» da U. G. T. — Union General de Trabajadores (na clandestinidade, que assistiu aos trabalhos) com os bancários espanhóis «empenhados numa justa luta cuja finalidade é o derrube da ditadura fascista».

Na mesma moção protestam contra o despedimento de dois trabalhadores do Banco Popular Espanhol e a prisão de outro do Banco Hispano Americano.

Finalmente, um membro da direcção dos Químicos, que surgiu no decorrer da sessão, deu algumas informações sobre os acontecimentos que se registaram no respectivo sindicato, tendo sido depois aprovada pelos bancários uma moção em que consideram que «a intervenção por parte do Estado nos problemas sindicais abre caminho a uma prática de tentativa de subordinação dos trabalhadores ao poder constituído», pelo que manifestaram a sua «solidariedade à direcção do Sindicato dos Químicos, repudiando vivamente todas as intervenções lesivas da liberdade dos trabalhadores».

Mário Soares em diversos comícios na região de Portalegre

O secretário-geral do P. S., que visitou, neste fim de semana, o distrito de Portalegre, participou em comícios nesta cidade, e ainda em Elvas, Ponte de Sor, Campo Maior, Arronches, Castelo de Vide, Areias, Nisa, Cavião, Monte da Pedra, Alrar e Crato e Montargil.

Em Portalegre, Mário Soares disse que em Portugal tem de haver «calma e trabalho para impedir o caos económico». Acompanhado por Erelvina Lopes de Almeida e Miranda Calhã, candidatos a deputados pelo P. S., respectivamente pelos

círculos de Évora e Portalegre, Mário Soares referiu-se à vida agrícola da região, acentuando que a terra terá de ser entregue a quem a trabalha.

Disse, a certa altura:

«Nesta região de grandes tradições na luta contra o fascismo, é preciso que o povo não adormea e haja união contra os grandes latifundiários. O 25 de Abril trouxe a liberdade, mas a liberdade sem pão não é liberdade, como ter pão sem liberdade, também não in-

teressa. Todos têm direito ao trabalho, à assistência na doença, à reforma, a pensões justas para as viúvas, a uma vida decente. O Partido Socialista tem um plano para resolver estes problemas, em liberdade. O lema do nosso partido é «liberdade, sim, ditadura, não». Temos que andar para a frente, todos os trabalhadores, para construirmos o socialismo e cimentá-lo bem no dia 12 de Abril, para batermos de vez a reacção.»

Bancários socialistas contra o aumento do horário de trabalho

Os bancários socialistas reunidos este fim-de-semana para discutirem uma pesada agenda manifestaram-se sobre o horário de trabalho nacional concluindo a este propósito:

«A questão do horário de trabalho nacional é intrinsecamente política, entendemos que o alargamento do horário de trabalho não faz sentido numa sociedade capitalista, dado que esse alargamento não só produziria mais-valia que aproveitariam apenas ao capital, como viria agravar o problema do desemprego.»

O encontro teve como temas o segredo bancário, comissões de trabalhadores, previdência dos bancários, estrutura sindical, orientação estatutária, direito de tendência sindical, e

horário de trabalho nacional.

Congregando 350 presenças o I Encontro Nacional dos bancários socialistas foi marcado pela presença do ministro Salgado Zenha, da U. G. T. (Union General de Trabajadores de España) — sindicato bancário clandestino — e ainda pelas comissões coordenadoras das zonas Centro, Norte e Sul.

Das conclusões do referido encontro que ontem terminou no Teatro Vasco Santana destacamos:

«É costume falar-se de sigilo bancário das informações, dos depositantes dos beneficiários de crédito.

«Não compreendemos que haja tal sigilo. Ele só serve o capital enquanto se mantiver a actual estrutura bancária e a sociedade capitalista.

«Notemos, por exemplo, que o sigilo das informações está intimamente ligado ao sigilo do crédito e que a distribuição deste, normalmente entregue aos particulares, é feita sem outro crédito que não seja o de concentrar os maiores volumes nos grandes grupos económicos ligados aos banqueiros.»

No respeitante a cooperativas de crédito, a tese que se apresentou diz «que se deveria apoiar a criação e desenvolvimento de uma rede racional de cooperativas de crédito.»

Quanto aos horários de trabalho as conclusões referem ainda:

«Não é admissível a ofensa de direitos adquiridos e não é também lícito prejudicar a promoção cultural e o convívio familiar aos trabalhadores, com alargamento de horário que lhes não aproveitam.

«Para além disto consideramos ainda que todos os trabalhadores devem beneficiar de um mês de férias em cada ano, por entendermos assim, consideramos dever o Governo Provisório ratificar, desde já, a Convenção n.º 132 de 1970, da O. I. T., que determina não poder a duração das férias ser inferior a três semanas.

«Pensamos ainda que se torna necessário lutar contra as horas extraordinárias, porque com a sua eliminação se criam necessariamente, mais postos de trabalho.»

No final, foi aprovada, por aclamação, uma moção sobre os problemas que afectam o Sindicato dos Químicos, e cujo teor é o seguinte:

«Considerando que a intervenção por parte do Estado nos problemas sindicais dos trabalhadores das indústrias químicas abre caminho a uma prática de tentativa de subordinação dos trabalhadores ao poder constituído, manifestamos a nossa solidariedade à direcção do Sindicato dos Químicos e repudiamos vivamente todas as intervenções lesivas de liberdade dos trabalhadores.»

10 MAR. 1975

Encontro dos bancários socialistas

Preconizada a aliança de todas as forças democráticas e populares

Realizou-se o I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas, que congregou cerca de 350 presenças e decorreu, no sábado, no Hotel das Arribas, na Praia Grande e ontem, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa.

O Encontro iniciou-se com uma sessão em que foram debatidos os seguintes temas: segredo bancário, comissões de trabalhadores, previdência dos bancários, estrutura sindical: orientação estatutária e Direito de tendência sindical e horário de trabalho nacional.

De noite realizou-se outra sessão em que se tratou da nacionalização da banca, dependência da banca privada em relação à banca nacionalizada, actuação dos bancos nacionalizados e capitalismo de Estado, papel da banca estrangeira em Portugal, regimes de concessão de créditos, problemas da concessão de créditos e restrições impostas às agências e relatórios sobre a situação da empresa ou do sector no plano regional.

Na sessão de ontem foi apresentada a elaboração das conclusões, em síntese, tendo ainda a presença, entre outros participantes, do dr. Salgado Zenha que afirmou em dada altura: «Se porventura as eleições para a Assembleia Constituinte não se realizarem, todo o processo revolucionário será aproveitado pelas direitas e teremos um regime político onde não haverá liberdade nem socialis-

mo.» Após judiciosas considerações, o dr. Salgado Zenha evocou a liberdade que perdemos em 1926, e disse «que a violência indiscriminada só poderá beneficiar a reacção e comprometer toda a democracia política.» No final, preconizou a aliança de todas as forças democráticas e populares para que se atinja a revolução socialista.

O encontro contou ainda com a presença de membros da UGT (Union General de Trabajadores de España) — sindicato bancário clandestino — e ainda das comissões coordenadoras das zonas Centro, Norte e Sul, que se responsabilizaram pela realização e elaboraram o programa, após uma reunião na Marinha Grande.

Segredo bancário

Iniciou-se, depois, a leitura das conclusões, das quais citaremos algumas. A que se refere ao segredo bancário começa por perguntar «segredo em proveito de quem?» e especifica:

«É costume falar-se de sigilo bancário das informações, dos depositantes dos beneficiários de crédito.

«Não compreendemos que haja tal sigilo. Ele só serve o capital enquanto se mantém a actual estrutura bancária e a sociedade capitalista.

«Notemos, por exemplo, que o sigilo das informações está intimamente ligado ao sigilo do crédito e que a distribuição deste normalmente entregue aos particulares, é feita sem outro crédito que não seja o de concentrar os maiores volumes nos grandes grupos económicos ligados aos banqueiros.»

No respeitante a cooperativas de crédito, a tese que se apre-

sentou diz «que se deveria apoiar a criação e desenvolvimento de uma rede nacional de cooperativas de crédito, verdadeiras associações de trabalhadores, sem fins lucrativos através das quais se obtivesse significativo contributo para atenuar os inconvenientes do centralismo burocrático dos grandes bancos do Estado e para contrariar os resultados da acção da banca privada se, e enquanto a mesma existir. A livre associação das cooperativas locais em organizações de âmbito mais geral, indo até à nacional, seria, portanto, a forma mais desejável e a mais adequada à defesa dos interesses gerais e aos imperativos de um indispensável planeamento económico».

Na tese que se refere ao horário de trabalho nacional, defende-se o novo esquema e cita-se:

«Porque a questão do horário de trabalho nacional é intrinsecamente política, entendemos que o alargamento do horário de trabalho não faz sentido numa sociedade capitalista, dado esse alargamento não só produziria mais-valia que aproveitariam apenas ao capital, como viria agravar o problema do desemprego.

«Além disto, não é admissível a ofensa de direitos adquiridos e não é também lícito prejudicar a promoção cultural e o convívio familiar aos trabalhadores, com alargamentos de horário que lhes não aproveitam.

«Ao contrário, pensamos que as tentativas de aproximar ou igualar os horários dos trabalhadores dos mais diversos ramos de actividade deve ser feita no sentido da diminuição gradual dos horários mais elevados para um nível que venha atingir as 40 horas semanais, sem prejuízo de, através das organizações sindicais e comissões de trabalhadores, poderem ser reivindicados horários porventura mais favoráveis para aqueles tra-

balhadores cuja actividade se mostre tão penosa que se não compadeça com horário tão alargado.

«Para além disto consideramos ainda que todos os trabalhadores devem beneficiar de um mês de férias em cada ano; por entendermos assim, consideramos dever o Governo Provisório ratificar, desde já, a Convenção n.º 132, de 1970, da O. I. T., que determina não poder a duração das férias ser inferior a três semanas.

«Pensamos ainda que se torna necessário lutar contra as horas extraordinárias, porque com a sua eliminação se criará, necessariamente, mais postos de trabalho.»

No final, foi aprovada, por problemas que afectam o Sindi-clamação, uma moção sobre os catos dos Químicos, e cujo teor é o seguinte:

«Considerando que a intervenção por parte do Estado nos problemas sindicais dos trabalhadores das indústrias químicas abre caminho a uma prática de tentativa de subordinação dos trabalhadores ao poder constituído, manifestamos a nossa solidariedade à direcção do Sindicato dos Químicos e repudiamos vivamente todas as intervenções lesivas da liberdade dos trabalhadores.»



Um aspecto do ano de encerramento

APOIAR O PLANO DE POLÍTICA ECONÓMICA NA SUA INTERPRETAÇÃO PROGRESSISTA

—decisão do encontro dos bancários socialistas

Com a leitura e aprovação desta moção de solidariedade à Direcção dos Comícios, motivada pelas informações trazidas à assembleia por um dos membros daquela direcção, o qual referia inequivocamente a prisão de alguns camareiros seus e a ocupação pelo COPCON da sede do Sindicato em Leiria, terminamos, ontem à tarde, no Teatro Vasco Santana, os trabalhos do I Encontro Nacional dos Bancários Socialistas.

em evitar perder tempo em questões já decididas, como por exemplo, a unidade sindical, e avançar positivamente na procura de soluções.

SINDICATOS APARTIDÁRIOS MAS NÃO APOLÍTICOS

A primeira das sessões, marcada em princípio para as 14 e 20 de sábado, veio a começar só por volta das 15 e 30 e não estiveram presentes, além dos representantes dos núcleos de bancários, dois elementos da Comissão de Trabalho do P. S., — Manoel Corte e Fernando Lopes Cardoso.

Os temas propostos para esta sessão são os seguintes: «Solidariedade entre bancários e só o trabalho prevê o bem-estar» e «O trabalho prevê o bem-estar». Este último não foi desenvolvido, pois os bancários não se quiseram permitir que o horário previsto fosse infratido e a sessão foi interrompida. O primeiro grupo debateu sobre a importância das lutas no âmbito da sindicalização e ocupou toda a primeira sessão, até cerca das 5 e 30. Não se debateram problemas como a presença dos bancários nas comissões de Trabalho, Bancários e a sua participação em sua direcção, nos sindicatos, a organização sindical e o direito de intervenção dentro dos sindicatos, o benefício de indemnização, etc., alguns dos quais foram mencionados nos artigos aprovados na sessão de ontem. Assim, por exemplo, sobre o benefício de indemnização, um dos pontos mais amplamente discutidos, foi estabelecida e aprovada uma moção em que se afirma a necessidade de lutar pela indemnização dos bancários apartidários, em particular a criação de mais postos de trabalho.

Também a prevalência dos bancários foi objecto de uma moção, onde, depois de se reconhecer, por um lado a vantagem burocrática e profissionalmente presente da actual situação, por outro a necessidade de não se abandonar que através da sindicalização pelo trabalho os bancários do ramo dos trabalhadores do ramo se propõe a seguir:

- 1.—«Estruturar um serviço nacional de saúde, ao qual tenham acesso todos os cidadãos, em igualdade de direitos.
- 2.—«Estruturar a Caixa Nacional de Pensões.
- 3.—«Integrar os bancários no novo sistema de previdência Nacional, fortemente autorizada pelos trabalhadores.

Finalmente o direito de intervenção, também largamente discutido, veio a ser aprovado por maioria. Daqui em diante a respectiva moção de sustentação «defendendo os sindicatos apartidários — mas não apolíticos — e não ignorando que os sindicatos apolíticos não determinam a unidade sindical, o que foi, aliás, amplamente previsto durante a discussão do problema da unidade. Porém, concluímos que a unidade deve ser preservada, apenas das tendências divergentes quando do caso de surgir — e surgiram — no movimento sindical. Portanto em estes momentos, mantendo a forte expressão a representação da classe e os seus interesses, através da institucionalização do direito de intervenção.

ABSOLUTAMENTE INACETÁVEL O PLURALISMO SINDICAL.

A sessão da noite começou com que o horário, pelo que uma parte dos trabalhos previstos acabou por ser adiada para domingo de manhã. Não se juntaram aos bancários assistentes de direcção do P. S., Vitor da Gama Fernandes e Alberto Amaras.

O tema dominante nesta parte do Encontro foi a nacionalização da banca e a análise do actual momento político e económico, com particular incidência sobre o Programa Económico e Social, Partido das Teses Já aprovadas anteriormente pelo P. S., conclusão que se concluiu não valeria para a colocação da Banca ao serviço dos seus interesses dos mesmos trabalhadores e a partir claramente no sentido da socialização. Não estando previstas, para já a nacionalização da Banca, tem-se a importância da luta imediata nos trabalhos de análise de condições necessárias, prevendo-se logo as implicações desta luta de despojar a banca de nacionalização, a fim de que se possam dar os passos necessários para a definitiva nacionalização e não gerar perturbações incontroláveis.

Outra questão como os critérios de trabalhadores e o controlo de gestão pelos trabalhadores, embora fossem já afirmados a primeira sessão, não foi dominado viram a ser consensualmente aprovados de acordo.

Sobos o primeiro dos temas, após discussões democráticas, estabelecendo o consenso geral em que se afirma a importância do trabalho de comícios que constitua a principal actividade de participação dos trabalhadores. Salientamos ainda que não há que esquecermos de trabalhar para a construção sindical: unida e coesa, ali,

(Continua na página 10)

BANCÁRIOS SOCIALISTAS

(Continua na 12.ª página) neste momento, instrumentos indispensáveis na luta social e política, em que se afirma a actividade destes dois órgãos: o controlo de gestão e a acção puramente reivindicativa.

Depois de se afirmar a necessidade de os trabalhadores associarem, nas empresas nacionalizadas, em direcção à autogestão e, em empresas privadas, não ultrapassarem o âmbito de gestão em matéria associativa, pois se entendem ainda as estruturas e alianças financeiras de exploração, que servem a uma exploração, por parte dos trabalhadores, concluiu-se ainda o seguinte: «A moção sindical e a luta dos trabalhadores têm um denominador comum: a luta política. Assim, é absolutamente inaceitável o pluralismo sindical. Se o pluralismo político, neste momento, em Portugal, é uma necessidade histórica que resulta da oposição dialéctica entre a burguesia e os trabalhadores, a unidade sindical e a luta dos trabalhadores — é um factor de desintegração e não de unidade dos trabalhadores — o capitalismo».

Salientando, enfim, que o Programa de Política Económica e Social não é o programa do P. S., mas sim o da «ampla coligação de forças democráticas que fazem parte do P. S. em aliança com o M. F. A., os trabalhadores socialistas e uma nacionalização da vida social» manifestou o seu firme apoio à realização efectiva do Programa, no tenor da sua interpretação progressista.

UNIÃO DE TODAS AS FORÇAS DE ESQUERDA

Em virtude da falta de tempo, algumas das conclusões foram apenas elaboradas nas Comissões de Secção, de

cuja foi passado um voto de confiança pelos participantes. É o caso da importante moção sobre o direito bancário, lida e aprovada no sentido de encerramento, e onde se diz expressamente:

A transformação da sociedade e dos valores da produção implica que os bancos devam de servir a burguesia exploradora e parasitária. O antigo banco sociedade justa não tem qualquer significado. O povo tem o direito de saber qual o destino da propriedade nacional.

Concretamente ao que estava previsto, não houve a parte cultural nesta sessão de encerramento, visto que o não expor, apesar de a comissão de Leiria por motivos profissionais, Sérgio Zentil, José Magalhães Godinho e Sotomayor Costa possuírem outros trabalhos, sendo o primeiro, uma rápida intervenção, salientando a sua concordância total com as conclusões aprovadas, momento em que se realizou a unidade imposta administrativamente — a comissão Sérgio Zentil — é um factor de desintegração e não de unidade dos trabalhadores. A autonomia da classe operária não pode ser conseguida pelo Estado. Depois de vencer a violência indisciplinada que só poderá beneficiar a moção e comprometer toda a democracia política, o ministro da Justiça apela a necessidade de se realizarem as próximas eleições sob pena de se dar o processo revolucionário ser aprovado pelas direções e organizações da esquerda democrática e popular para que se atinja a revolução socialista, pois os nossos adversários são todos os reacconários e monopolistas que se opõem à democracia e ao socialismo.

10 MAR. 1975

Aprovados o relatório e as contas da direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa

Na Voz do Operário, e com a presença de 400 pessoas, realizou-se uma assembleia geral do Sindicato dos Bancários de Lisboa, durante a qual foram aprovados por maioria o relatório e as contas referentes ao ano de 1974.

Do relatório salienta-se: a intensificação da repressão fascista antes de 25 de Abril, consequência do aumento das actividades dos delegados sindicais; a nova orientação após o 25 de Abril, em ordem a uma consolidação dos processos democráticos, tendo sido o Sindicato local de colaboração com o M. F. A. e ponto de apoio de lutas de outros sindicatos, sem contudo desprezar as reivindicações da classe postas na conjuntura económica do País.

Em relação às contas há a salientar um saldo positivo de 6 231 834\$50, que se destinará particularmente à melhoria do Serviço de Assistência Médica.

No ponto de informações foi referida a luta dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos pela sua integração no Sindicato dos Bancários, a qual, segundo um comunicado lido na sessão, tem sido boicotada pelo Ministério das Finanças; e como justo corolário da sua luta, foi dada a notícia de que os 70 trabalhadores dos corretores suspensos em Janeiro, serão incluídos na banca nacionalizada.

11 MAR. 1975

A institucionalização do direito de tendência, no âmbito dos sindicatos, garantido a livre expressão e a representatividade das correntes minoritárias como forma de fazer face às várias tendências sindicais geradas pelas diversas opções políticas constituiu uma das conclusões aprovadas no 1.º Encontro Nacional dos Bancários Socialistas, que decorreu no último fim-de-semana num hotel dos arredores de Lisboa, embora a sessão de encerramento se tivesse efectuado numa sala de espectáculos da capital.

Foram diversos os temas debatidos pelos bancários socialistas nas reuniões de trabalho, merecendo especial relevância a discussão do horário nacional de trabalho e a acção desenvolvida pelas comissões de trabalhadores. Outros pontos foram, igualmente, apreciados, nomeadamente os relativos à nacionalização da banca; à actividade bancária no desenvolvimento do País; às cooperativas de crédito e aos problemas de concessão de crédito à agricultura e da política habitacional e crédito bancário. De sublinhar a apresentação de várias teses relativas à concessão de crédito.

Na reunião participou uma delegação da U. G. T. — secção espanhola dos trabalhadores bancários (sindicato clandestino), aprovando-se por aclamação uma moção de solidariedade para com a luta dos trabalhadores daquela nacionalidade.

Entretanto, os bancários socialistas definiram de igual modo como a linha de acção sindical, o seu apoio à coexistência de comissões de trabalhadores e de co-

missões de delegados sindicais nas empresas, delimitando, em cada caso, o seu âmbito de acção, considerando, no entanto, indispensável a independência das organizações dos trabalhadores quer em relação aos partidos políticos quer em relação ao Estado.

Num quadro sindical, os bancários socialistas concluem constatar-se que «o poder no interior da empresa já não pertence em absoluto ao dono do capital ou aos seus representantes, já que gradualmente e seguramente os trabalhadores con-

quistam formas de assumir esse poder. Porém, essas formas de poder que os trabalhadores vão encontrando em cada empresa estarão dependentes do momento histórico evolutivo e do tipo de garantias da gestão que lhes possam ser asseguradas.

**SUGEREM
BANCÁRIOS
SOCIALISTAS**

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE TENDÊNCIA NOS SINDICATOS

MOMENTO POLÍTICO • MOMENTO

O POVO TEM O DIREITO DE CONHECER OS DESTINOS DA POUPANÇA NACIONAL

—UMA DAS CONCLUSÕES DO ENCONTRO NACIONAL PROMOVIDO PELOS BANCÁRIOS SOCIALISTAS

«O caminho mais válido para o colocação da banca ao serviço dos reais interesses das classes trabalhadoras aponta, claramente, no sentido da fiscalização. No entanto, encontra-se aprovado o plano de Política Económica e Social pelos diversos órgãos do poder, nomeadamente o M. F. A. e o Governo Provisório. Todavia, este programa não propõe concretamente, a nível imediato, quer a nacionalização, quer a fiscalização, atendendo certamente às condicionantes decorrentes da conjuntura económica actual à qual é alheia a problemática do investimento a nível interno e externo, para além de outros factores menos significativos — salienta uma das sínteses das conclusões de empregados bancários reunidos no sábado e domingo, no Teatro Vasco Santana, sob a égide do Partido Socialista, tendo como objectivo fundamental «o de estabelecer uma linha de acção comum aos bancários socialistas, quer no plano sindical quer no plano político, além de se estabelecer relações de convívio entre trabalhadores do mesmo ramo profissional aderentes e militantes do Partido Socialista».

A proposta relativa à nacionalização da banca (aspecto não previsto, nem mesmo a título transitivo, nos complexos «aconso» da nossa economia dependente do poder do capital e da burguesia) assinala, noutro passo, a «necessidade de ser posta (a banca, claro) ao serviço das classes trabalhadoras do nosso país», uma política regional de créditos «tendo em conta os rendimentos do território», a criação de uma Central de Riscos, a normalização dos Processos administrativos bancários com vista à redução global dos custos, a criação de comissões de fiscalização nas operações bancárias integrando comissões de trabalhadores e a institucionalização de formas de cooperação entre os delegados do Banco de Portugal e aquelas comissões de trabalhadores.

● SIGILO BANCÁRIO NÃO SERVE AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E NEM OS TRABALHADORES

Dependência da banca privada em relação à banca nacionalizada; situação dos bancos nacionalizados e capitalismo do Estado; papel da banca estrangeira em Portugal; regimes de concessões de crédito; problemas de concessões de créditos e restrições impostas às agências; e relatórios sobre a situação da empresa ou do sector no plano regional foram outros dos temas analisados a partir de relatórios apresentados pelos núcleos bancários do continente e ilhas dos militantes do Partido Socialista que a comissão coordenadora, organizadora do 1.º Encontro Nacional, sob forma de propostas, pôs à discussão dos delegados presentes ainda no campo da política e da economia.

«A livre associação das cooperativas — assinala a síntese da conclusão relativa a «Cooperativas de Créditos» — localiza em organizações de âmbito mais geral indo até à nacional seria, naturalmente, a forma mais desejável e a mais adequada à defesa dos interesses gerais e aos imperativos de um indispensável plano lento económico», enquanto noutro passo se recorda a legislação promulgada no «terro» da 1.ª República, mas que nunca veio a ter efectiva realização, dado que o Governo fascista que se lhe seguiu, obviamente, nunca apoiou as cooperativas».

Comum ao sindicalismo — e aos trabalhos sobre política e economia, a proposta acerca de «Crédito Bancário» — como, de resto, muitas outras durante um encontro que por ser nacional teve larga repercussão e acesas discussões durante as sessões de sábado, à tarde, e domingo, pela manhã — foi abordada no espaço reservado aos temas político-económicos, ficando em síntese assim encaixada:

«É costume falar-se de sigilo bancário das informações, dos depositantes e dos beneficiários de crédito. Não compreendemos que haja tal sigilo. Ele só serve o capital enquanto se mantiver a actual estrutura bancária e a sociedade capitalista».

A mesma síntese acentua: «Sigilo para quem? Em proveito de quem? Para as pequenas e médias empresas e para os trabalhadores cuja situação desprezam e oprimem?».

El conclui seguidamente: «É necessário que o segredo bancário seja criticado. O Povo tem o direito de conhecer o destino da poupança nacional».

Após pormenorizada apreciação a respeito da «Empresa e do controlo de gestão pelos trabalhadores», onde, nomeadamente se assinala o facto de reservar e considerar as comissões de trabalhadores como «expressão da vontade independente das massas na sua luta» e se acentua que a autoridade pa-

tronal hierárquica é «já um factor histórico», a discussão dos temas propostos e aprovados por maioria (4 abstenções) em síntese geraram como postulado o seguinte:

«Nas empresas nacionalizadas pensamos que para se atingir a sua verdadeira socialização, deverão os trabalhadores avançar mais naquele controlo, em direcção à autogestão. Se pomos reservas ao avanço, nesta fase, a um controlo total da gestão, é porque se mantém ainda as estruturas e alianças financeiras e produtivas do capitalismo, que levariam a uma impotência, por parte dos trabalhadores, para fazer funcionar a máquina capitalista no sentido dos seus objectivos, nomeadamente quanto ao funcionamento, repartição dos resultados e assunção dos riscos!»

«A luta sindical e a luta dos trabalhadores tem um denominador comum: a luta política. Assim, é absolutamente inaceitável o pluralismo sindical. Se o pluralismo político neste momento em Portugal é uma necessidade histórica que resulta da oposição dialéctica entre a burguesia e os trabalhadores, a unidade sindical é uma imposição da vontade unitária da luta contra o inimigo comum dos trabalhadores — o capitalismo».

«Só pelas razões apontadas, a unidade sindical é uma imperiosa necessidade. Também importante é garantir a independência do movimento sindical do poder político».

● «VIOLÊNCIA INDISCRIMINADA COMPROMETE A DEMOCRACIA POLÍTICA» — assinalou o Dr. Salgado Zenha

«Somos partidários do socialismo em liberdade, defendendo o princípio que toda a unidade só pode ser encontrada na liberdade. A unidade imposta leva, mais cedo ou mais tarde, a formulas de controlo administrativo e policial» — afirmou o Dr. Salgado Zenha, membro da comissão política do Partido So-

cialista, no encerramento do 1.º Encontro Nacional dos bancários socialistas.

«Unidade — assinalou depois — significa autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos. Os sindicatos no socialismo não podem ser controlados pelo Estado. Não queremos o socialismo sem liberdades».

A presidir à sessão de encerramento, outro dos dirigentes do Partido Socialista: Dr. José Magalhães Godinho. Além dele e na mesa (que no sábado tiveram a presidência o Dr. Marcelo Curto), Mário Sottomayor Cardia, Alberto Andrade, Orlando Rola, Barbosa de Oliveira e Fernanda Lopes Cardoso.

Depois de assinalar a consciência de intervenção dos bancários na vida portuguesa e de ter assinalado o facto de ter sido apanhado de surpresa (não estava nos seus propósitos discuti-los) o Dr. Salgado Zenha acentuou:

«Violência indiscriminada só pode beneficiar a reacção e comprometer toda a democracia política. Há muitos que dizem que a liberdade é burguesa, como a democracia. Quem suprime a liberdade em 1926?».

Em seguida, disse: «Se porventura não se realizarem as eleições para a Assembleia Constituinte, todo o processo revolucionário será aproveitado pelas direitas e teremos um regime político onde não haverá liberdade nem socialismo».

Apontando plataformas a nível económico, social e político e apelando a criação de alianças entre o M.F.A., os partidos políticos e os trabalhadores criticando colunelismos e narcisismos insuportáveis, o Dr. Salgado Zenha, sempre apaudado, pôs duas questões prévias para a implantação de uma verdadeira democracia socialista em Portugal: «Os inimigos que põem obstáculos para a construção de uma democracia e de um socialismo; e as formas democráticas que podem e devem construir essa mesma democracia e esse socialismo».

«A alegação falsa do Povo não estar preparado para isso, afirmou a terminar, como para votar, permite que a reacção aproveite para desencadear os seus ataques».

ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES BANCÁRIOS



Realizou-se nos dias 8 e 9 de Março no Hotel das Arribas - Praia Grande - Colares, em regime de auto-gestão, o 1.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Bancários Socialistas.

Este encontro compôs-se de três sessões reitricas a aderentes e militantes do P.S. e de uma sessão ampla (entrada livre) para todos os Trabalhadores Bancários, independentemente da sua ideologia política ou opção partidária, e aos Trabalhadores em geral.

O objectivo fundamental deste 1.º encontro, foi o de estabelecer uma linha de acção comum aos Bancários Socialistas, quer no plano Sindical quer no plano Político, além de se estabelecerem relações de convívio entre trabalhadores do mesmo ramo profissional aderentes e militantes do P.S..

Presidiu aos trabalhos o Camarada Alberto Andrade, do B.N.U., Presidente da Mesa da Assembleia Geral dos Bancários do Porto, coadjuvado pelos Camaradas Marcelo Curto, do Secretariado Nacional do P.S., Maria Fernanda Lopes Cardoso, do mesmo Secretariado, Franca Ribeiro, do B.F. Burnay do Porto, Alves Caldeira, do B.E.S.C.L. de Lisboa e Alberto Silva, do Banco Fomento Nacional do Funchal.

Perante numerosa participação usaram da palavra vários Camaradas de diversos Bancos de várias localidades. De realçar a presença de Camaradas das Ilhas Adjacentes: Porto, Algarve e ainda de Camaradas da União Nacional de Trabalhadores Bancários de Espanha (Sindicato na clandestinidade).

Foram apresentadas, discutidas e aprovadas diversas Propostas e Moções.

Pontos fundamentais focados e discutidos:

— Necessidade da presença efectiva de todos os trabalhadores nas Assembleias Gerais para que estas não possam continuar a ser manipuladas por minorias que não representam a vontade da grande massa de Trabalhadores Bancários.

— A EMPRESA E O CONTROLO DE GESTÃO PELOS TRABALHADORES. (Necessidade ab-

soluta dos Bancos Nacionalizados serem efectivamente geridos pelos Trabalhadores. Transferência de Administradores de umas Empresas para outras).

— LUTA SINDICAL E POLITICA. (A luta Sindical e a luta dos Trabalhadores a nível de Empresa tem um denominador comum: a Luta Política. A conciliação quanto ao P.S. faz-se a este nível e não a nível económico. As limitações dos dois tipos de luta — Empresarial e Sindical — é evidente do ponto de vista de uma verdadeira emancipação da classe trabalhadora.

— Exito obtido por Comissões de Trabalhadores parciais com as Comissões de Delegados Sindicais, o papel que desempenham e a sua institucionalização.

— FISCALIZAÇÃO DA BANCA PELOS TRABALHADORES. SEGREDO BANCARIO.

— RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO

— FUNÇÃO INEFICAZ DOS DELEGADOS DO BANCO DE PORTUGAL.

— INTERVENÇÃO VIGOROSA DO CAMARADA VASCO DA GAMA FERNANDES ACERCA DA NECESSIDADE DA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E DE IRREGULARIDADES E FRAUDES POR ELA COMETIDA E TOLERADAS.

— DEPENDENCIA DA BANCA PRIVADA EM RELAÇÃO A BANCA NACIONALIZADA. FUNÇÕES DO BANCO CENTRAL.

— A ACTIVIDADE BANCARIA NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.

— PROBLEMAS DA CONCESSÃO DE CRÉDITO E RESTRIÇÕES IMPOSTAS AS AGENCIAS. PAPEL DA BANCA ESTRANGEIRA EM PORTUGAL.

— ANÁLISE CRÍTICA AO PROGRAMA ECONÓMICO DE EMERGENCIA.

— HORARIO DE TRABALHO NACIONAL. (Ampla discussão).

— ANÁLISE DO PROCESSO ELEITORAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS DO PORTO.

Na manhã do dia 9 foram elaboradas as conclusões em síntese e à tarde na sessão aberta no Teatro Vasco Santana em Lisboa foram as mesmas apresentadas a todos os Trabalhadores presentes.

Presidiram a esta sessão os Camaradas Saigado Zenha, Magalhães Godinho, Sotto Mayor Cardin, Orlando Magalhães, Anselmo (Presidente do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa), Maria Fernanda Lopes Cardoso, Alves Caldeira e Alberto Andrade. Em ambiente de optimismo e exaltação Patriótica seguiu-se o encerramento do 1.º ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS SOCIALISTAS.

12 MAR. 1975

SINDICATOS CONDENAM INTENTONA REACCIONÁRIA

A Intersindical Nacional, que foi a primeira organização de trabalhadores a apelar para a vigilância popular, emitindo vários comunicados durante o dia de ontem, tendentes a elucidar os seus aderentes contra a manobra reaccionária levada a efeito por alguns oficiais das Forças Armadas, divulgou esta madrugada uma nota em que acentua que «a intenção reaccionária de ontem 11 de Março, veio provar que não se pode deixar qualquer margem de manobra, nem dar espaço ao capital monopolista, latifundiário e aos seus lacaios», a Intersindical Nacional acrescenta:

«Para consolidar o avanço do processo revolucionário impõe-se: o reforço da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores na sua organização sindical; o saneamento a todos os níveis, do aparelho do Estado, das Forças Armadas e militarizadas; a destruição definitiva do poder dos monopólios e dos latifúndios, pondo a economia ao serviço do País de forma a beneficiar efectivamente as classes mais desfavorecidas; a actualização do salário mínimo e por fim no desenfreado aumento dos preços; justiça revolucionária contra os criminosos subversores da economia nacional e todos os traidores do espírito do 25 de Abril.»

No outro passo do comunicado a Intersindical Nacional afirma:

«A Intersindical há muito que vinha alertando para a actualizada provocatória fascista, tal como o fizera no 25 de Setembro. Assim, tornou-se possível cortar o passo à reacção e reforçar a aliança revolucionária com o glorioso Movimento das Forças Armadas.»

No final de todos os seus comunicados a Intersindical Nacional faz um apelo a todos os trabalhadores para se «manterem firmes, organizados e vigilantes e contra a reacção.»

Entretanto, a Confederação dos Trabalhadores Franceses

Bancários

Por seu turno o Sindicato dos Bancários de Lisboa não comunicou distribuído aos seus sócios afirma que, «face à desesperada tentativa reaccionária resolvida encerrar os bancos». De acordo com o comunicado «esta medida tentou-se a proteger os valores à guarda dos bancos da época das administrações reaccionárias».

O Sindicato dos Médicos acentuando que «o acordo está em perigo» o 25 de Abril acentua a dada passo:

«A reacção fascista mostra os garras, pronta a destruir a democracia, pronta a esmagar o povo português e começa por atacar o glorioso o Movimento das Forças Armadas. Todos temos de estar unidos com o M. F. A. para darmos a resposta e o correctivo que os reaccionários estão a pedir.»

Fixando que o «aparelho de Estado seja saneado sem hesitações», a organização pro-sindical dos trabalhadores da Função Pública depois de denunciar a manobra reaccionária declara que «os trabalhadores da função pública, em torno de sua organização sindical, lutarão pelo avanço do processo revolucionário, à justa aspiração do povo português.»

O Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa ao mesmo tempo que denuncia as «provocações a organizações progressistas, as acções terroristas da Polícia de Segurança Pública e as declarações fascistas de políticos e partidos ilhos democráticos» apela para que o trabalhador exija «que os responsáveis por mais esta afronta sejam severamente castigados.»

Electricistas

O Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul ao exortar os seus sócios para uma vigilância contra a reacção afirma que «a luta pela consolidação da democracia é a luta pela defesa do povo português.»

Regozindo-se pelo «esmagamento da intentona levada a cabo pela reacção», o Sindicato dos Operários das Indústrias de Madeira e Oficinas Convolativas do Distrito de Lisboa além de apelar para a institucionalização do M. F. A. exige que «os responsáveis por esta sinistra tentativa, que visava destruir a jovem democracia portuguesa, sejam severamente punidos.»

O Sindicato dos Seguros de Lisboa acentua que «os acontecimentos que acabamos de viver são prova cabal que as forças reaccionárias não desarmam e que, para as levamos de vencida definitivamente, é condição essencial a unidade de todas as forças progressistas em estreita aliança com o patriótico Movimento das Forças Armadas.»

Por seu turno, a Empresa Públicas das Águas de Lisboa «a fim de prevenir possíveis boatos forjados pela reacção vem comunicar ao povo abastecido por esta empresa que o serviço de vigilância ao mantido atento a fim de garantir o abastecimento à população.»

Por último o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa não comunicou distribuído «A reacção não passou apela para a organizada vigilância dos trabalhadores do comércio para que não permitam o acambramento de produtos e fiscoalçam constantemente a renovação de «stocks» dos produtos de primeira necessidade.»

12 MAR. 1975

REUNIÃO DE BANCÁRIOS

Na sede da Sociedade Filarmónica Capricho Bejense, realiza-se hoje, quarta-feira, dia 12, pelas 21 horas, uma reunião de associados do Sindicato dos Bancários, promovida pela direcção do Sindicato dos Bancários de Lisboa de colaboração com a comissão distrital de delegados.

A agenda de trabalhos inclui os seguintes pontos:

1 — Informações; 2 — Horário de trabalho nacional.

OS BANCOS TALVEZ NÃO ABRAM AINDA HOJE

● O GOVERNO ESTUDA A SITUAÇÃO

«Não sabemos se será possível que os estabelecimentos bancários reabram amanhã (hoje). Tudo depende das conversações que estamos a empreender com o Governo. Mas por enquanto não há condições. Talvez só sexta-feira», afirmou-nos Mário Henriques, membro da direcção do Sindicato dos Empregados Bancários, a propósito do encerramento dos bancos, em face da actual situação criada pelo golpe reaccionário de 11 de Março, acrescentando que «caso seja necessário, estaremos também abertos no sábado».

Referindo-se, depois, às medidas a tomar, Mário Henriques confidenciou-nos que todas elas visam evitar a sabotagem económica, nomeadamente, a fuga de capitais para o estrangeiro ou o levantamento maciço de grandes somas de dinheiro, declarando a terminar.

«Não esqueçamos que o 28 de Setembro foi financiado pelos bancos.»

Entretanto, um comunicado dos trabalhadores bancários à população apela para a vigilância aos estabelecimentos bancários, «com o fim de não permitirem o desvio dos bens do povo português», salientando que a reabertura deverá processar-se o mais breve possível «mas com as estruturas e organização que permitam essa perspectiva».

A participação dos bancários na gestão da Banca

A Comissão Coordenadora dos Bancários Socialistas distribuiu, on-

tem, um comunicado analisando o problema de «contrôle» de gestão dos bancos pelos trabalhadores, como vem consignado no programa partidário. Consideram, porém, que tal desiderato só se torna objectivo quando realizado «directa e democraticamente por eles próprios». Nesse sentido, a comissão entende e recomenda:

1—Os sindicatos, sob pena de falharem no seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores, não devem intervir nem participar, ainda que indirectamente, em qualquer acção de gestão das empresas.

2—Assim, só é aceitável que os elementos das eventuais comissões de gestão, a serem designadas pelos sindicatos, o sejam a título precário, devendo ser substituídos, no prazo máximo de uma semana, por elementos eleitos por todos os trabalhadores, em escrutínio directo e voto secreto, sobre listas apresentadas com 48 horas de antecedência.

3—Nos bancos onde existem comissões de trabalhadores democraticamente eleitas, devem ser essas mesmas comissões a assumir desde já o «contrôle» de gestão.

Também o núcleo socialista do Banco Pinto de Magalhães se pronunciou sobre o mesmo assunto, decidindo que, «se for aprovada, a nível governamental, a necessidade de participação dos trabalhadores na gestão da Banca», as comissões a designar sejam democraticamente eleitas.



O apelo para que todos os trabalhadores bancários se mantivessem vigilantes encontrou eco por parte de todos eles, como, de resto, a foto bem documenta

13 MAR. 1975

«Contrôle» dos Bancos

Tomada de posição dos bancários socialistas

A Comissão Coordenadora dos Bancários Socialistas divulgou um comunicado no qual defende que «a consolidação do processo democrático em curso e das vitórias até agora alcançadas sobre a reacção está, no plano político, fortemente vinculada à garantia de unidade de todos os trabalhadores».

«Por isso — acrescenta-se —, torna-se-nos claro que a posição assumida no sentido do «contrôle» de gestão dos bancos pelos trabalhadores — que inteiramente apoiamos e que é consignada no programa do nosso partido — só será efectiva se realizada directa e democraticamente por eles próprios.»

Nestas condições, os bancários socialistas afirmam que «os sindicatos, sob pena de falharem no seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores, não devem intervir nem participar, ainda que indirectamente, em qualquer acção de gestão das empresas».

«Assim, só é aceitável que os elementos das eventuais comissões de gestão a serem designados pelos sindicatos o sejam a título precário, devendo ser substituídos no prazo máximo de uma semana por elementos eleitos por todos os trabalhadores em escrutínio directo e voto secreto, sobre listas apresentadas com 48 horas de antecedência».

«Nos bancos onde existem comissões de trabalhadores democraticamente eleitas, devem ser essas comissões a assumir, desde já, o «contrôle» de gestão.»

Por outro lado, o núcleo socialista do Banco Pinto de Magalhães deliberou que «se for

aprovada a nível governamental a necessidade de participação na gestão da banca pelos trabalhadores, as comissões a designar sejam democraticamente eleitas pelos trabalhadores em reunião geral».

Foi decidido, ainda, que «as comissões de trabalhadores actualmente em funções desde que democraticamente eleitas, deverão, de imediato, convocar reuniões gerais para desenvolvimento do processo».

Por último, o núcleo «admite a nomeação de comissões provisórias nomeadas pelo Governo por sugestão dos sindicatos (e sem prejuízo do exposto), com eleições a realizar no prazo máximo de uma semana».

13 MAR. 1975

TRABALHADORES CONTROLAM MOVIMENTO**ACTIVIDADE BANCÁRIA
AO SERVIÇO DO POVO**

«A fim de ficarem assegurados os bens postos à sua guarda e colaborarem com todas as forças progressistas na defesa da democracia», os sindicatos bancários de Lisboa, Porto e Coimbra, perante a tentativa do golpe reaccionário de anteontem, resolveram que os trabalhadores bancários encerrassem, ontem, os bancos, cuja reabertura se prevê para hoje.

No comunicado daqueles sindicatos, lê-se ainda:

«O desenrolar do desmantelamento do golpe reaccionário levou à detenção e à procura pelo COPCON, de elementos constituintes das administrações de vários bancos privados. Durante este desenrolar no dia 11, a tarde e à noite, os trabalhadores bancários montaram um serviço de vigilância aos estabelecimentos bancários com o fim de não permitirem o desvio dos bens do povo português».

Mas, os bancos têm que

começar a ser entidades ao serviço do povo, como tal, têm que funcionar, efectivamente, ao serviço desse povo. Como tal, têm que reabrir o mais depressa possível, mas com as estruturas e organizações que permitam essa perspectiva».

Entretanto, «como garantidas dos bens confiscados e dos bens confiados à guarda dos bancos, não deverão, sob nenhum pretexto ser levantados os piquetes de vigilância até à reabertura dos estabelecimentos de crédito».

E o comunicado acrescenta: «Estas medidas foram, portanto, tomadas pelos trabalhadores bancários através das suas estruturas sindicais, em ordem a fazer progredir o irreversível processo democrático. Os valores do povo português, dados à guarda dos bancos, estão, devidamente salvaguardados. Assim, a população não se deverá deixar influenciar por boatos alarmistas».

13 MAR. 1975

5331 + foto



CENTENAS DE BANCÁRIOS ENCHEM RUAS DA BAIXA LISBOETA

• A Banca não reabrirá até que se conclua a reestruturação dos serviços

Algumas centenas de trabalhadores bancários enchem esta manhã algumas ruas da Baixa, em virtude de hoje ainda se encontrarem encerrados todos os bancos. Muitos populares juntavam-se também em grupos, à porta dos estabelecimentos bancários, e ao longo das principais ruas da Baixa pombalina.

Todos os estabelecimentos bancários se encontram vigiados por piquetes de trabalhadores, que não permitem qualquer movimento de contas. Administradores de alguns bancos foram impedidos de entrar nas suas instalações por delegados sindicais dos bancários.

«Os trabalhadores farão todos os possíveis por dar rapidez aos assuntos mais urgentes, assim que os bancos vol-

tem a abrir» — dizia esta manhã na Rua do Ouro uma funcionária bancária a um popular que a interpelava acerca de pagamentos de salários através dos bancos.

Segundo um comunicado dos Sindicatos Bancários de Lisboa, Porto e Coimbra, difundido às primeiras horas da manhã de hoje, a banca permanecerá encerrada até que os trabalhos de adaptação da sua estrutura à actual situação estejam concluídos. Segundo a que as organizações sindicais, torna-se necessário to-

mar medidas que evitem a sabotagem económica, nomeadamente através da fuga de capitais, e adoptar métodos de trabalho que contribuam para que a economia seja posta ao serviço do povo.

A Baixa era esta manhã a zona mais «agitada» de toda a cidade de Lisboa. Tudo o resto permanecia em absoluta calma, nomeadamente as saídas rodoviárias. Junto ao R. A. L. 1, permanece grande número de populares, que manifestam aos militares do aquartelamento o seu apoio.



Bancários aglomeram-se à porta dos bancos, impedindo o movimento de contas e a entrada de administradores

Sindicato dos Bancários de Coimbra e o encerramento dos bancos

5332

O Sindicato dos Bancários do Distrito de Coimbra distribuiu ontem um comunicado no qual dá conta da posição assumida face à intenção de 11 de Março.

Justificam essa tomada de posição pela necessidade de adiantar as actuais estruturas das empresas bancárias, como consequência lógica da nova situação política conquistada. Esta adaptação tendo em conta que as riquezas acumuladas são fruto da exploração desenfreada da classe trabalhadora e que as pequenas economias devem ser salvaguardadas, impõe-se claramente.

Por outro lado a nova situação política exige medidas imediatas contra os monopolistas e latifundiários pondo a economia ao serviço do povo português. Como ainda não foi possível realizar tudo o

que consideram necessário para que esses objectivos sejam alcançados, torna-se prematura a abertura dos Bancos imediatamente.

Diz ainda o comunicado que a reabertura será tornada pública pelos Sindicatos e órgãos governamentais, pedindo para que todo o boato seja repudiado.

Telegrama enviado ao R.A.L.-I

É o seguinte o teor do telegrama que o Sindicato dos Bancários enviou ao R. A. L. 1:

«Que o sangue dos camaradas derramado seja bem pago pelos criminosos. Que o MFA reconheça o erro da exagerada benevolência. Nós queríamos uma revolução só com flores. O fascismo não quer. EXIGIMOS JUSTIÇA».

13 MAR. 1975

BANCOS CONTINUAM ENCERRADOS

Os Sindicatos Bancários de Lisboa, Porto e Coimbra decidiram no sentido de os estabelecimentos bancários, con- do dia de hoje. Numa comunica- ção às populações, afirma-se no- mesadamente: «A necessidade de adaptar as actuais estruturas das empresas bancárias aparece como consequência lógica da nova si- tuação política conquistada. Essa

adaptação, tendo em conta que as riquezas acumuladas são fruto da exploração desenfreada da classe trabalhadora e que as pa- vanguardadas, é necessariamente complexa. Por outro lado, a nova situação política exige medidas imediatas contra os monopólios e latifundiários, pondo a econo- mia ao serviço do povo portu-

guês. Como ainda não foi pos- sível realizar tudo o que consi- deramos necessário para que estes objectivos sejam alcança- tura dos bancos imediatamente.»

Os trabalhadores bancários continuam concentrados junto dos seus estabelecimentos, onde são escalados para piquetes de vigilância.

14 MAR. 1975

SINDICATO BANCÁRIOS LISBOA

Convocatória ASSEMBLEIA GERAL (Sessão Extraordinária)

Convocam-se os sócios deste Sindicato para uma Sessão Extraordinária a realizar em 14 de Março próximo, às 21,00 horas, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. **Informações**
2. a) **Horário de Trabalho Nacional**
b) **Programa de Política económica e social**
c) **Sabotagem económica na banca**

Lisboa, 12 de Março de 1975

Pelo Secretariado da
Mesa da Assembleia Geral
Francisco Teodósio Juradinho Serrano

14 MAR. 1975

EMPREGADOS BANCÁRIOS RETOMAM POSTOS DE TRABALHO

Os bancos devem reabrir amanhã ao público para o seu primeiro dia de funcionamento, depois da nacionalização decretada pelo Conselho da Revolução.

Embora seja sábado, os referidos estabelecimentos de crédito respeitarão o horário estabelecido para os restantes dias da semana, ou seja, abertura às 9 horas e encerramento às 18

com um intervalo das 12 às 14 horas, para almoço. Entretanto e como é habitual, os serviços para o público serão encerrados às 15 e 30.

Esta tarde, porém, já os empregados bancários retomarão os seus postos de trabalho para concluir as tarefas interrompidas no passado dia 11. Não serão, no entanto, atendidas quaisquer operações de balcão.

14 MAR. 1975

Nacionalização da banca

Defendem bancários socialistas

«Entendemos que só a nacionalização da banca servirá, realmente, os interesses dos trabalhadores, desde que acompanhada de uma verdadeira socialização que reestruture todo o sistema bancário, e que impeça todo e qualquer capitalismo de Estado»—afirma a Comissão Coordenadora dos Bancários Socialistas num comunicado datado de ontem.

No mesmo comunicado, embora, por um lado, se declare que «só no sistema totalmente socialista é admissível a participação dos trabalhadores, na gestão das empresas», por outro lado, acrescenta-se que, «no entanto, na actual conjuntura, que exige soluções necessariamente urgentes, é aceitável, mas só a título precário, que a indicação daquelas elementos para nomeação pelo Governo seja efectuada pelas referidas direcções sindicais desde que esses

elementos sejam, dentro de curto prazo, confirmados ou substituídos, mediante escrutínio directo e voto secreto exercido por todos os trabalhadores bancários».

E conclui o comunicado: «Devem ser imediatamente criadas, em cada banco, comissões de controlo de gestão, constituídas exclusivamente por elementos democraticamente eleitos por todos os trabalhadores; estas comissões deverão funcionar nos centros de decisão, junto das comissões de gestão, com amplos poderes de controlo destas, de modo a que, na prática, se impeça a concretização de decisões lesivas da economia nacional e dos verdadeiros interesses dos trabalhadores.»

14 MAR, 1975

Patrões desenvolvem campanhas contra trabalhadores bancários

AMANHÃ, é possível que os bancos estejam abertos

Lutando na defesa e garantia dos direitos do povo trabalhador, os empregados bancários mantêm vigilância absoluta nas instalações de crédito, impedindo todas as manobras de desvio de fundos.

Entretanto, grupos de reacçãoários da sector empresarial e capitalista procuram fazer cair no descrédito o emprego destra trabalhadores. Nesta sentido, não faltam acusações contra a classe, a quem, de má fé, atribuem culpa de impedir o funcionamento da banca. Dividir os classes trabalhadoras é, neste momento, a divisa da reacção, servindo-se, para o efeito, de estratégias em

fim-de-semana, um movimento com milhares de pagadores da mesma operários.

Entidades patronais procuram fazer os históricos de não facilitarem o pagamento dos salários. Segundo afirmações feitas ao nível nacional por um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Bancários, chegam com frequência a queixas de telefonemas anónimos ou identificados, na mira de desactivar uma campanha pacífica contra as práticas repressivas de vigilância dos trabalhadores bancários.

Falando alarctos procuram criar um clima de inseguran-

ta, mesmo inclusive entre os familiares, por vigilância.

Não é por acaso que, tal como nos últimos um dirigente sindical, foram verificadas algumas vezes a urgência de telefonar aos familiares de elementos da classe, lançando alarctos, desta natureza — Minha senhora, vai ao hospital que o seu marido foi ferido no banco.

Apesar de tudo, os trabalhadores bancários confirmam a sua intenção de estabelecer com a democratização do País, lutando, neste momento, pela defesa e garantia da economia nacional. Declaram, por outro lado, estarem dispostos a todos os sacrifícios, inclusive o tratar-se fora de hora, desde que haja garantias absolutas de não haver desvios de capitais.

Estaremos dispostos, se necessário, a trabalhar no próximo dia de sábado, desde que nos beneficiem das classes trabalhadoras. O que não podemos é abandonar os interesses dos portugueses, incluindo não tivemos a certeza de que não se verificam hipóteses de sabotagem. Declaram, mas, um porta-voz de Sindicato dos Bancários.

Correio do Fado (Londres)

OS BANCOS CONTINUAM ENCERRADOS

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.

Os bancos em Portugal não estão abertos desde o início da greve dos trabalhadores bancários e não se prevê a sua abertura antes de 15 de Março.



1º aniversario - 1975



14.3.1974



14.3.1975

BANCA NACIONALIZADA

A nacionalização da banca, determinada por um decreto-lei do Conselho da Revolução, constitui a prova mais cabal de como o M. F. A., em estreita aliança com o povo na construção de uma sociedade mais justa e humana, controla a situação no País. Esta primeira medida tomada pelo Conselho da Revolução é igualmente, por si só, o mais veemente desmentido dos boatos alarmistas ontem propalados com sinistras intenções pelos que tentam a todo o custo, e em vão, recuperar os privilégios de exploração do povo que vão perdendo. A partir deste momento, o povo português pode estar certo de que as economias que deposita nos bancos serão aplicadas no desenvolvimento económico do País no interesse das grandes maiorias, deixando de ser manipuladas por uma minoria de privilegiados ao bel-prazer dos seus inconfessáveis jogos de interesses. Partidos verdadeiramente populares e outras organizações políticas

A CAPITAL

LISBOA

14 MAR. 1975

O POVO COM O M.F.A.

BANCÁRIOS MANIFESTAM-SE

A hora a que encerramos esta edição está a decorrer na Baixa de Lisboa uma grande manifestação de bancários, que demonstram o seu regozijo pelas disposições tomadas.

Os manifestantes percorreram diversas artérias lisboetas e designadamente a Rua do Ouro, onde antes do 25 de Abril os bancários foram vítimas da repressão armada do fascismo.

Espectáculos cancelados

Foi entretanto anunciado que, em virtude da concentração que a partir das 19 e 20 tem lugar frente ao Palácio de Belém, estão cancelados todos os espectáculos a partir das 18 horas.

NACIONALIZAÇÃO DA BANCA INDISPENSÁVEL AO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DO M.F.A.

DIVERSAS organizações, quer políticas quer sindicais, têm publicamente manifestado o seu regozijo pela nacionalização da banca, decretada ontem à noite pelo Conselho da Revolução, e simultaneamente — como noutro local anunciamos — expressam o seu apoio à institucionalização do M.F.A., repudiando os intentos reacçãoários registados no passado dia 11.

É neste quadro de satisfação geral que se insere o telegrama enviado ao Conselho da Revolução, no qual, a comissão distrital do Porto do Movimento Democrático Português — M.D.P./C.D.E. — saúda entusiasticamente a patriótica medida da institucionalização do M.F.A. e a nacionalização da banca, indispensáveis ao avanço revolucionário do cumprimento do Programa do glorioso M.F.A. e objectivo de luta das organizações verdadeiramente democráticas em defesa dos legítimos interesses do povo português.

Com unidade, e com o M.F.A. caminharemos lado a lado para o rápido estabelecimento de um Portugal democrático e socialista, uma Pátria livre e feliz.

Inequivoco indicativo

Por seu turno as bases socioprofissionais dos trabalhadores bancários da mesma formação política distribuíram um comunicado em que especificamente aprecia o tema da nacionalização da banca, salientando que «a primeira medida do Conselho da Revolução é inequívoco indicativo de que

as medidas económicas necessárias ao avanço do processo revolucionário serão uma realidade».

É acrescentado no documento:

«A nacionalização da banca, reivindicação sentida dos trabalhadores portugueses, dos trabalhadores bancários, é um marco na transformação de uma situação de instabilidade social engendrada e estimulada pela reacção, numa

situação em que haverá lugar à tomada das amplas medidas de desenvolvimento económico.»

E mais adiante, lê-se no comunicado:

«As bases socioprofissionais do M. D. P./C. D. E. apoiam com regozijo a medida revolucionária agora tomada e consideram que os trabalhadores bancários, lado a lado com todos os trabalhadores portugueses, através das suas estruturas representativas, estarão em condições de colocar em prática esta patriótica medida.»

P. C. P. apoia

A comissão política do comité central do P. C. P. distribuiu a seguinte nota:

«A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, ao tomar conhecimento, em reunião, da constituição do Conselho de Revolução do M. F. A. e da sua primeira medida legislativa — a nacionalização da Banca — afirma o seu completo apoio a essa medida que se estva tornando indispensável para a consolidação e desenvolvimento do processo democrático.»

A comissão política do comité central do P. C. P. exorta a classe operária, as massas trabalhadoras e o povo em geral a manifestarem o seu aplauso a esta histórica decisão.

A comissão política do comité central do P. C. P. propõe a todas as forças democráticas e populares a organização em comum por todo o País de comícios, concentrações, desfiles e manifestações que promovam o regozijo popular e reforcem a aliança Povo-M. F. A.

Desenvolver as bases económicas do socialismo em construção

De igual modo a Federação Distrital do Porto do Partido Socialista, em comunicado distribuído aos órgãos da comunicação social «exprime o seu grande regozijo pela medida revolucionária da nacionalização da banca» salientando:

«Esta primeira medida antimonopolista de grande envergadura, proporciona o controlo público dos centros nervosos da economia nacional, no sentido de se estimular os investimentos produtivos, criar novos empregos e desenvolver as bases económicas do socialismo em construção.»

É acrescentado ainda que «esta medida só servirá os interesses dos trabalhadores desde que acompanhada de uma verdadeira socialização que reestruture todo o sistema bancário e que evite todo e qualquer capitalismo de Estado».

A mesma federação do Porto do P. S. enviou telegramas ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Conselho Superior da Revolução.

Cabe aos órgãos do poder designar corpos gerentes

Do mesmo modo o Sindicato dos Bancários de Lisboa exprime o seu regozijo pelas medidas adoptadas e especifica que «cabe agora aos órgãos do Poder designar os corpos gerentes dos bancos».

Trabalhadores da RTP manifestam regozijo

Também o turno de piquete da Radiotelevisão Portuguesa divulgou a satisfação que a medida provocou entre os trabalhadores daquela estação, que pediram às estações de Rádio e Imprensa para divulgarem o seu regozijo pela medida do Conselho da Revolução a propósito da nacionalização da banca, reiterando o seu total apoio àquele Conselho da Revolução.

TÉCNICOS APRECIAM NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

A decisão de nacionalizar a banca, medida adoptada ontem à noite, pelo Conselho da Revolução, na sua primeira acção legislativa, foi recebida com regozijo pelas classes trabalhadoras nos diversos campos da economia portuguesa. De igual modo, pela posição que ocupam nos quadros dirigentes, em vários sectores, alguns responsáveis apreciam a deliberação tomada, considerando-a como indispensável ao desenvolvimento do País.

Armando de Castro: «Sem essa liquidação não era possível avançar na democratização política»

Eis o que a propósito da nacionalização dos estabelecimentos de crédito bancário nos declarou o director da Faculdade de Economia do Porto, prof. Armando de Castro:

«É evidente que começo por reafirmar aquilo que tenho dito há meses sobre a liquidação do poder dos monopólios e latifúndios. Sem essa liquidação não só era impossível liquidar os grandes problemas económicos do nosso povo como avançar na democratização política, visto esse poder económico do alto capital ser inimigo jurado dos interesses de todo o povo.»

«Neste conjunto destaca-se, pelo seu papel estratégico e pelo facto de serem o centro de, praticamente, quase todos os grandes grupos, o capital financeiro, cujo principal apoio, embora não único, é a banca privada. Colocar, portanto, esta banca ao serviço dos interesses do povo trabalhador e de todas as camadas progressistas, colocá-la, inclusive, ao serviço da pequena e média empresa, era realmente um passo que só a nacionalização poderia cumprir.»

Porém, não uma nacionalização meramente

ponha nas mãos das camadas populares um poderoso instrumento de limitação relativa da sua agressividade económica e até política.»

Mário Murteira: «Clarificação do processo revolucionário»

Por sua vez, o dr. Mário Murteira, conhecido economista e recentemente nomeado pelo Conselho de Ministros para ocupar o cargo de vice-governador, por parte do Estado, do Banco de Portugal, afirmou-nos:

«É evidente que se trata de um passo fundamental para orientar a sociedade portuguesa no sentido do socialismo. O Estado e os trabalhadores dispõem agora de instrumentos poderosos de controlo da actividade económica. Julgo, portanto, que o processo revolucionário português poderá adquirir uma determinação e uma clarificação que não tinha tido até este momento.»

Quanto à situação dos grandes grupos económicos e das empresas dependentes dos bancos agora nacionalizados, salientou que as empresas continuarão certamente a ser propriedade privada, estando o seu comportamento determinado pelo comportamento do próprio Estado. Acrescentou, no entanto, que «não estou de maneira nenhuma a admitir que da nacionalização da banca



O Presidente Costa Gomes profere a sua comunicação ao País. À sua direita, Vasco Gonçalves e Melo Antunes; à esquerda, os generais Carlos Fabião, Mendes Dias e o almirante Rosa Coutinho

CONSELHO DA REVOLUÇÃO CONSTITUI-SE E DECRETA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

O Conselho de Estado, na sua reunião de ontem à noite, já constituído apenas por elementos militares, elaborou e aprovou a Lei Constitucional N.º 5/75, pela qual este órgão e a Junta de Salvação Nacional são dissolvidos, passando os seus poderes para o Conselho da Revolução, de que fazem parte os elementos mais representativos do M. F. A., revela uma nota distribuída pelo ministro da Comunicação Social.

O Conselho da Revolução, imediatamente reunido na sua primeira sessão legislativa, elaborou e aprovou um decreto-lei nacionalizando todas as instituições de crédito bancário, com sede em Portugal e ilhas adjacen-

tes, com pequenas excepções, atendendo à existência de filiais de bancos estrangeiros e caixas económicas e de crédito agrícola mútuo que aguardarão lei especial.

Conselheiros civis renunciam aos cargos

Anteriormente, efectua-

ra-se em Belém uma reunião do Conselho de Estado sob a presidência do general Costa Gomes, no início da qual os conselheiros civis, no propósito de facilitar a rápida solução de alguns dos pro-

blemas emergentes dos graves acontecimentos ocorridos no passado dia 11, puseram os seus cargos à disposição do Presidente da República.

O Presidente, concordando com as razões in-

vocadas, aceitou a renúncia, exprimindo simultaneamente o seu apreço pela forma altamente prestigiosa como desempenharam as suas funções, considerada relevante e distintíssima.

POSIÇÃO DE FORÇAS DO TRABALHO

SINDICATOS UNIDOS AO MFA EM DEFESA DA DEMOCRACIA

— PROPOSTA DA USP

O secretariado da União dos Sindicatos do Porto também distribuiu um comunicado, no qual salienta que «a reacção não desarmou com o 28 de Setembro, não desistirá com o 11 de Março se os trabalhadores não avançarem resolutamente e unidos em estreita aliança com o MFA na construção e defesa de uma sociedade realmente democrática».

Relembrando seguidamente os acontecimentos que faziam prever o golpe contra-revolucionário de 11 de Março, tal como ataques caluniosos ao MFA e

Braga: «Pelo fim da exploração capitalista»

Também em Braga a União dos Sindicatos do distrito difundiu um comunicado pela população, em que aceitava: «a defesa dos nossos filhos faz-se na rua, nos sindicatos e nos locais onde seja necessário estarmos vigilantes na defesa da unidade Povo/MFA. Só assim faremos a revolução popular que há-de emancipar os trabalhadores e libertar o povo português da miséria e da injustiça social. Mais uma vez a reacção experimentou a capacidade dos trabalhadores e estes mais uma vez responderam: a reacção não passará». No final, a União dos Sindicatos apela para que todos os trabalhadores percarn o medo, porque eles são uma força invencível ao lado das Forças Armadas, e para que lutem pela sua emancipação total, pela destruição das forças reaccionárias, pelo fim da exploração capitalista, pela revolução socialista».

às leis de saneamento, a proliferação de greves nos liceus, aumentos de preços de produtos essenciais bem como outras actuações provocatórias, o secretariado do USP preconiza uma actuação concertada, de toda a estrutura sindical em todos os momentos de perigo como aqueles vividos recentemente em que a paralisação geral e concentração e vigilância em pontos estratégicos foram decisivos na luta ombro a ombro com o MFA na defesa das conquistas democráticas já alcançadas.

Pedindo depois atenção às palavras de Vasco Gonçalves quando apelava à união dos seus sindicatos, a USP salienta que é preciso redobrar a vigilância, cerrar fileiras em torno da organização sindical, manter permanente contacto com os sindicatos para que a reacção não passe.

Banco Português do Atlântico: «pura traição para com o povo português»

Por sua vez, os trabalhadores do Banco Português do Atlântico condenam vigorosamente a intenção contra-revolucionária e altamente atentatória da instauração da democracia em Portugal e de pura traição para com o povo português», afirmando o seu incondicional apoio ao MFA e ao Governo Provisório no combate à reacção capitalista até à sua total exterminação. «Não esquecendo a nossa condição de profissionais conscientes, esclarecemos o público em geral de que, para sua garantia, tud faremos para que seja assegurado o bom funcionamento dos serviços deste banco, logo que se verifique a sua reabertura».

Pescadores sanearam servidores de Tenreiro

O Sindicato Livre dos Pescadores — segundo um comunicado — afirma que ao ter conhecimento da manobra contra-revolucionária fez publicar, imediatamente, um comunicado chamando a atenção para a vigilância da classe a fim de abater a reacção e apelando, simultaneamente, para a comparência dos pescadores numa reunião permanente sobre o momento político actual.

Durante a noite foram programados piquetes de vigilância em toda a Docapesca e Junta Central das Casas dos Pescadores.

«Atendendo a que desde o dia 30 de Junho era pedido, pela classe, o saneamento de alguns funcionários da Junta Central, a classe reunida de madrugada, decidiu ocupá-la, não deixando entrar funcionários, que ficaram suspensos. «Deste modo, os pescadores viram, finalmente, satisfeitos os desejos que queriam, afastando parte de alguns servidores do «tenreirismo».

Alfândega do Porto — piquetes de vigilância

Numa tomada de posição, o Sindicato Nacional dos Ajudantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros do Porto apreciou os acontecimentos do 11 de Março vividos na Alfândega do Porto, vindo tornar público que «cerca das 15 horas, a Direcção da Alfândega do Porto deu ordem para o encerramento dos serviços, alegando ter recebido instruções nesse sentido da Direcção-Geral das Alfândegas».

Entretanto, salienta o comunicado daquele organismo sindical, «os trabalhadores querendo fazer eco dos apelos de vigilância emanados do MFA, decidiram permanecer em piquetes no local de trabalho, até a hora em que tomaram conhecimento de que a situação se encontrava sob total controlo das FA».

O comunicado termina dizendo que se lamenta que o Sindicato «não tenha sido consultado antes que a ordem de encerramento das instalações chegasse a grande massa trabalhadora».

Sindicatos vigilantes

Quanto ao Sindicato das Indústrias Químicas do Norte, afirma igualmente o seu apoio às forças progressistas do MFA na sua luta em defesa das liberdades democráticas e da independência nacional. E o Sindicato dos Transportes Rodoviários de Vila Real reafirma que mantém a vigilância revolucionária.

Trabalhadores exigem confiscação de bens

Os trabalhadores da firma Salvador Caetano manifestaram, por seu turno, o seu decidido apoio ao MFA por mais uma vitória sobre a reacção, que pretendia derrubar a democracia iniciada em 25 de Abril, pedindo ao Governo a confiscação de bens dos indivíduos que abandonaram o país e o julgamento imediato dos traidores. Igualmente os trabalhadores da fábrica Uniteca de Estarreja expressaram o seu resolutivo apoio à acção do MFA.

Trabalhadores da Hoescht (Porto) pedem uma severa punição dos responsáveis

Os trabalhadores da Hoescht Portuguesa no Porto remeteram ao presidente da República, ao primeiro-ministro e à Comissão Coordenadora do MFA telegramas em que pedem «a averiguação total dos implicados, e sua responsabilidade nos acontecimentos de 11 de Março; julgamento imediato e punição severa de todos os responsáveis reaccionários e fascistas; e saneamento eficaz a todos os níveis».

14 MAR. 1975

Amanhã os bancos reabrem ao público

Do Sindicato dos Bancários, às 3 e 15 da madrugada de hoje, recebemos, para publicação, o seguinte comunicado:

As três direcções sindicais dos trabalhadores bancários informam:

1— Na noite de 13 para 14 reuniu pela primeira vez o Conselho Superior da Revolução para deliberar sobre as condições de reabertura da Banca.

Sobre este assunto as direcções desenvolveram todos os esforços para que a solução a adoptar fosse concorde com os interesses do povo português, correspondesse às

exigências do momento político e coincidissem com as posições já claramente expressas pelas amplas camadas dos trabalhadores bancários. Neste momento, à 1 e 45, tomamos conhecimento de que a decisão do Conselho Superior de Revolução corresponde inteiramente a esses patrióticos objectivos — a banca foi nacionalizada.

2— Paralelamente desenvolveram as três direcções esforços para que a meta se atingisse no mais curto período de tempo. Com esta finalidade foram, portanto, levadas a cabo as tarefas necessárias e que estivessem ao nosso alcance. Uma dessas tarefas constituiu no seguinte: elaboração e fornecimento aos órgãos competentes de uma lista dos quadros bancários que, no nosso entender, oferecem o mínimo de condições para gerir as instituições bancárias a nacionalizar. Com esta medida as três direcções pretenderam apenas fornecer às entidades responsáveis um elemento indispensável à rápida entrada em funcionamento do sistema bancário nos novos moldes.

Cabem, no entanto, inteiramente aos órgãos de Poder instituídos a escolha e a nomeação dos novos corpos gerentes.

Julgamos necessário este esclarecimento, dada alguma especulação que injustificadamente, como se vê acerca deste assunto, tem sido feita.

Camaradas: a medida tomada esta noite pelo Conselho superior da Revolução é de enorme importância para o futuro do nosso povo e da nossa Pátria.

As três direcções dos bancários saúdam calorosamente o CSR; regozijam-se também em nome dos 30 mil bancários que representam com a nacionalização das instituições de crédito.

Os nossos esforços dirigem-se agora para a mais rápida reabertura e bom funcionamento de todo o sistema bancário.

Assim, hoje, sexta-feira, os bancários trabalharão à porta fechada a partir das 14 horas para preparar o trabalho e resolver assuntos inadiáveis. No sábado, os Bancos estarão abertos ao público todo o dia com horário normal de trabalho (das 9 às 12 e das 14 às 15 e 30, para o público).

JORNAL DO COMÉRCIO
14 MAR 1975

ABRIRÃO HOJE OS BANCOS?

Os bancos não abriram ontem. O Sindicato dos Bancários explicava a atitude num comunicado em que se fazia apelo à vigilância popular, considerada cada vez mais necessária para consolidar a aliança Povo/M. F. A.

Para hoje, a abertura ou não abertura dos estabelecimentos bancários está dependente de um comunicado a emanar pelo Sindicato dos Bancários. Segundo se sabe, no entanto, todos os empregados foram convidados a comparecer normalmente nos seus locais de trabalho a partir das 9 horas. Abrirão hoje os bancos?... A dúvida fica no ar até novas ordens.

TRABALHADORES DE NORTE A SUL DO PAÍS PRONUNCIAM-SE SOBRE O 11 DE MARÇO

De todos os pontos do país continuam a chegar telegramas e comunicados tomando posição de repulsa perante os acontecimentos ocorridos em 11 de Março.

Em todos eles se reafirma a adesão ao MFA, sendo a tónica principal o pedido de justiça sumária dos implicados por crime de alta traição. A nacionalização da banca (já anunciada hoje), dos latifúndios e monopólios, a ilegalização e extinção dos partidos de extrema-direita, o redobrar de vigilância, são outros tópicos abordados.

Organismos e pessoas que hoje se pronunciaram: trabalhadores da Cometna, sector de Lisboa; três membros do «Grupo Progressista: Maria Medalha Ferreira, Carlos Joaquim Lopes de Sousa e João Peneque Militão; Comissão de Unidade de Trabalhadores da CUF; Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações; Comissão dos Trabalhadores da Sonap; Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Torres Vedras; Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho; Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul e trabalhadores da Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes.

De salientar que estes últimos foram mesmo um pouco mais longe: exigem a imediata remodelação do Governo Provisório.

Outros trabalhadores se manifestaram igualmente: os da Mobil e do Arliquido.

Também as Comissões Concelhias dos partidos políticos MDP/CDE, PS, PCP, autarquias locais e representantes sindicais de Albufeira tomam posição em relação à GNR num telegrama enviado ao MFA, cujo teor é o seguinte:

«Considerando acção GNR caracterizada total ausência defesa interesses população; considerando passividade GNR comprometedora processo democrático em curso; considerando actuação GNR 28 de Setembro e 11 de Março, bastante receptiva manobras reaccionárias; considerando actuação GNR não merece

minima confiança, massas populares interessadas na instauração de um clima de liberdades democráticas; considerando finalmente caso particular de Albufeira, onde a GNR nunca tomou qualquer atitude vigilância tendente salvaguardar integridade pessoas e bens da população sempre que perigou a ordem pública, a população de Albufeira reunida dia 12 Março junto edifício da Câmara exige completo e urgente saneamento da força local da GNR, repetimos, completo e urgente saneamento força local GNR».

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 14 MAR 1975

Aumentos «imorais e desumanos» no Banco Espírito Santo — consideram os trabalhadores

Reunidos em assembleia, os trabalhadores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa aprovaram duas propostas. Uma, por unanimidade, manifesta apoio «à justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença» e repúdio de «todas as manobras reaccionárias do conselho de gerência, de quem o orienta e de quem o apoia. Na outra proposta, aprovada por maioria, os trabalhadores do B. E. S. C. L. consideram os recentes aumentos de vencimentos, aos «quadros» do banco, «mais uma forma divisionista da luta dos trabalhadores para a efectivação do processo democrático em curso»: consideram ainda que os aumentos em referência (média de 15 mil escudos mensais, quase cinco vezes o ordenado mínimo nacional), são, na actual conjuntura socio-económica, «imorais e desumanos, em face do nível médio de vida do povo português».

REPÚBLICA 15 MAR 1975

TRABALHADORES EXIGEM EXPLICAÇÃO SOBRE O 11 DE MARÇO

Trabalhadores de 21 empresas, entre as quais a Plessey, Cidla, Amoníaco Português, Entrepósito Comercial de Automóveis, Philips, Sacor, Shell, Intar, G. M., B. P., Metropolitano, Nitratos de Portugal, Mobil e Petroquímica, enviaram ontem ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Conselho da Revolução um comunicado que defende a «aliança efectiva entre as forças verdadeiramente progressistas do MFA e a classe trabalhadora». E prossegue-se «São vidas do povo que neste momento estão em jogo. A revolução dos cravos acabou e foi a própria reacção que deu o sinal de partida.»

Afirmando ter chegado a altura de explicar os acontecimentos do 28 de Setembro e de 11 de Março, o comunicado considera esta última intentona consequência da falta de devida punição dos responsáveis pela anterior, e exige justiça imediata «sob o risco de poder ser quebrada a aliança com os verdadeiros revolucionários do MFA».

15 MAR. 1975

Bancários em assembleia: avançar para o socialismo

• Presente o ministro do Trabalho

«O Banco Espírito Santo financia todos os partidos da direita, passando pelo CDS, e já vai no PPD. Tudo isto pode ser provado por fotocópias» — esta foi uma das várias e importantes revelações feitas ontem, à noite, no Pavilhão dos Desportos, durante a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários a que esteve presente, durante um breve período de tempo, o ministro do Trabalho capitão Costa Martins, que se fazia acompanhar dos secretários de Estado daquela pasta, dr. Carlos Carvalhos e do Emprego, eng. Balseiro Fragata, que ali se deslocaram accedendo a um pedido formulado pela direcção do Sindicato.

Sob a presidência do dr. Andrade Santos secretariado por Manuel Esteves e Francisco Serrão, a sessão que registou a presença de cerca de três mil trabalhadores, iniciou-se com o formular de um convite aos três membros do Governo presentes para tomarem lugar na mesa da presidência.

Aberta a sessão, foi guardado um minuto de silêncio em memória do soldado do RAL I morto durante o ataque das forças reaccionárias àquela unidade, findo o qual a assistência rompeu com a palavra de ordem «os soldados são filhos do Povo».

Após a leitura de várias mensagens de solidariedade e apoio aos trabalhadores bancários pela nacionalização da banca, endereçadas por várias comissões de trabalhadores, a mesa informou que a ordem de trabalhos inicialmente prevista havia sido alterada e substituída por um ponto único «O 11 de Março e a banca ao serviço do Povo», ficando os outros pontos para posterior assembleia.

As importantes revelações que se iriam seguir, e que atingiram o seu ponto mais alto na leitura de extractos do relatório do Banco Espírito Santo, apresentado ao Governo há cerca de 15 dias pelos trabalhadores, demonstrando as ligações da administração com a intentona do 28 de Setembro, iniciaram-se com a intervenção do presidente da direcção do Sindicato, Anselmo Dias.

Actos de sabotagem

Começando por chamar a atenção para o encerramento da banca, sob «contrôle» sindical, no dia 11, realçou a atitude cívica dos trabalhadores bancários e exemplificou alguns actos de sabotagem: sonegação de lucros através de contas transitórias, de provisões, amortizações e «sacos azuis», como meio de fugir ao pagamento de impostos; transferências fraudulentas de divisas para o estrangeiro; retenção em bancos estrangeiros de depósitos titulados por nomes fictícios; concessão de financiamentos de grandes montantes a grupos económicos associados; manobras visando transformar filiais do Banco Sotto Mayor, em França, num banco autónomo e inteiramente separado de Portugal, com vistas a evitar a remessa de divisas; e ainda «sem que referir as graves sabotagens existentes nos grupos Borges, Fonsecas BIP e Predial — referiu — há conhecimento de investimentos do Espírito Santo para a intentona reaccionária do 28 de Setembro».

Chamando a atenção para a necessidade do reforço da dis-

ciplina, e do prosseguimento da luta, terminou por referir: «Neste momento cerca de 30 instituições bancárias são propriedade do povo. O povo tem os olhos postos em nós».

Contra os partidos financiados pelos banqueiros

Falou em seguida, em nome da comissão de delegados do Banco Espírito Santo, José Carvalheira Antunes, que começou por referir estarem os trabalhadores em condições de substituir os capitalistas na gestão das instituições bancárias, pelo que a palavra de ordem deverá agora ser: «Fora a banca à trabalhar!».

Referiu em seguida o relatório, de que leu alguns extractos, no qual se afirma ter aquele banco, financiado o Partido do Progresso o Partido Liberal, o CDS, o PDC e mesmo o PPD. «O Banco Espírito Santo — disse — financiou todos os partidos da direita, passando pelo CDS, e já vai no PPD.»

Indicou, depois, alguns casos concretos, comprovativos das afirmações que proferira (e que disse poder provar com fotocópias), citando, entre outros, os nomes de Manuel Alegria, Sanches Osório, Carlos Bettencourt, tenente-coronel José Pereira Marques Cavaleiro e sempre, os administradores do Espírito Santo, como envolvidos nas operações.

Falou de cheques enviados à Mirandela & C. destinados a pagar a propaganda da «maioria silenciosa»: reformas de financiamentos de cinco mil contos ao CDS; cheques de 225 contos, sem cobertura, apresentados por Sanches Osório e enviados; importâncias na ordem dos 41 milhões de contos, postos à disposição da banca comercial pelo banco central, etc.

«Se não é legal o financiamento a partidos políticos — afirmou — pelo menos é imoral e antidemocrático.» E mais adiante: «Não será assim que se farão eleições verdadeiramente livres. Isto aplica-se a todos os partidos, financiados pelos banqueiros.»

Trabalhadores em gestão?

A medida que a sessão ia decorrendo a denúncia de casos de sabotagem ia-se processando, sendo nesse campo particularmente unânime a posição dos trabalhadores.

O mesmo não se poderá já dizer no que se refere à participação dos trabalhadores nas comissões administrativas que vão ser nomeadas em substituição das administrações capitalistas.

Defendida por uns, é, porém, atacada por outros. É o caso do BIP que apresentou uma moção em que começando por «condenar a forma antidemocrática como a direcção do seu sindicato conduziu o processo levou à nacionalização da Banca»; rejeitam uma estrutura de gestão da qual venham a fazer parte representantes dos trabalhadores; e no caso de lhes ser imposta essa estrutura, censuram a atitude e reservam-se o direito de a repudiar.

Trabalho até às 19 horas?

A hora em que encerramos esta edição, ainda a reunião prossegue, aguardando-se que, entre outras, a assembleia se venha a pronunciar sobre

um proposta, que considerando que a decisão de encerramento da banca foi decisiva para a sua nacionalização, defende que «durante a próxima semana todos os trabalhadores bancários prolonguem o seu horário de trabalho até às 19 horas», e que esse período extraordinário seja prestado gratuitamente «ao serviço do povo».

De resto, a tónica desta importante assembleia, acentou sempre num ponto: a necessidade de caminhar para o socialismo «que não se constrói unicamente nacionalizando».

«Há que avançar — frisou um trabalhador do Totta & Açores — decididamente para a sociedade que os trabalhadores querem, para a sociedade socialista, temos de avançar para a nacionalização de todos os sectores da economia».

15 MAR. 1975

"A SABOTAGEM ECONÓMICA É UM ACTO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO"

— disse-se na assembleia dos Bancários de Lisboa

A nacionalização da banca decretada pelo Conselho da Revolução na sua primeira sessão legislativa foi, não há dúvida, um acto que vem consubstanciar literalmente a atitude histórica do Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril. Não será do que uma etapa do processo de democratização e socialização que o nosso país atravessa, mas ficará, certamente, como um dos passos mais importantes desse mesmo processo. Assim o entendeu o Sindicato dos Bancários de Lisboa que na sua assembleia geral realizada ontem à noite no Pavilhão dos Desportos revelou de forma espontânea e eloquente a medida agora tomada e que tão grande repercussão vai ter na economia nacional. Com o pavilhão dos Desportos quase repleto e a presença do ministro do Trabalho e do secretário de Estado do Emprego, os directivos do S. B. L. começaram por determinar, através de uma alocução do seu presidente, Anselmo José Dias, a sua completa e total adesão ao decreto acima referido, o qual, de resto, era um dos objectivos da longa luta que os bancários estabeleceram antes e depois do 25 de Abril contra os interesses da oligarquia dominante, que fazia da banca um feudo e uma verdadeira fraude.

Citando, por exemplo, a vigilância a que os empregados bancários se entregaram durante meses e meses e agora, após o golpe fascista de 11

de Março, Anselmo José Dias pergunta:

«Que se pretendia com esta vigilância?»

E logo explica que se tratava de «impedir actos de sabotagem, fuga de valores e corridas dramáticas aos bancos que mais não serviriam do que para desequilibrar a débil economia nacional. Os bancários» — acrescenta Anselmo Dias — «conscientes de que a sabotagem económica não é uma mera ficção mas um acto contra-revolucionário, agiram com a rapidez necessária e com a eficácia possível, certos de que assim dariam o seu contributo para o fortalecimento do processo democrático.»

Após ressaltar a atitude cívica de milhares de bancários, Anselmo José Dias aponta em seguida os vários esquemas em que assentava essa sabotagem: sonegação de lucros através de contas transitórias, de previsões, de amortizações e «sacos azuis» como meio deliberado de fugir ao pagamento de impostos; transferências fraudulentas de divisas para o estrangeiro; traficância de divisas, utilizando o chamado «saco azul»; manobras visando transformar o Banco Pinto e Sotto Mayor em França num banco autónomo e inteiramente separado de Portugal com vista a evitar a remessa de divisas dos emigrantes e outros; retenção nos bancos estrangeiros dessas divisas; concessão de financiamentos de grandes montantes a grupos económicos associados, etc.

C. D. S. e P. P. D. OS GRANDES BENEFICIÁRIOS

Desta corrupção da banca, haveria de dar conta com muitos mais pormenores, José Carvalho Antunes, da Comissão de Delgados do Banco Espírito Santo que apresentou à Assembleia um longo relatório sobre as anomalias, traficâncias e desvirtuamentos praticados pelas administrações de vários bancos, após o 25 de Abril. Citou, no seu relatório e ligados inclusivamente a uma manobra de largo financiamento dos partidos C. D. S. e P. P. D., os bancos Sotto Mayor, Pinto de Magalhães e Fonseca e Burnay, dando a conhecer dados acerca de dinheiros compartidos por aquelas entidades de crédito com associações políticas fascistas como o Partido do Progresso, o que o levou a afirmar a certo passo: «Quando se referia à maioria silenciosa não interessava ser mau pagador, porque se continuava a fazer aceites bancários mesmo sem contrapartida.»

Em seguida descreveu a «aventura» de um cheque sem cobertura apresentado por Sanches Osório ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e que acabou por ser aceite num trabalho de sapa que servia designios políticos bem definidos. Saliente-se que o cheque em causa não seria para serviço pessoal de Sanches Osório e sim para financiamento do seu Partido — o Partido da Democracia Cristã. Mas os grandes beneficiados

foram, sem dúvida, e segundo as provas apresentadas por Carvalho Antunes, o C. D. S. e o P. P. D., que moveram enormes somas. Outro comentário de José Antunes:

«Assim, verificamos que havia dinheiro para financiar os Partidos políticos, embora não houvesse dinheiro para financiar as pequenas e médias empresas. E se não é ilegal o financiamento dos partidos ele é, com certeza, imoral, senão coisa pior.»

Uma das acusações mais directas foi em relação ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa que, segundo a palavra daquele orador, «financia todos os partidos das direitas, a começar no C. D. S. e a acabar no P. P. D.»

Entretanto, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, teve uma breve intervenção para justificar à Assembleia a sua retirada, que se verificou pelas 23 horas.

Em seguida, tomaram a palavra vários oradores que, além de condenarem o golpe fascista de 11 de Março, deram igualmente a sua contribuição para o aclaramento da situação da banca e das repercussões que irá ter na nossa economia a sua nacionalização.

Foi ainda anunciado que estavam a ser constituídas as Comissões Administrativas que, em substituição das Administrações fascistas, irão coordenar, com a cooperação de todos os trabalhadores bancários e o próprio Governo, a gestão da banca nesta sua «nova vida».

15 MAR. 1975

AFIRMOU-SE NA ASSEMBLEIA DOS BANCÁRIOS:**«OS TRABALHADORES DESTE PAÍS TÊM CONTAS A PEDIR AOS CAPITALISTAS»**

Durante uma assembleia geral extraordinária que terminou já de madrugada, cerca de 300 bancários abordaram questões relacionadas com o «11 de Março e a Banca ao serviço do povo.»

Antes do início dos trabalhos que decorreram no Pavilhão dos Desportos, contactámos o ministro do Trabalho, sobre as razões da sua presença ali. Frisando que a sua missão era particular e pretendia apenas dar satisfação a um convite que lhe fora formulado pela Direcção do Sindicato dos Bancários, o capitão Costa Martins acentuou «convidei-me para cá vir e eu procuro tanto quanto possível estar em contacto com a população activa do país para me informar convenientemente dos seus anseios, dos seus problemas».

Guardado um minuto de silêncio em memória do soldado Joaquim Carvalho Luís, vítima do ataque aéreo ao R. A. L. 1, o presidente da mesa da assembleia, dr. Andrade Soares, após recordar que a nacionalização da Banca representa um marco histórico no processo revolucionário iniciado no dia 25 de Abril, acentuou que tal medida acarreta também grandes responsabilidades.

Já dentro da ordem de trabalho, Anselmo Dias, da Direcção

do Sindicato, recordou que o 11 de Março surgiu exactamente numa altura em que se preparava uma discussão do horário de trabalho e a sabotagem económica. Tal acontecimento originou o encerramento da actividade bancária e a montagem dos piquetes de vigilância com vista a evitar-se os actos de sabotagem à nossa economia. Neste contexto referiu-se, nomeadamente, a transferência de divisas para o estrangeiro e a concessão de financiamento de grandes montantes, acrescentando que o Banco Espírito Santo financiou a intenção reaccionária do 28 de Setembro.

Aludiu ainda ao significado do 11 de Março, ao papel das comissões administrativas, ao saneamento, sublinhando que as instituições bancárias são pertença de todos.

«Accionar esta máquina — acrescentou — importa mais sacrifícios, muita disciplina. A nossa responsabilidade aumentou. O povo tem os olhos postos em nós, sejamos dignos do carinho do povo.»

Abertas as inscrições para as questões relacionadas com a ordem de trabalho, o representante da Comissão de delegados ao Banco Espírito Santo, frisando que, ao contrário do que alguém possa pensar, a prisão de alguns elementos

da família Espírito Santo não foi uma surpresa, «foi um acto de justiça». «Com a intenção do 28 de Setembro — acrescentou — o banco Espírito Santo despendeu largos milhares de contos». Neste contexto referiu ainda que com dinheiros que não foram entregues a favor dos verdadeiros interesses do povo português era possível, depois do 25 de Abril, conseguir cerca de 164.000 contos de trabalho.

Enumerando alguns dos partidos políticos financiados pelos banqueiros acenou que o «Banco Espírito Santo financiou todos os partidos da direita. Passando pelo CDS, já vai no PPD».

Acentuou ainda que os trabalhadores deste país têm contas a pedir aos capitalistas que tem enviado o dinheiro para o estrangeiro. Parece-me que se eles querem ir, não devem ir embora sem que o dinheiro venha primeiro».

Seguidamente, o ministro do Trabalho que se encontrava acompanhado dos secretários de Estado do Emprego e do Trabalho, agradeceu a amabilidade da direcção do Sindicato recordar o papel desenvolvido pelos bancários e afirmou que a partir de agora os bancários estão a trabalhar para o serviço do povo e do país.

FINANCIAMENTOS A PARTIDOS DA DIREITA E À «MAIORIA SILENCIOSA» DENUNCIADOS NA ASSEMBLEIA DOS BANCÁRIOS DE LISBOA

Realizou-se ontem a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários de Lisboa tendo sido escolhido para os trabalhos o tema «11 de Março e a Banca ao Serviço do Povo».

Presentes, a título particular, correspondendo a um convite da direcção do Sindicato, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, e os secretários de Estado do Trabalho e do Emprego, respectivamente, dr. Carlos Carvalhas e eng. Balseiro Fragata, que a assembleia aplaudiu de pé, gritando em coro «M. F. A., M. F. A.».

Após ser guardado um minuto de silêncio em homenagem ao soldado Luís, morto em defesa do R. A. L. 1, «ao serviço do povo e do M. F. A.», o presidente da assembleia geral, dr. Andrade Soares, iniciou a análise à nacionalização da Banca, decidida pelo Conselho da Revolução. «Trata-se de um marco histórico no processo revolucionário iniciado a 25 de Abril» — afirmou, acrescentando, que todos os antifascistas estão a viver um dia grande pelas conquistas feitas e pelas responsabilidades assumidas.

As importantes revelações que se iriam seguir, e que atingiram o seu ponto mais alto na leitura de extractos do relatório do Banco Espírito Santo, apresentado ao Governo há cerca de 15 dias pelos trabalhadores, demonstrando as ligações da administração com a intenção do 28 de Setembro, iniciaram-se com a intervenção do presidente da direcção do Sindicato, Anselmo Dias.

Actos de sabotagem e financiamento — figuras e partidos da direita

Começando por chamar a atenção para o encerramento da banca, sob controlo sindical, no dia 11, realçou a atitude cívica dos trabalhadores bancários e exemplificou alguns actos de sabotagem: sonegação de lucros através de contas transitórias, de provisões, amortizações e «saços azuis», como meio de fugir ao pagamento de impostos; transferências fraudulentas de divisas para o estrangeiro; retenção em bancos estrangeiros de depósitos titulados por nomes fictícios; concessão de financiamentos de grandes montantes a grupos económicos associados, manobras visando transformar filiais do Banco Sotto Mayor, em França, num banco autónomo e inteiramente separado de Portugal, com vistas a evitar a remessa de divisas; e ainda «sem querer re-

ferir as graves sabotagens existentes nos grupos Borges, Fonseca, B.I.P. e Predial — referiu — há conhecimento de investimentos do Espírito Santo para a intenção reaccionária do 28 de Setembro».

Falou em seguida, em nome da comissão de delegados do Banco Espírito Santo, José Carvalheira Antunes, que começou por referir estarem os trabalhadores em condições de substituir os capitalistas na gestão das instituições bancárias, pelo que a palavra de ordem deverá agora ser: Pôr a banca a trabalhar».

Referiu em seguida o relatório, de que leu alguns excertos, no qual se afirma ter aquele banco, financiado o Partido do Progresso o Partido Liberal, o C. D. S., o P. D. C. e mesmo o P. P. D. «O Banco Espírito Santo — disse — financiou todos os partidos da direita, passando pelo C. D. S., e já vai no P. P. D.»

Indicou, depois, alguns casos concretos, comprovativos das afirmações que proferira (e que disse poder provar com fotocópias), citando, entre outros, os nomes de Manuel Alegria, Sanches Osório, Carlos Bettencourt, tenente-coronel José Pereira Marques Cavaleiro e, sempre, os administradores do Espírito Santo, como envolvidos nas operações.

Falou de cheques enviados à Mirandela & C.^a destinados a pagar a propaganda da «maioria silenciosa»; reformas de financiamentos de cinco mil contos ao C. D. S.; cheques de 225 contos, sem cobertura, apresentados por Sanches Osório e visados; importâncias na ordem dos 41 milhões de contos, postos à disposição da banca comercial pelo banco central, etc.

«Se não é ilegal o financiamento a partidos políticos — afirmou — pelo menos é imoral e antidemocrático». E mais adiante: «Não será assim que se farão eleições verdadeiramente livres. Isto aplica-se a todos os partidos, financiados pelos banqueiros.»

15 MAR. 1975

Sindicato dos Bancários de Lisboa

A retumbante vitória da aliança contra os monopólios e latifúndios, pondo a economia ao serviço do Povo Português.

POVO — MFA sobre as forças reaccionárias que no dia 11 tentaram implantar de novo o fascismo arrasta necessariamente responsabilidades e consequências.

Os trabalhadores Bancários soberam prontamente assumir as suas responsabilidades, vigilância e controlando os bens depositados à guarda dos Bancos e continuarão a assumi-las, demonstrando uma vez mais que estão inequivocamente integrados no irreversível processo revolucionário.

A necessidade de adaptar as actuais estruturas das empresas bancárias aparece como consequência lógica da nova política conquistada.

Essa adaptação tendo em conta que as riquezas acumuladas são fruto da exploração desenfreada da classe trabalhadora e que as pequenas economias devem ser salvaguardadas, é necessariamente complexa.

Por outro lado a nova situação política exige medidas imediatas

Como ainda não foi possível realizar tudo o que consideramos necessário para que estes objectivos sejam alcançados torna-se prematura a abertura dos Bancos imediatamente.

Nesse sentido, os Bancos continuam encerrados HOJE DIA 13.

A sua reabertura será pública e oportunamente divulgada pelos Sindicatos e Órgãos Governamentais.

Entretanto, todo o boato deve ser firme e decididamente repudiado mantendo-se os Trabalhadores Bancários em estreito contacto com os Sindicatos que prestarão os necessários esclarecimentos.

UNIDOS FIRMES E VIGILANTES
CONTRA A REACÇÃO
PELA DEMOCRACIA
VIVA A ALIANÇA POVO — MFA

Lisboa, 13/3/75

16 MAR. 1975

AUXÍLIO DOS BANCOS A PARTIDOS DAS DIREITAS

— DENUNCIADO NA ASSEMBLEIA DOS BANCÁRIOS DE LISBOA

Subordinada ao tema «11 de Março e a Banca ao serviço do povo», realizou-se a assembleia geral extraordinária dos Bancários de Lisboa, à qual assistiram o ministro do Trabalho e os secretários de Estado do Trabalho e do Desemprego.

Anselmo José Dias, presidente do Sindicato, começou por chamar a atenção para o encerramento da Banca, sob controlo sindical, no dia 11, sublinhando que a vigilância exercida pelos bancários tanto depois do 25 de Abril, como agora, no 11 de Março, visava «impedir actos de sabotagem, fuga de valores e corridas dramáticas aos bancos, que mais não serviam do que para desequilibrar a economia nacional». E acrescentou:

«Conscientes de que a sabotagem económica não é uma mera ficção, mas um acto contra-revolucionário, agiram com a rapidez necessária e com a eficácia possível, certos de que, assim, dariam o seu contributo para o fortalecimento do processo democrático».

Anselmo Dias apontou, em seguida, os vários esquemas em que assentava a referida sabotagem: sonegação de lucros através de contas transitórias, de provisões, de amortizações e «sacos azuis», como meio deliberado de fugir ao pagamento de impostos; transferências fraudulentas de divisas para o estrangeiro; traficância de divisas utilizando o chamado «saco azul»; manobras visando transformar o Banco Pinto & Soto Mayor em França num banco autónomo e inteiramente separado de Portugal, com vista a evitar a remessa de divisas dos emigrantes e outros; retenção nos bancos estrangeiros dessas divisas; concessão de financiamentos de grandes montantes a grupos económicos associados, etc. E, ainda, «sem querer referir as graves sabotagens existentes nos grupos Borges, FONSECAS, B. I. P. e Predilha», acrescentou haver «conhecimento de investimentos do Espírito Santo para a intentona revolucionária do 28 de Setembro».

CHEQUES SEM COBERTURA APRESENTADOS POR SANCHES OSÓRIO

Em nome da Comissão de Delegados do Banco Espírito Santo, interveio, seguidamente, José Carvalheira Antunes, que começou por salientar o facto de os trabalhadores estarem e condições de substituir os capitalistas na gestão dos bancos, apresentando, depois, um longo relatório sobre as anomalias, traficâncias e desvirtuamentos praticados pelas administrações de vários bancos, após o 25 de Abril. Citou no relatório e ligados, inclusivamente, a uma manobra de largo financiamento dos partidos C. D. S. e P. P. D., os Bancos Pinto & Soto Mayor, Pinto de Magalhães e Fonseca e Burnay, fornecendo dados acerca de dinheiros concedidos por aqueles bancos a associações políticas fascistas, como o Partido do Progresso, pelo que afirmou em dado ponto: «Quando se referia a «Maioria Silenciosa» não interessava ser mau pagador, porque se continuava a fazer aceites bancários, mesmo sem contrapartida».

Denunciou, igualmente, o Banco Espírito Santo de ter financiado o Partido do Progresso, o Partido Liberal, o C. D. S., o P. D. C., e mesmo o P. P. D., afirmando, a propósito: «O Banco Espírito Santo financiou todos os partidos da direita passando pelo C. D. S. e já vai no P. P. D.». Ao indicar alguns casos concretos, comprovativos das afirmações que proferira, citou, entre outros, os nomes de Manuel Alegria, Sanches Osório, Carlos Bettencourt, tenente-coronel José Pereira Marques Cavaleiro e, sempre, os administradores do Espírito Santo, como envolvidos nas operações. Falou, ainda, de cheques enviados a Mirandela & C.ª destinados a pagar a propaganda da «Maioria Silenciosa»; reformas de financiamento de cinco mil contos ao C. D. S., cheques de 225 contos, sem cobertura, apresentados por Sanches Osório e visados, etc. Depois, disse: «Assim,

verificamos que havia dinheiro para financiar os partidos políticos, embora não houvesse dinheiro para financiar as pequenas e médias empresas. E se não é ilegal o financiamento a partidos políticos, pelo menos é imoral e antidemocrático» acrescentando que «não será assim que se farão eleições verdadeiramente livres. Isto aplica-se a todos os partidos financiados pelos banqueiros».

P. P. M. : HA QUE COMUNIZAR A BANCA

A nacionalização da Banca motivou o seguinte comunicado do Directório do Partido Popular Monárquico:

«O P.P.M. apoia a nacionalização da Banca, no que é coerente com o seu programa, que abertamente preconiza a subordinação do poder económico ao político. No circunstancialismo actual esta solução impôs-se. Mas a medida é insuficiente e pouco diz acerca da correcção de vícios dos monopólios e das cúpulas. Para nós, monárquicos, é indispensável interessar todo o povo, livremente, na definição da orientação bancária. Devem por-se os bancos ao serviço imparcial dos trabalhadores, das empresas, sobretudo das pequenas e das médias, e das comunas rurais, sem dúvida as que mais injustamente têm sido esquecidas. O P.P.M. considera imperioso reestruturar a Banca ao serviço da dinamização da economia e do desenvolvimento regional, corrigindo-se as macrocefalias do espartilho napoleónico-fascista. Subordine-se a política bancária às linhas gerais da política económica, mas sem sufocar a liberdade. Assim como verberamos a posse da Banca por meia dúzia de famílias, somos contra o seu domínio monolítico por uma superestrutura sindical, centralizada e didatorial».

Para o Partido Popular Monárquico nacionalizar não basta — há que comunizar a Banca».

A GESTÃO DOS BANCOS PELOS TRABALHADORES DEFINIDA PELO SECTOR BANCÁRIO DO P. P. D.

«O controlo da gestão dos Bancos pelos trabalhadores só poderá atingir os seus objectivos se se definirem formas de gestão em si mesmas democráticas», lê-se num comunicado acerca da nacionalização das instituições de crédito, distribuído pelo sector bancário do P. P. D.

E acrescenta: «a) As comissões de gestão, a criar, deverão ser eleitas pelos próprios trabalhadores, por escrutínio directo e secreto, que incidirá sobre listas de candidatos, apresentadas com prazo mínimo de antecedência; b) As comissões de gestão assim eleitas não deverão ser confundidas com as Comissões de Delegados Sindicais, às quais cabe um papel primordial na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, sendo esta a sua função principal de que não deverão ser desviadas; e c) Deste modo, as funções de cada uma destas comissões terão de ser perfeitamente definidas pelos próprios trabalhadores».

O comunicado conclui que «só através deste processo democrático se evitará a simples passagem do sistema de capitalismo privado para o capitalismo de Estado e totalitário».

COMUNICADO DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO MFA

Tendo aparecido em órgãos de Informação a notícia de que os capitães Morais da Silva e Ribeiro da Silva, da Academia Militar (Amadora), estariam implicados na acção reaccionária de 11 de Março, após averiguações imediatas, nada se constatou em desabono da conduta daqueles oficiais.



A afluência de clientes aos bancos, no dia da reabertura, foi ligeiramente superior à normal e motivada por necessidades inadiáveis, na generalidade dos casos

A OLIGARQUIA DOMINANTE FEZ DA BANCA UM FEUDO E UMA VERDADEIRA FRAUDE

—afirmouse na assembleia dos Bancários de Lisboa

Financiamentos de alguns bancos a partidos da Direita e actos de sabotagem económica foram denunciados na primeira assembleia geral extraordinária efectuada pelo Sindicato dos Bancários de Lisboa depois da nacionalização das instituições de crédito, medida decretada pelo Conselho Superior da Revolução.

Com o Pavilhão dos Desportos quase repleto, estando presentes o ministro do Trabalho e os secretários de Estado do Trabalho e do Emprego, o presidente da assembleia, dr. Andrade Soares, fez uma análise à nacionalização da Banca. «Trata-se — afirmou — de um marco histórico no processo revolucionário, iniciado em 25 de Abril.»

Entretanto, o presidente da direcção do Sindicato, Anselmo José Dias, proferiu uma alocução em que denunciou o facto de a oligarquia dominante sempre ter feito da Banca um feudo e uma verdadeira fraude. Este dirigente sindical fez, a seguir, importantes revelações, as quais culminaram com a leitura de extractos do relatório do Banco Espírito Santo, apresentado ao Governo há cerca de 15 dias pelos trabalhadores, demonstrando as ligações da administração com a infantina de 28 de Setembro.

Sabotagem — acto contra-revolucionário

Citando a vigilância e que os empregados bancários se entregaram durante meses, Anselmo José Dias explicou que se tratava de «impedir actos de sabotagem, fuga de valores e corridas dramáticas aos bancos que mais não serviriam do que para desequilibrar e debilitar a economia nacional».

«Os bancários — acrescentou — conscientes de que a sabotagem económica não é uma mera lição, mas um acto contra-revolucionário, agiram com a rapidez necessária e com a eficácia possível, certos de que assim dariam o seu contributo para o fortalecimento do processo democrático.»

Após ressaltar a atitude cívica de milhares de bancários, Anselmo José Dias aponta em seguida os vários esquemas em que assentava esta sabotagem: sonegação de lucros através de contas transitorias, de provisões, de amortizações e «sacos azuis» como meio deliberado de fugir ao pagamento de impostos; transferências fraudulentas de divisas para o estrangeiro; traicância de divisas, utilizando o chamado «saco azul»; manobras visando transformar o Banco Pinto e Sotto Mayor em França num banco autónomo e inteiramente separado de Portugal, com vista a evitar a remessa de divisas dos emigrantes e outros; retenção nos bancos estrangeiros dessas divisas; concessão de financiamentos de grandes montantes a grupos económicos associados, etc.

Espirito Santo — ao serviço da Direita

Falou em seguida, em nome da comissão de delegados do Banco Espírito Santo, José Carvalheira Antunes, que começou por referir estarem os trabalhadores em condições de substituir os capitalistas na gestão das instituições bancárias, pelo que a palavra de ordem deverá agora ser: «Pôr a Banca a trabalhar.»

Referiu em seguida o relatório, de que leu alguns extractos, no qual se afirma ter aquele banco, financiado o Partido do Progresso, o Partido Liberal, o C. D. S., o P. D. C. e mesmo o P. P. D. «O Banco Espírito Santo — disse — financiou todos os partidos da Direita, passando pelo C. D. S., e já vai no P. P. D.»

Indicou, depois, alguns casos concretos, comprovativos das afirmações que proferira (e que disse poder provar com fotocópias), citando, entre outros, os nomes de Manuel Alegria, Sanches Osório, Carlos Bettencourt, tenente-coronel José Pereira Marques Cavaleiro e, sempre, os administradores do Espírito Santo, como envolvidos nas operações.

Falou de cheques enviados à Mirandela & C.ª destinados a pagar «a propaganda da «maioria silenciosa», reformas de financiamentos de cinco mil contos ao C. D. S.; cheques de 225 contos, sem cobertura, apresentados por Sanches Osório e visados; importâncias na ordem dos 11 milhões de contos, postos à disposição da Banca comercial pelo banco central, etc.

«Se não é ilegal o financiamento a partidos políticos — afirmou — pelo menos é imoral e antidemocrático». E mais adiante: «Não será assim que se farão eleições verdadeiramente livres. Isto aplica-se a todos os partidos, financiados pelos banqueiros.»

Movimento normal na banca nacionalizada

A propósito dos possíveis reflexos nos levantamentos da recente medida de nacionalização da banca, a comissão sindical da filial do Banco Espírito Santo, no Porto, informa que naquela filial, bem assim como na dependência de Gaia do mesmo estabelecimento bancário, entraram 36 mil contos e apenas saíram 16 mil. Este exemplo de confiança, vai, aliás, de encontro à normalidade dos movimentos que, segundo a maioria dos funcionários bancários, se registou no passado sábado, quando os bancos reabriram ao público.

Num ou noutro caso verificou-se um maior movimento de levantamentos, o que, no entanto é perfeitamente admissível, e até previsível, dado que desde terça-feira passada não fora possível a muita gente levantar dinheiro pa-

ra obter as necessidades do dia-a-dia.

Entretanto, foram já adoptadas algumas medidas provisórias. Assim, podem ser levantados por dia 50 mil escudos. Quantias de 50 mil a 500 mil escudos já necessitam de justificação especial, para além de só poderem ser pagas a firmas ou a entidades comerciais. Quanto a levantamentos superiores a esta última quantia, ficarão dependentes da decisão das comissões de delegados. Por sua vez, o acesso aos cofres particulares foi completamente interdito.

Enquanto a normalização da vida da banca nacionalizada é um facto consumado, os trabalhadores das filiais da banca estrangeira que não foram abrangidos por esta medida pedem legislação urgente que abraza aqueles organismos bancários específicos, por terem que as transferências para o estrangeiro por intermédio daquelas filiais possa vir a fornecer ainda, nomeadamente às multinacionais, uma hipótese de sabotagem à economia nacional.

Entretanto, a sede do Banco Pinto & Sotto Mayor foi visitada cerca de 1 e 30 de ontem, pelo brigadeiro Vasco Gonçalves que ali permaneceu cerca de quinze minutos conversando com os trabalhadores aos quais manifestou o seu apreço pelo trabalho desenvolvido naquela instituição bancária agora nacionalizada.

Comissões administrativas

Entretanto à frente do Sotto Mayor encontra-se já uma Comissão Administrativa constituída pelos drs. Herlander Estrela, Fernando Almeida Martins e Armando Vilela Rodrigues, este último no Porto.

O Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa viu também já nomeados os elementos da respectiva Comissão Administrativa. Trata-se dos drs. Aurélio de Sousa, Vítor Remédios e Pinto Alho.

PPD CONSIDERA CALUNIOSAS afirmações feitas por bancários

O PPD rejeita, num comunicado, afirmações feitas na Assembleia Geral Extraordinária dos Bancários de Lisboa considerando-as «destinadas a gerar especulações caluniosas acerca de uma operação bancária à qual se pretende ligar o nome» daquele partido.

Diz o PPD que não dispõe «de quaisquer dadas ou subsídios provenientes do estrangeiro, contendo apenas com a contribuição dos seus simpatizantes» e que «na altura em que aquela operação bancária foi concretizada não existia ainda, *legitimamente*, nenhum partido político em Portugal», sendo por isso «abusivo e incorrecto descrever a situação nos termos apresentados».

Acrescenta:

«A necessidade de dispôr de fundos susceptíveis de cobrir as despesas indispensáveis à actividade de um partido democrático levou a que militantes do P P D, pessoalmente adquirissem os fundos necessários, pelo recurso a operações de crédito, tituladas por responsabilidades assinadas por esses mesmo militantes.

O que se passa portanto é que o PPD se encontra obrigado perante militantes seus relativamente a tais operações que, no momento do arranque, eram imprescindíveis para um partido que não dispunha nem dispôs de financiamentos «strangeiros».

A terminar o PPD, «para que a opinião pública possa ser devidamente esclarecida» sugere «desde já que o MFA, o Ministério das Finanças e a Comissão Nacional de Eleições procedam a um inquérito exaustivo com vista a apurar as reais fontes de financiamento de todos os partidos políticos».

PRT: «Aprofundar as novas medidas antimonopolistas»

A Aliança Socialista da Juventude e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, a partir de uma análise à nacionalização da banca, preconizam novas medidas para se desenvolver vitoriosamente a revolução democrática, operá-

ria e popular». Afirmam o PRT e ASJ que há de defender «aprofundar as medidas antimonopolistas, esmagar as provocações golpistas, realizar um plano económico elaborado pelo movimento operário e concretizar um acordo operário e socialista que integre particularmente o PCP, PS e Interindical. O PRT e o ASJ, no documento que emitiram apontam a orientação a seguir: «A nacionalização da banca deve ser consolidada como uma autêntica vitória anticapitalista. O seu controlo e desenvolvimento devem estar nas mãos dos trabalhadores. Esta é uma necessidade inadiável. O PRT e o ASJ têm a certeza também de que esta experiência e o desenvolvimento desta mobilização não-*da* mostrar, sem nenhum lugar para dúvidas, que a única garantia para as conquistas democráticas e anticapitalistas é um governo operário e popular, porque só sob este poder será possível a transição para o Socialismo».

Movimento de apoio

Ao JN continuam a chegar manifestações de apoio à nacionalização da Banca.

Assim, saúdam calorosamente a medida a Faculdade de Engenharia do Porto, a Junta de Freguesia de Santa Marinha (Gaia) e o Sindicato dos Engenheiros Técnicos (Secção Norte).

* A prisão de João Barradas

A propósito da detenção do funcionário dos Correios e Telecomunicações de Portugal, João Barradas, recebemos um comunicado no qual se descrevem as diligências para a sua libertação.

Segundo os elementos do respectivo Sindicato dos Trabalhadores o tratamento para com João Barradas está em completo contraste com o dado as fascistas. Enquanto os fascistas do CDS e do PDC ainda não foram legalizados, enquanto o secretário-geral do CDS ainda não foi preso, enquanto a família Espírito Santo e Jorge de Melo são soltos, os antifascistas são presos e mesmo depois de os considerarem ilibados não os soltam.

17 MAR. 1975

O P. P. D. desmente acusações dos bancários

Desmentindo afirmações que teriam sido proferidas numa assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários de Lisboa, o P. P. D. distribuiu ontem um comunicado, no qual declara que tais afirmações se destinam a «gerar especulações caluniosas acerca de uma operação bancária á qual se pretende ligar o nome do P. P. D.».

Diz o comunicado:

«O Partido Popular Democrático surgiu em princípios de Maio, não dispondo de quaisquer dádivas ou subsídios provenientes do estrangeiro, contando apenas com a contribuição dos seus simpatizantes.

E' de salientar que na altura em que aquela operação bancária foi concretizada não existia ainda, «legalmente», nenhum partido político em Portugal, como se comprova pelo facto de a legalização de todos eles datar do mês de Janeiro deste ano.

Assim, não existindo ainda legalmente nessa altura o P. P. D., é abusivo e incorrecto descrever a situação nos termos apresentados.

A necessidade de dispor de fundos susceptíveis de cobrir as despesas indispensáveis á actividade de um partido democrático, levou a que militantes do P. P. D., pessoalmente adquirissem os fundos necessários, pelo recurso a operações de crédito, tituladas por responsabilidades assinadas por esses mesmos militantes.

O que se passa, portanto, é que o P. P. D. se encontra obrigado perante militantes seus relativamente a tais operações que, no momento do arranque, eram imprescindíveis para um partido que não dispunha nem dispõe de financiamentos estrangeiros.

E' inadmissível que na assembleia geral do Sindicato dos Bancários, tais afirmações tenham sido proferidas, com o intuito de relacionar o P. P. D. com um sector com o qual ele nada tem a ver.

E para que a opinião publica possa ser devidamente esclarecida, sugere-se desde já que o M. F. A., o Ministério das Finanças e a Comissão Nacional de Eleições procedam a um inquérito exaustivo com vista a apurar as reais fontes de financiamento de todos os partidos políticos.»

18 MAR. 1975

Trabalhadores Judiciais reagem a afirmações de bancários

A propósito de afirmações proferidas pelos trabalhadores bancários durante o último programa da Radiotelevisão Portuguesa «Teledomingo», a Comissão Distrital de Coimbra pró-sindicato dos Trabalhadores Judiciais enviou, ao Sindicato dos Empregados Bancários e à Radiotelevisão, os seguintes telegramas, respectivamente:

«Comissão Distrital Coimbra Pró-Sindicato Trabalhadores Judiciais expressa maior repúdio atitude tomada e afirmações feitas frente câmaras televisão teledomingo passado trabalhadores bancá-

rios que reputam altamente injuriosas e ofensivas dignidade trabalhadores função pública, afirmações que taxam de demagógicas e tendenciosas. Exige esta Comissão explicações desse Sindicato.»

«Comissão Distrital Coimbra Pró-Sindicato Trabalhadores Judiciais expressa maior repúdio atitude tomada e afirmações feitas frente câmaras televisão teledomingo passado trabalhadores bancários que reputa altamente injuriosas e ofensivas dignidade trabalhadores função pública afirmações que taxam de demagógicas e tendenciosas.»

18 MAR. 1975

O P.P.D. E AFIRMAÇÕES DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Num comunicado agora divulgado, a Comissão Política Nacional do P.P.D. pretende esclarecer afirmações feitas numa assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários de Lisboa, susceptíveis, segundo o P.P.D. de «gerar especulações caluniosas acerca duma operação bancária a qual se pretende ligar o nome do P.P.D.

«A esse respeito, prossegue o comunicado, tem o P.P.D. o imperativo dever de tornar público um esclarecimento, a fim de denunciar mais uma tentativa para impedir a sua contribuição para a criação em Portugal de uma sociedade democrática e progressista.

«O Partido Popular Democrático surgiu em princípios de Maio, não dispondo de quaisquer dádvas ou subsídios provenientes do estrangeiro, contando apenas com a contribuição dos seus simpatizantes.

«É de salientar que na altura em que aquela operação bancária foi concretizada não existia ainda, legalmente, nenhum partido político em Portugal, como se comprova pelo facto de a legalização de todos os partidos datar do mês de Janeiro deste ano.

«Assim, não existindo ainda legalmente nessa altura o

P.P.D., é abusivo e incorrecto descrever a situação nos termos apresentados.

«A necessidade de dispor de fundos susceptíveis de cobrir as despesas indispensáveis à actividade de um Partido democrático, levou a que militantes do P.P.D., pessoalmente, adquirissem os fundos necessários, pelo recurso a operações de crédito, tituladas por responsabilidades assinadas por esses mesmos militantes.

«O que se passa, portanto, é que o P.P.D. se encontra obrigado perante militantes seus relativamente a tais operações que, no momento do arranque, eram imprescindíveis para um Partido que não dispunha nem dispõe de financiamentos estrangeiros.

«É inadmissível que na assembleia geral do Sindicato dos bancários tais afirmações tenham sido proferidas, com intuito de relacionar o P.P.D. com um sector com o qual ele nada tem a ver.

«E para que a opinião pública possa ser devidamente esclarecida sugere-se desde já que o M.F.A., Ministério das Finanças e a Comissão Nacional de Eleições procedem a um inquérito exaustivo com vista a apurar reais fontes de financiamento de todos os partidos políticos».

19 MAR. 1975

Funcionários judiciais de Coimbra repudiam afirmações de bancários

Em telegramas enviados ao Sindicato dos Empregados Bancários e à Radiotelevisão Portuguesa, a Comissão Distrital de Coimbra Pró-Sindicato dos Trabalhadores Judiciais «expressa o maior repúdio pela atitude tomada e afirmações feitas frente às câmaras televisão no teledomingo passado por trabalhadores bancários que reputam altamente injuriosas e ofensivas da dignidade dos trabalhadores da função pública, afirmações que taxam de demagógicas e tendenciosas».

Ao Sindicato dos Bancários são ainda exigidas explicações.

A DEFESA

ÉVORA

20 MAR. 1975

Manifestação dos bancários em Évora

Os empregados bancários desta cidade, no pretérito sábado, às 13.30 horas, depois de se concentrarem junto da respectiva sede, à Rua do Raimundo, dirigiram-se para a Praça de Giraldo, onde fizeram uma manifestação de apoio ao MFA e de regozijo pela nacionalização dos Bancos, dirigindo-se depois para os seus locais de trabalho, conforme fora superiormente determinado.

DINHEIRO DO POVO PARA O POVO



CONSELHO DA REVOLUÇÃO

321 DIAS DEPOIS



NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

PARA O POVO O DINHEIRO DO POVO

“É evidente que no quadro de uma política económica antimonopolista, uma das medidas mais importantes e que primeiro terá de ser encarada será a nacionalização da banca privada.” Há pouco mais de três meses, “V.M.” abriu as suas colunas ao debate de um tema fulcral da vida portuguesa — a nacionalização da banca privada — e, de uma maneira geral, defendia-se que a sua passagem para as mãos do Estado possibilitaria os meios financeiros suficientes para pôr em execução um verdadeiro plano de emergência. De instrumento básico do poder de uma classe passaria assim o sistema bancário a constituir o instrumento de controlo sobre essa classe e mais do que isso, o instrumento fundamental para reorientar e activar toda a economia.

Instituentemente reclamada, a nacionalização da banca veio afinal por um acto revolucionário — o primeiro do Conselho da Revolução criado a seguir aos dramáticos momentos vividos a 11 de Março. Dois economistas — o dr. Eugénio Rosa e o eng. Blasco Hugo Fernandes —, em sectores diferenciados, pronunciam-se sobre as perspectivas abertas pela nacionalização da banca, propiciadoras de amplo desbloqueamento em áreas vitais da economia que permaneciam estranguladas pela dominação capitalista e pelo poder dos monopólios.

BLASCO HUGO FERNANDES:

“Vencer a estagnação em que a agricultura tem vivido”

Numa análise imediata das vantagens trazidas pela nacionalização da banca, surgem dois ou três problemas que até à data têm sido dificultados por razões de vária ordem: um deles é o das questões que se relacionam com o aproveitamento das áreas incultas e inclusivamente com as empresas agrícolas que deliberadamente produzem quem das suas possibilidades.

Como é do nosso conhecimento, pequenos e médios agricultores, por um lado, e operários agrícolas, por outro, têm-se visto a braços com despedimentos e despejos das terras onde se encontravam, propondo e até actuando no sentido de se criarem cooperativas de pequenos produtores e de operários agrícolas, iniciativas que por vezes não têm ido por diante, em virtude de não haver meios financeiros disponíveis. Por outro lado, designadamente em algumas regiões do Sul, também existem condições para a constituição de empresas agrícolas do Estado ou empresas-piloto que têm esbarrado com dificuldades de idêntico tipo apontado anteriormente.

Neste contexto, a nacionalização da banca abre um caminho extraordinário para a concretização das medidas atrás apontadas proporcionando os meios de que as



explorações colectivas carecem e que até à data lhes estavam vedados. Este mesmo problema põe-se não só para as zonas de produção atrás citadas como também para a constituição de cooperativas em todo o País assim como para a exploração dos baldios pelos povos.

Efectivamente, os meios que através da banca nacionalizada, podem ser canalizados

possibilidades que o sector bancário nacionalizado oferece.

Paralelamente à constituição dessas cooperativas, não se pode ignorar a existência de pequenas e médias empresas agrícolas as quais, enquanto não se inserirem em cooperativas de produção, que o próprio movimento cooperativista, apoiado pelo Estado, terá de dinamizar, vão exigir créditos para a realização das mais diferentes operações de exploração da terra. Até à data essas empresas agrícolas têm sentido inúmeras dificuldades desde o lançamento da semente à terra até à colheita, em virtude de viverem num círculo vicioso de falta de condições económicas — falta de meios, falta de crédito.

As instituições de crédito até aqui existentes, quer pelo tipo de crédito praticado quer pelas taxas de juro, tornavam praticamente impossível o acesso aos pequenos e médios produtores. A nacionalização da banca vai solucionar este importante problema da nossa agricultura de que depende o progresso do sector e da própria economia global.

REFORMA AGRÁRIA

Surge, por outro lado, a necessidade de levar mais para a frente as medidas de reforma agrária como a expropriação de terras, além de determinado limite, que pode ser variável de região para região, mas que importa estabelecer. De resto, já no Programa de Política Económica e Social se prevê essa limitação nas zonas de regadio; as áreas excedentes, tanto num caso como no outro, devem, o mais rapidamente possível ser postas em exploração através de organizações democráticas de agricultores e trabalhadores. A banca nacionalizada tem aqui, mais um campo de aplicação na perspectiva de implementação da democracia económica no País.

Finalmente, outra barreira que se tem interposto no desenvolvimento da agricultura portuguesa é o que resulta da dominação de que tem sido vítima por parte dos grandes monopólios. A estratégia antimonopolista é passo decisivo para a eliminação dos obstáculos apontados, o que, de resto, diz respeito não só à agricultura como a toda a economia portuguesa. A luta antimonopolista passa necessariamente pelo controlo democrático ou melhor pela nacionalização do sistema bancário o que de resto já tem sido por nós várias vezes defendido. A falta dessa nacionalização constitui uma das dificuldades da concretização da política antimonopolista do Programa do Movimento das Forças Armadas o que se reflectia negativamente também na agricultura.

As relações de dependência de que esta tem sido vítima poderão resolver-se abrindo caminho para o seu progresso



BLASCO HUGO FERNANDES: “Um salto em frente na agricultura portuguesa”

através das largas possibilidades que a nacionalização da banca abre à rápida e eficaz concretização do programa antimonopolista. Essa actuação poderá traduzir-se pelo controlo dos grupos monopolistas cujos produtos são carecidos pela agricultura portuguesa e através dos quais se têm exercido até à data relações económicas de tipo monopolista.



Todo este conjunto de medidas apontadas permitirá de facto vencer a situação de estagnação em que o nosso sector agrícola tem vivido. Como sabemos, este não só não satisfaz as necessidades da nossa população como também as da própria economia geral, tendo constituído até à data travão ao desenvolvimento desta última. Daí a nossa dependência em relação ao exterior bastando sobre isso lembrar o facto de as nossas importações de produtos agrícolas terem crescido de forma bastante expressiva nos últimos anos.

A dinamização do sector agrícola é fundamental — é mesmo prioritária — na situação económica e sociopolítica em que nos encontramos. Para superarmos esta situação de dependência de uma forma favorável às amplas camadas trabalhadoras que laboram na agricultura, a canalização de meios técnicos ou financeiros é um componente essencial. A nacionalização da banca dá cabal resposta a este objectivo do povo português.

EUGÉNIO ROSA

“Aniquilar a base material do fascismo”

O capital financeiro dominava, principalmente através dos bancos, toda a actividade económica e financeira em Portugal. Aquele capital tinha nas suas mãos, através das instituições de crédito, quase toda a poupança nacional; era por meio daquelas e controlado também por aquelas que se faziam, no nosso país, a maior parte dos investimentos.

Paralelamente, o controlo de toda a actividade industrial, agrícola, etc., era feito

pelos grupos monopolistas através das participações financeiras, dos créditos concedidos, etc., que os bancos tinham em dezenas e dezenas de empresas. Igualmente, os milhões de contos acumulados nos cofres dos bancos, resultantes fundamentalmente das pequenas poupanças de centenas de milhares de portugueses eram utilizados, a bel-prazer, pelos grupos monopolistas e de acordo com os seus interesses egoístas, pondo muitas vezes em perigo o produto do trabalho de milhões de compatriotas nossos.

É suficiente dizer, e só a título de exemplo, o que aconteceu até há pouco tempo com um banco. O grupo económico a que ele pertencia criou 15 empresas no mesmo edifício, com um capital social de apenas 3500 contos, a quem emprestou mais de 3 milhões de contos para que aquelas pudessem jogar em acções especulativas, sem qualquer interesse para satisfação das necessidades populares.

Dezenas de exemplos desta natureza podiam ser alinhados, os quais mostrariam de uma forma clara que os grandes grupos monopolistas têm utilizado o dinheiro que a população portuguesa deposita nos seus



EUGÉNIO ROSA — “A nacionalização só acarretará maior segurança para os depositantes”

O País acordou, na manhã do dia 14, com a primeira página dos matutinos anunciando sucintamente a nacionalização da banca. Esta medida, tomada, ao que parece com o “balanco” do 11 de Março, vinha a ser objecto de discussão desde já alguns meses sem que se chegasse a qualquer decisão prática. E agora que a medida foi tomada é bem possível que as dúvidas continuem — uma vez que aquilo que se fará com a estatização da banca é, sem dúvida, bem mais importante do que essa estatização em si mesma. A pergunta que se deve fazer agora, parece-nos, é a seguinte: no que às instâncias do poder se refere: que interpretação do Plano Económico esta nacionalização da banca vai servir? (Tal como nunca assaz citado programa do M. F. A., o Plano Económico é passível das mais diversas interpretações “progressistas”, uma vez que tal como a sua letra, o seu espírito é, antes do mais, de “compromisso”.)

Sob o aspecto estritamente económico, sob o ângulo nunca inocente de buscar a “melhor solução técnica” para os problemas desse mito obscurantista a que se chama a “economia nacional” ou sob uma perspectiva de combate a tal economicismo no seu próprio terreno (combate sem dúvida indispensável) não podemos falar aqui. Mas do ponto de vista da significação social desta medida, significação que inclui a

ambiguidade da sua objectivação e a diversidade das representações colectivas a seu respeito, é de rezear que pouco se fale e é necessário, ainda que brevemente, explicitar que esse silêncio será um silenciamento.

Para já, um primeiro ponto se impõe: a das relações entre estatização (da banca e não só) e o socialismo ou a “marcha para o socialismo”. Este ponto impõe-se, em particular, porque as declarações tendem a multiplicar-se que se referem à necessidade de adoptar medidas socializantes ou, mesmo (cf. declarações de Melo Antunes posteriores ao 11 de Março) “socialistas”. Sendo assim, a apresentação da estatização da banca como medida socialista está já implicitamente feita e, por tabela, a concepção do socialismo singularmente obscurecida. Com efeito, a estatização da banca implica uma coisa: é o Estado que passará a geri-la, aumentando a sua capacidade gestonária e planificadora. Mas como, por quem e contra quem, vai a banca ser gerida — mas quem detém, em partilha o “meio-luz” técnico — para os problemas desse mito obscurantista a que se chama a “economia nacional” — mas em que medida quem o não detém e, em especial, os trabalhadores podem agir sobre ele e pressioná-lo de acordo com uma interpretação autónoma dos seus próprios interesses — eis as questões que têm de pôr para captar a móvel significação social desta estatização e o seu sentido profundo.

M. S. P.

Irmão, Espírito Santo e B. P. M. — em 1973, foram superiores a 660 mil contos.

No entanto, interessa também dizer, porque assim ficar-se-á com uma ideia mais clara do que representava a banca nas mãos de grupos monopolistas, que, em 1973, os lucros líquidos, provisões e amortizações, o dispêndio com publicidade e órgãos sociais de aqueles 6 bancos, apenas ultrapassaram os 2 milhões de contos, quando o capital social (isto é o dinheiro com o qual constituíram o Banco) era pouco superior a 5 milhões de contos.

Na verdade, a actividade bancária era extremamente rendosa para os grupos monopolistas.

UM MINISTÉRIO DO PLANO

Depois do 25 de Abril, os grandes grupos económicos utilizaram a Banca para criar continuamente problemas às pequenas e médias empresas (dificultando o crédito), para paralisar quase totalmente os investimentos (o que teve como consequência o aumento rápido do desemprego no nosso país), etc. Utilizando a arma económica, os grandes grupos monopolistas tentaram dificultar o processo de democratização do País, e criar condições propícias a um golpe vitorioso da reacção.

Desta forma a nacionalização da banca, por um lado, aparece como uma medida necessária para aniquilar a base material do fascismo e reacção, e, por outro lado, põe nas mãos do Estado, de uma forma directa ou indirecta, os sectores-chaves da economia, criando assim as condições necessárias para um rápido desenvolvimento económico e social ao serviço do Povo Português.

É certo, e isto é preciso que se diga claramente, que a tarefa que se coloca ao Povo Português é muito pesada e de grande responsabilidade.

É preciso elaborar muito rapidamente e com base no poder económico que o Estado vai passar a controlar, todo um plano eficaz de desenvolvimentos económico e social, o que nunca foi feito no nosso país (daí a necessidade imperiosa de um Ministério do Plano); é preciso criar toda uma estrutura e uma orgânica de planeamento, totalmente diferentes daquelas que existiram até esta altura; é necessário fazer um saneamento profundo de todos os organismos estatais ligados à economia e às finanças, pois de outra forma uma medida antimonopolista, com a dimensão daquela que foi tomada, pode ser contínua e perigosamente sabotada; é indispensável imaginar e criar novas e múltiplas formas de participação directa e contínua das massas populares em todo este processo revolucionário.

Esta perspectiva tem uma contrapartida importante: — que os trabalhadores

portugueses saibam distinguir o que é fundamental e o que é secundário neste momento, não se deixando desviar, por reacções, para lutas que só poderão criar dificuldades à consolidação e ao avanço da situação democrática portuguesa. Nesta fase do processo histórico português, a consolidação desta profunda medida antimonopolista — a nacionalização da banca — é a tarefa fundamental. Desviar a atenção ou as energias dos trabalhadores portugueses para lutas secundárias só ajudará, objectivamente, a reacção nacional e o imperialismo estrangeiro.

É preciso que se tenha sempre presente que estas forças estão dispostas a tudo fazer, e a tudo utilizarem, para impedir ou dificultar a marcha irreversível do processo

Lucros líquidos dos bancos

BANCOS	Lucros Líquidos Em 1000\$00			Aumento em %	
	1970	1971	1972	Entre 1970 e 1971	Entre 1971 e 1972
Viseense	3 215	3 260	3 567	1 %	10,1 %
Agricultura ...	16 970	20 359	25 448	20 %	25,7 %
Alentejo	8 314	9 086	14 862	9 %	63,8 %
B. & Irmão .	57 826	58 198	73 548	1 %	27,4 %
F. Magalhães	10 410	15 481	21 606	49 %	39,7 %
Esp. Santo ...	88 283	94 637	96 254	7 %	2 %
Fomento	96 417	102 507	111 882	6 %	9,2 %
Fons. Burnay	41 010	42 664	46 391	4 %	8,7 %
P. Magalhães	10 500	14 908	24 034	42 %	66,6 %
Sotto Mayor .	71 240	90 589	95 126	27 %	5,0 %
B. P. A.	85 896	91 957	102 511	7 %	11,4 %
Totta Açores .	46 071	44 595	80 346	—	80,5 %
C. P. P.	31 370	41 032	51 650	31 %	25,8 %
Total	567 522	629 273	747 225	11 %	19 %

democrático português, o qual tem como objectivo fundamental a criação de melhores condições de vida para o Povo Português, principalmente para as camadas mais desfavorecidas da população.

Finalmente, interessa afirmar, para evitar a acção da reacção, que a nacionalização da banca não acarretará qualquer mudança na situação e nos direitos dos depositantes desses bancos. Tal como acontecia, por exemplo, com a Caixa Geral de Depósitos e com o Banco Nacional Ultramarino, que já eram duas instituições de crédito controladas pelo Estado, os depositantes dos Bancos que foram nacionalizados poderão levantar e colocar o seu dinheiro nesses Bancos, como puderem e quando quiserem.

A nacionalização da Banca privada só acarretará maior segurança para eles (a partir de agora o dinheiro de milhões de

portugueses não será utilizado em acções especulativas, pondo assim em perigo muitas economias), por um lado, e, por outro lado, dará a certeza a centenas de milhares de depositantes que o seu dinheiro vai ser utilizado em investimentos produtivos (criando assim empregos para aqueles que precisam) e impulsionando o rápido desenvolvimento económico e social do País.

Assim, o dinheiro do Povo será utilizado, desta maneira, e pela primeira vez, em benefício do próprio Povo.

Depoimentos recolhidos por FERNANDO ANTUNES

20 MAR. 1975

COMISSÃO ADMINISTRATIVA para a Caixa de Abono de Família dos Bancários

Por despacho do ministro dos Assuntos Sociais, publicado no «Diário do Governo» de hoje, foi dissolvida a direcção da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários e nomeada, em sua substituição, uma comissão administrativa.

Esta comissão é constituída por Luís Quaresma Garcia, António Rodrigues Teixeira e João Lopes da Silva.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS REAGEM A POSIÇÕES ASSUMIDAS POR BANCÁRIOS

Na sequência de outras tomadas de posição, que oportunamente referimos, um grupo de trabalhadores da função pública, representado por José de Assunção G. Azevedo enviou-nos um texto em que se manifesta repúdio por afirmações feitas por bancários e outras entidades no último «Teledomingo» a propósito de problemas decorrentes da nacionalização da banca.

Começando por recordar a boicotagem da recente tentativa da manifestação dos funcionários públicos em prol de melhores salários (logo apoiada de reaccionária), o comunicado relaciona tal atitude com afirmações proferidas na TV, salientando que o apodo de «reacionaria» a qualquer tentativa de equiparação de vencimentos e o menosprezo pela qualidade e quantidade do trabalho da função pública, que crêem de injusto, não ajuda à «implantação de um clima de compreensão mútua e respeito pelos sagrados direitos humanos».

CARTA ABERTA DA PRÓ-SINDICAL DAS FINANÇAS DAS CALDAS DA RAINHA

Também a Comissão Pró-Sindical dos Trabalhadores da Repartição de Finanças do Concelho das Caldas da Rainha nos deu conhecimento de uma «carta aberta a alguns trabalhadores da banca (tele-

vistos e ouvidos) e não só!», em que, após considerações tendentes a delimitar o núcleo esclarecido e politizado dos bancários que sempre lutou contra o capitalismo e o fascismo de massa de oportunistas e indiferentes e a contestar, consequentemente, o direito dos bancários, como classe, a apresentarem-se como vanguarda da luta pela nacionalização, se afirma:

«De aqui se infere que é tão grave generalizar uma luta que foi só de alguns quanto o é abranger todo o funcionalismo público no estigma de «reaccionarismo» e até de «falta de produtividade», como o fez o dr. Carlos Carvalhas nesse programa da TV. Repudiamos tais sectarismos verrinosos pois «ambas» as casas têm de ser arrumadas».

E mais adiante, a propósito do «trabalho específico dos bancários — que se relaciona com a possibilidade (imaginária) de levar de imediato os funcionários públicos a pedir aumentos até aos níveis desse sector», diz-se:

«Descansem os bancários que o nosso benefício não será prejuízo vosso, nem se sintam minimizados se se virem desde já abarngidos no conceito de trabalhadores da função pública. Mas não esqueçam que virá o dia em que os trabalhadores, sem preconceitos de classe, serão pagos em função da sua real capacidade de trabalho, conhecimentos exigidos e graus de responsabilidade».

2 0 MAR. 1975

AS FORÇAS ARMADAS PROTEGERÃO O POVO DE CABINDA DA COBIÇA EXTERNA — GARANTIU O ALTO-COMISSÁRIO DE ANGOLA

LUANDA, 19 (F.P. e A.N.I.). — As Forças Armadas Portuguesas, em cooperação com as tropas dos movimentos de libertação, protegerão, se for necessário, o povo de Cabinda da cobiça externa — declarou o alto-comissário Silva Cardoso numa mensagem à população.

O general deu ainda a entender que Portugal respeitará os acordos de Alvor e a resolução da O. N. U. relativa à integridade territorial de Angola independente, estando disposto a actuar energeticamente para evitar a separação de Cabinda.

Nesta sua comunicação-advertência, o general Silva Cardoso fez-se eco da reunião do Conselho de Defesa de Angola, a qual condenou energeticamente a ingerência estrangeira com vista à separação de Cabinda e sua discussão na O. U. A.

«Em Cabinda — disse o alto-comissário — manipulam-se, manobram-se interesses, que nada têm a ver com os interesses do povo de Cabinda, sobre o qual, forças enormes, a nível internacional, se abatem visando explorar em proveito próprio as riquezas de países menos desenvolvidos, fazendo-lhes crer

que tudo o que fazem é só para os ajudar.

Não hesitam sequer em apoiar medidas que podem conduzir ao derramamento de sangue em Cabinda, isto se formos a acreditar nos rumores de que existem já em preparação, fora de Cabinda, forças militares relativamente numerosas que alguém alimenta e equipa.

Foram ainda referido e condenado pela Comissão Nacional de Defesa declarações de entidades responsáveis estrangeiras favoráveis à separação de Cabinda e à intenção de lançar o problema no seio da O. U. A. como primeiro passo para o reconhecimento internacional da teoria separatista.»

Saneamento nas administrações dos bancos de Angola

Como resultado da nacionalização da Banca portuguesa, tomam-se decisões drásticas nos bancos de Angola. Assim, foi demitido o administrador principal do Banco Pinto & Sotto Mayor em Angola, Raposo de Magalhães, o qual, se-

gundo fontes dignas de crédito, está até proibido de entrar nas instalações daquele estabelecimento de crédito. A sua conta pessoal foi congelada.

Sabe-se, igualmente, que foram demitidos os administradores dos Bancos de Crédito (B.C.C.I.), que pertence ao grupo Borges & Irmão, e B.C.A. (Banco Comercial de Angola), que pertence ao Banco Português do Atlântico.

Estas medidas de saneamento não abrangeram os bancos Inter-Únido e Totta-Standard, porque têm larga participação de capital estrangeiro. Sabe-se, entretanto, que elas foram ordenadas pelas administrações dos bancos-sedes, em Lisboa.

Os bancários concordam com a nacionalização «ao serviço dos interesses do povo português»

Entretanto, foi tornado publico o seguinte comunicado:

«A direcção, delegados sindicais e comissões de trabalhadores de Luanda do Sindicato dos Empregados Bancários de Angola, reunidos extraordinariamente para apreciar os problemas da nacionalização da Banca em Portugal, decidiram:

1 — Concordar que a nacionalização da Banca em Portugal está ao serviço dos interesses do povo português.

2 — Exigir que seja imediatamente negociada a transferência dos interesses do Governo português na nossa Banca para o Governo de Angola.

3 — Exigir a nomeação junto dos bancos de administradores-delegados do Governo de Angola, que seriam escolhidos sob proposta da direcção do Sindicato, comissões de trabalhadores e delegados sindicais.»

Missão da Zâmbia visita o Lobito

Para tratar de assuntos referentes ao Caminho de Ferro de Benguela e ao porto do Lobito, encontra-se em Angola uma delegação do Governo zambiano, constituída pelos ministros de Estado do Planeamento e Caminho de Ferro, para os assuntos estrangeiros, e por seis altos funcionários de diversos ministérios.

As personalidades zambianas, que foram recebidas pelo ministro angolano dos Transportes e Comunicações, eng. Albino Antunes da Cunha, seguiram para o Lobito, onde tratarão de assuntos relacionados com o tráfego de mercadorias para a Zâmbia através do porto daquela cidade.

NÃO À RENOVAÇÃO DO CONTRATO DA R.A.R.E.T.

• Posição dos trabalhadores do Banco de Angola

Reunidos em plenário, os trabalhadores do Banco de Angola, tendo tomado conhecimento da próxima expiração (que noticiámos) do contrato que permite as actividades da R.A.R.E.T. em Portugal, decidiram manifestar às autoridades a sua firme oposição à renovação do contrato e a sua exigência de que as emissões de rádio (24 horas por dia de propaganda anticomunista dirigida ao Leste da Europa) a que aquela entidade procede cessem no próprio dia da expiração do contrato.

Fundamentando a sua decisão, afirmam os trabalhadores que, para além de não ser admissível tal actuação em relação a países com os quais estabelecemos recentes relações amistosas, «a continuação das actividades de tal empresa, que se suspeita ser um braço da C.I.A., constituiria um grave risco para a Paz e bom entendimento entre os povos, nomeadamente na Europa».

Os trabalhadores decidiram também dar conhecimento da moção ao embaixador dos E.U.A. em Lisboa.

20 MAR. 1975

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS REPUDIAM DECLARAÇÕES DE BANCÁRIOS NO TELEDOMINGO

Reunidos em plenário, os trabalhadores da Direcção-Geral de Fiscalização Económica da zona do Porto divulgaram o seguinte comunicado:

«Os trabalhadores da função pública foram sempre marginalizados pelo regime fascista, nunca lhes tendo sido dada quaisquer garantias suficientes para a subsistência e dignificação, tendo sido sempre submetidos à alta exigência burocrática do regime deposto em 25 de Abril, nunca usufruindo de qualquer estimulante, quer moral, quer material, compatíveis com as funções que desempenham.

Sujeitos a uma disciplina férrea e altamente repressiva, imposta pelo estatuto que os regia, tornava o recrutamento difícil nas camadas mais jovens e, mesmo até pela limitação dos quadros, os mais habilitados que eram admitidos, faziam dele apenas lugar de passagem. Mesmo assim, apesar destas condições, os trabalhadores que permaneceram na função pública tornaram-se altamente especializados nos cargos para que eram destinados.

Face a esta situação, repudiam energicamente as declarações prestadas pelos trabalhadores bancários verificadas no «Teledomingo» do dia 16, onde procuraram mostrar razões para justificar os privilégios de que beneficiam, colocando-se assim num plano superior aos trabalhadores da função pública.

Não há dúvida de que procuraram justificar a diferença salarial pela tecnicidade e especialidade, em detrimento de uma classe minimizada nesse programa, que há muito espera justiça social e sempre foi a mais sacrificada.

Agora sujeitos aos mesmos requisitos de todo o trabalhador da função pública, não se compreende de maneira alguma que dentro da mesma classe fiquem estes em condições especiais.

Alertamos para o carácter divisionista que pode criar esta situação,

lançando os trabalhadores em conflitos que podem vir a comprometer a unidade da classe.»

Também a comissão distrital de Coimbra do Pró-Sindicato dos Trabalhadores Judiciais, em telegramas endereçados ao Sindicato dos Empregados Bancários e à Radiotelevisão Portuguesa, manifesta o seu «maior repúdio» pela atitude tomada e pelas afirmações feitas por trabalhadores bancários no último «Teledomingo».

Nomeadamente, aquele pró-sindicato reputa tais afirmações de «altamente injuriosas e ofensivas da dignidade dos trabalhadores da função pública», taxando-as de «demagógicas e tendenciosas», pelo que exige «explicações ao Sindicato dos Bancários».

21 MAR. 1975

A nacionalização da Banca apoiada pelos bancários do P.C.

A Organização dos Bancários do Porto do Partido Comunista divulgaram um comunicado, no qual se faz uma análise política da situação e se afirma:

«Após o 25 de Abril o poder político sofreu alterações, no entanto o poder económico, sustentáculo da reacção manteve-se praticamente inalterável, pelo que o 11 de Março surge como consequência não só lógica como inevitável com vista à recuperação do poder político pelos grandes monopolistas e latifundistas.

Neste contexto, como trabalhadores bancários, não podemos deixar de nos regozijar com as primeiras medidas tomadas pelo Conselho Superior da Revolução, ao nacionalizar a banca. Companhias de Seguros e consequentemente colocando sectores básicos da economia nacional ao serviço do Povo Português.

A nacionalização da Banca e Seguros são algumas das medidas que o nosso Partido vem apurando como essenciais com vista à reso-

lução de alguns problemas do Povo Português tais como o desemprego e a contenção dos preços.

Realce-se o extraordinário contributo dado pelos trabalhadores bancários para as medidas agora tomadas, quer denunciando manobras patronais, quer evitando, com a sua vigilância permanente, outras que poderiam ter sido levadas a cabo, quer ainda pelo apoio dado na resolução dos problemas decorrentes da nacionalização.

Mas a reacção não morreu, ela tentará de novo, com outros matizes, retardar o processo histórico que sabe irreversível».

Depois de apelar para a vigilância revolucionária, de modo a que não se desviem quaisquer valores ou «desvirtuem os objectivos de tais nacionalizações, que o Partido Comunista Português entende como necessárias e essenciais com vista à construção da nova sociedade, a Sociedade Socialista, na qual a gestão de todos os sectores da economia, incluindo a banca, só ao Povo compete, através dos órgãos legalmente constituídos e verdadeiramente representativos dos interesses populares».

NACIONALIZAÇÃO ANALISADA POR BANCÁRIOS COMUNISTAS

Os trabalhadores bancários comunistas do Porto promoveram, ontem à noite, na sede da Cooperativa do Povo Portuense, uma sessão de esclarecimento relativo à nacionalização da banca e às suas perspectivas quanto ao futuro. Presentes algumas dezenas de trabalhadores, sendo a sessão dirigida por António Simões, Avelino Gonçalves e Carlos Pimenta.

Além, num manifesto convocatório da sessão, «esça-se o extraordinário contributo dado pelos trabalhadores bancários para as medidas agora tomadas quer denunciando manobras patronais, quer evitando, com a sua vigilância permanente, outras que poderiam ter sido levadas a cabo; quer ainda pelo apoio dado na resolução dos problemas decorrentes da nacionalização. Mas a reacção não morreu, ela tentará de novo, com outros matizes, retardar o processo histórico que sabe irreversível».

Além disso, «entendem os bancários comunistas que compete a todos os trabalhadores deste sector redobrar a vigilância revolucionária no sentido de impedirem que os caciques e lacaios de tá minoria stó então dominadora, desvirtuem quaisquer valores ou desvirtuem os objectivos de tais nacionalizações».

António Simões fez-o do «Partido Comunista e a situação política», tendo Carlos Pimenta tratado do tema da «banca nos países socialistas».

Este último aludiu às nacionalizações bancárias na União Soviética, feitas por Lenine, para depois se situar na actualidade e na realidade bancária russa, afirmando que o Estado controla todos os monopólios, citando ainda os processos de

actuação bancária na Hungria, quase idênticos aos da U.R.S.S. Citou, ainda, que na Rússia existem praticamente três instituições bancárias — um banco principal, um banco destinado a financiamento a longo prazo e as chamadas «caixas económicas», destinadas à pequena poupança.

Após isso, estabeleceu-se um diálogo, em que muitos bancários foram esclarecidos sobre o que virá a ser o futuro da banca e dos trabalhadores.

Foi ainda salientado que a melhoria da banca não poderá ser feita à custa do desemprego do trabalhador bancário.

Comentário do PPD à situação do crédito e dos seguros agrícolas

O Partido Popular Democrático, através da respectiva Comissão Política Nacional, distribuiu um comunicado no qual se fazem considerações sobre «o crédito e os seguros agrícolas face às recentes nacionalizações». Nele se afirma que «ao publicar o seu documento de trabalho «Política Agrária», em Julho último, o PPD denunciou imediatamente os vícios do crédito agrícola actualmente existentes e que, apoiando-se prioritariamente nas garantias hipotecárias servas, principalmente, os proprietários rurais deixando, praticamente, sem qualquer apoio, o vasto grupo socio-económico dos rendeiros, seareiros, trabalhadores rurais, etc.».

E o PPD, no seu comunicado, acentua: «A banca privada, na sua actuação nas zonas rurais, preocupando-se, exclusivamente, com a recolha da poupança dis-

ponível sem que em contrapartida prestasse qualquer ajuda financeira ao sector rural, sobretudo às classes mais desfavorecidas. Por outro lado, as companhias de seguros, tendo, como tinham, um vasto campo de actividade, altamente lucrativo, nos meios urbanos, para além de não efectuarem o seguro da maior parte dos bens agrícolas, exigiam, nesses casos em que aceitavam cobrir os riscos, prémios incomportáveis com a pobreza da actividade agrícola».

«Teledomingo» provoca protestos

O debate televisivo sobre a nacionalização da Banca levantou uma onda de indignação entre os trabalhadores da Função Pública.

De referir por exemplo, um comunicado ontem divulgado pelos funcionários da Direcção de Habitação do Norte — Fundo de Fomento de Habitação no qual «repudiam com firmeza as afirmações feitas pelos bancários no Teledomingo, porque se para trabalho igual deve corresponder salário igual, as medidas de austeridade e sacrificios pedidos ao país devem ser repartidas com equidade por todos os trabalhadores». No sector do Estado, prossegue o curto comunicado, «os privilegiados do tempo do fascismo não podem nem devem ser distinguidos».

Por seu turno, os trabalhadores da Direcção Geral da Fiscalização Económica da Zona do Porto afirmam que os «trabalhadores da Função Pública foram sempre marginalizados pelo regime fascista, nunca lhes tendo sido dada quaisquer garantias suficientes para a sua subsistência e dignificação». E continua: «sujeitos a uma disciplina férrea e altamente repressiva, imposta pelo estatuto que os regia, o recrutamento do funcionalismo era difícil nas camadas mais jovens; mesmo assim, apesar destas condições, os trabalhadores que permaneceram na Função Pública, tornaram-se altamente especializados nos cargos para que eram destinados».

Alertem ainda os trabalhadores daquela departamento estatal para a manobra divisionista que pode criar as afirmações proferidas pelos bancários, lançando os trabalhadores em conflitos que podem vir a comprometer a unidade sempre desejada.

Proseguem as manifestações de apoio

Entretanto, prosseguem, em todo o país, as manifestações de apoio. De entre elas referimos, hoje, as moções, ambas aprovadas por aclamação, em plenários de trabalhadores, do Banco Totta & Açores (Zona Norte) e do Sindicato Nacional dos Profissionais de Propaganda Médica.

Uma e outra, mostram a adesão absoluta às nacionalizações, felicitando por tais medidas o Conselho Superior da Revolução e, enquanto que os bancários exortam o C. S. R. a prosseguir firmemente uma política decididamente antimonopolista, mediante a nacionalização dos restantes sectores-chaves da economia, os profissionais de propaganda médica solicitam as medidas necessárias com vista ao congelamento de preços e a uma adequada actualização salarial».

A BANCA
E OS SEGUROS
AO SERVIÇO DO POVO

UM PASSO DE GIGANTE NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Na noite do dia 13 para 14 deste mês, o Conselho Superior da Revolução, reunido para tratar de assuntos referentes ao avanço do processo democrático, decide nacionalizar a banca, o que é recebido por todo o povo português como sendo a medida revolucionária mais importante que até hoje foi decretada no nosso país.

A nacionalização da banca e, com ela, a dos seguros, são um enorme passo em frente na defesa dos interesses dos trabalhadores e na consolidação do processo democrático que, há cerca de dez meses, foi instalado em Portugal.

Para esclarecer certos pontos que esta medida acarreta dirigimo-nos ao Sindicato dos Bancários, onde alguns elementos da direcção nos receberam.

HA muito tempo que os bancários trabalhavam para que uma medida da importância da nacionalização da banca fosse tomada — declarou-nos um membro da direcção. Não se pode contudo dizer que houvesse desde o início, quando os bancários se lançaram na luta, uma data marcada para atingir esse objectivo. A luta baseava-se essencialmente na obtenção de contratos colectivos a nosso favor. Contudo, aproveitavam-se essas alturas para fazer uma denúncia completa da banca e do sistema capitalista. Mas, evidentemente, toda a movimentação anterior tinha como finalidade a nacionalização, e isso até através de uma consciencialização dos trabalhadores. Pensávamos contudo que as contradições do sistema capitalista iriam desembocar, mais dia menos dia, na nacionalização.

«Quando aconteceu o 25 de Abril começou-se logo a falar nesse problema, que surgia como uma necessidade. Assim, aproveitou-se o facto de se poder falar com mais clareza para efectivar essa consciencialização através, essencialmente, da denúncia do sistema económico português e do papel que a banca desempenhava nesse contexto. Contudo, teve-se imediata consciência de que não havia condições para se exigir (e conseguir) medidas tendentes à nacionalização. Nesta medida, a palavra de ordem dada foi a da vigilância. Isto é, começar a arranjar os elementos necessários para divulgar, junto do grande público e das forças progressistas, o que era a banca, em toda a sua crueza, a sua sabotagem, etc. E foi assim que os delegados sindicais, através das organizações sindicais, começaram a tirar notas e a organizar um processo de vigilância.

«Com o 28 de Setembro a palavra de ordem para a nacionalização da banca foi dada. Aconteceu então que o 28 de Setembro tinha criado já condições para a palavra ser aceite. Era então necessário



AO NACIONALIZAR
A BANCA
E OS SEGUROS
O CONSELHO
DE REVOLUÇÃO
ATACA
DIRECTAMENTE
OS FUNDAMENTOS
DOS GRANDES
MONOPÓLIOS
E LATIFÚNDIOS

criar força e esperar a ocasião oportuna. Em consequência disto, no dia 3 de Janeiro foi aprovada numa assembleia dos bancários uma proposta sobre a nacionalização da banca. Estavam criadas, a nível de sector, todas as condições para o arranque.

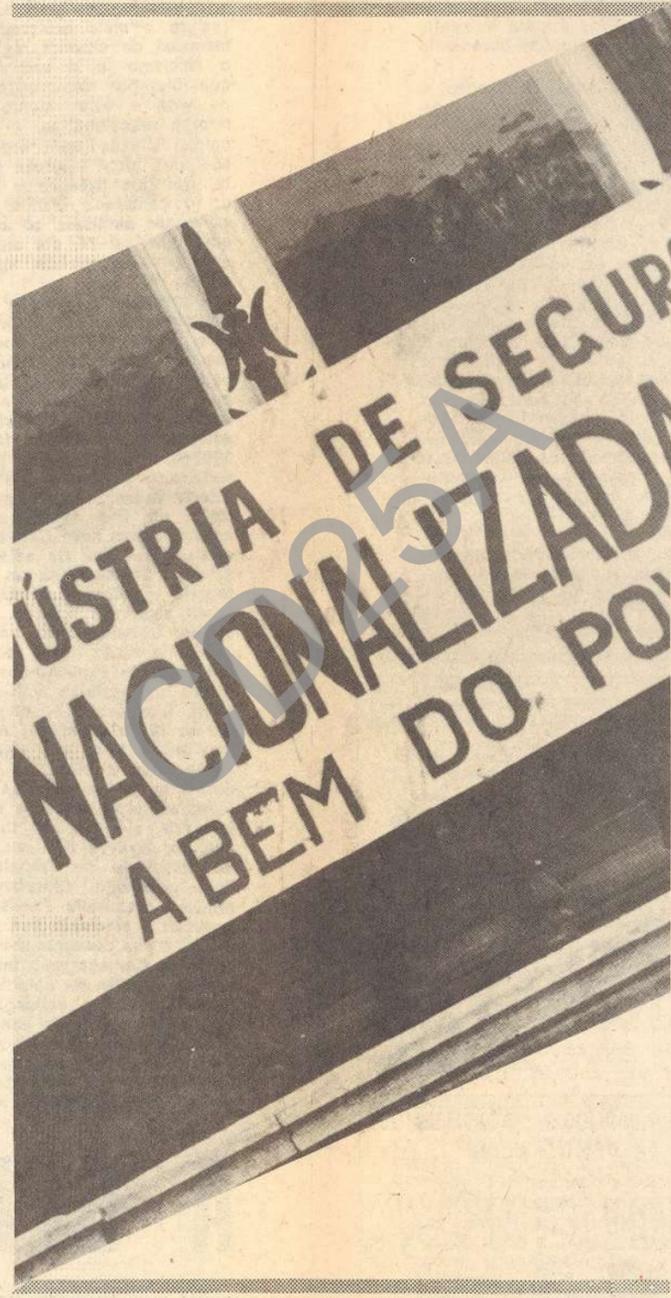
«Nessa altura as restantes forças do País ainda não estavam preparadas para isso, tanto que essa proposta foi apresentada ao Governo não obtendo o efeito que nós desejaríamos. Viu-se então que era necessário organizar um grupo de trabalho no sindicato para estudar as possibilidades da organização dos serviços bancários, para que estes fossem postos ao serviço do povo. Era assim como que um trabalho preparatório, para o dia em que se verificasse a nacionalização.

«Arrancou-se nesse momento para uma vigilância apertada. As comissões de delegados começaram a fazer relatórios sobre a sabotagem, sobre o financiamento aos partidos de direita, sobre o roubo de valores que os banqueiros faziam. Fez-se mesmo um mapa de indícios de roubo. Com todas estas atitudes eles estavam finalmente a reforçar as condições objectivas para a nacionalização. Como consequência do 28 de Setembro e de todo este desenrolar veio o 11 de Março.

«Nesse dia, cerca das 13 e 30, os membros da direcção que estavam no sindicato tomaram a decisão de fechar os bancos. Essa decisão, depois de consultada a Intersindical, foi divulgada para todos os locais de trabalho. Naquele momento, tínhamos fundamentalmente dois objectivos: A nossa preocupação principal era garantir os bens existentes nos bancos. Tomámos a iniciativa de sermos os garantes disso. E passámos a considerar efectivamente, naquele momento, que aquilo que ali estava era riqueza da nação e não de alguns privilegiados. E, por isso, tínhamos de garantir aos portugueses que esses bens se manteriam nos bancos. Por outro lado a medida ia permitir libertar dos locais de trabalho bancários, para que estes na rua se pudessem aliar à população e colaborar na defesa da democracia, e apoiando o M. F. A.

«Como consequência disso as administrações, como representantes do patronato e da reacção, foram imediatamente impedidas de entrar nos bancos. A palavra de ordem abrangia gerentes e directores, excepto nos casos em que os trabalhadores neles depositavam confiança.

«O dismantelar de todo o processo durante a tarde do dia 11 fez com que o COPCON começasse a procurar e a deter elementos das administrações. E



assim, ao fim da tarde, a decisão de nacionalizar a banca, de pôr a banca ao serviço do povo, estava tomada. Efectivamente num comunicado saído na tarde do dia 11, as três organizações bancárias (Lisboa, Porto e Coimbra) indicavam já a ideia de que a banca só poderia abrir em novos moldes e ao serviço do povo.

«Iniciaram-se então contactos nesse sentido. O grupo de traba-

lho de técnicos bancários aprontaram todos os seus trabalhos e, na manhã do dia 12, começaram os contactos a nível dos órgãos governamentais.

«Quando a banca reabriu (já nacionalizada), houve então um facto digno de registo: houve muito mais depósitos do que levantamentos. Isto é sintomático da confiança que o povo português depositou na banca.»

PERSPECTIVAS IMEDIATAS E FUTURAS

A nacionalização da banca influirá em todo o processo revolucionário português. Sobre isso disse-nos o membro da direcção: «Os bancos são os detentores do maior poder financeiro em qualquer país capitalista, e principalmente quando se aproximam, como era o nosso caso, do capitalismo monopolista de estado. É lá que se concentra todo o poder financeiro.

«Esse poder financeiro é obtido da exploração do povo trabalhador. Essa riqueza acumulada representa, ao fim e ao cabo, as economias do povo, de todo o pequeno comerciante. Mas são esses capitais que vão servir precisamente para continuar a explorar cada vez mais o povo, através da concentração do poder económico e, inclusivamente, o acabar com os pequenos comerciantes. O pequeno comerciante deposita o seu dinheiro no banco e esse dinheiro, através de uma volta, vai ajudar a transformá-lo numa pessoa tremendamente dependente desse capital que ele ajudou a criar ao depositar as suas economias.

«Como um exemplo, podemos dar o do pequeno merceiro. O merceiro é um patrão trabalhador podendo ter, eventualmente, um ou dois empregados. Ao fim do mês pega nas suas economias e vai depositar. E é o acumular desses depósitos de centenas de merceiros que vão criar os supermercados, que por sua vez irão acabar com os merceiros e transformá-los em animais de carga para o capitalismo.

«É claro que, por outro lado, há todas as consequências deste esquema, toda a concentração do poder, poder económico e poder político, o tecer de leis pelo estado burguês que vai «legitimar» o poder económico. Por outro lado a característica do capitalismo, atingido aqui em Portugal, é a de que os bancos acabam por dominar ou directamente ou através de empresas «holding» que dependem dos bancos, toda a economia nacional.

«Em Portugal os economistas citam as verbas de 70%. O nacionalizar do banco, significa transformar esses 70% da economia num bem para o povo, por via directa ou indirecta. Contudo é preciso notar um pormenor: a dependência aos bancos destes 70% na economia nacional não se faz, muitas vezes, através do investimento directo. Uma firma determinada, que é uma grande empresa, pode não depender de um banco. É que não se fazem investimentos directos em nome do banco. Ou se faz através da empresa «holding» que depende do banco, ou depende de um admi-



nistrador que se apresenta como capitalista individual na tal super-empresa, mas que no fim está a usar efectivamente os dinheiros do banco onde é administrador e accionista simultaneamente.

«Outro modo de domínio da banca sobre a economia é através do financiamento. Isto acontece por vezes com firmas que ao próprio capitalismo não interessa aniquilar, por não conveniência momentânea de estender a sua pata sobre determinada empresa que é ou fornecedora de matérias para outros sectores ou de escoamento. Muitas vezes os monopólios que dependiam dos bancos não tinham conveniência (por questões tácticas, baixa da taxa de lucro, etc.) em aplicar aí capitais. Mas tinham todo o interesse em manter uma dependência para que esse circuito de comercialização nunca fugisse ao centro produtor de bens. Isto era conseguido muitas vezes, não através da capitalização, que não convinha, mas através do empréstimo que era feito através do banco. Em resumo, essa empresa estava dependente do banco através do empréstimo. Estava a pagar ao banco um juro e ao mesmo tempo ficava dependente do jogo dos empréstimos. Assim, o apanhar dos bancos representa o apanhar de 70% da economia. E mais, pois que numa situação como a portuguesa, onde existe uma determinada relação entre o poder político e o poder económico, é uma situação transitória, que não

se pode manter. O 25 de Abril veio marcar a independência do poder político ao poder económico. Mas é necessário agora dar consistência à situação, apanhando o poder económico.

«A nacionalização dos bancos é assim o primeiro grande passo para se apanhar o poder económico, sem o qual o poder político não será de modo nenhum estável.»

POSSIBILIDADES PARA FUTURO

«Concretamente e de imediato, disse-nos o membro da direcção, há a possibilidade de começar a financiar sectores necessários ao bem-estar da população. Coisa que antes não podia acontecer, devido às próprias leis do capitalismo. A agricultura, sector de produção de mais-valia reduzida, mas essencial ao bem-estar do povo e principalmente num país como o nosso, é preciso ser fomentada, assim como a pesca. Isto são sectores de pequena produtividade de lucros, onde a banca privada nunca iria investir. Agora há possibilidades e necessidade de o fazer, visto que os bancos deixam de ser centros financeiros ao serviço do capitalismo, para ser aplicado ali onde é mais útil à população.

«Por outro lado, pode-se financiar a pequena e média empresa, e assim proporcionar um desenvolvimento muito mais harmonioso.»

21 MAR. 1975

Medidas concretas para a banca propostas pelo sector sócio-profissional dos bancários do PPD

Em comunicado distribuído aos órgãos de informação, o Sector Sócio-Profissional dos Bancários do P.P.D. começa por afirmar que as medidas de nacionalização já levadas a cabo pelo Conselho de Revolução são conformes com o previsto no programa do P.P.D. e que seriam, por este, propostas à apreciação e ao voto do Povo português. Contudo, porque as circunstâncias políticas e económicas as tornavam urgentes, o Partido Popular Democrático aprovou e apoia as nacionalizações.

Uma vez tomadas essas medidas, o P.P.D. reafirma «a necessidade da passagem a formas verdadeiramente socialistas (participação dos trabalhadores na gestão)», a fim de «se não cair num mero capitalismo de Estado» e aponta medidas concretas e imediatas para um adequado funcionamento da banca nacional.

SELECTIVIDADE DO CRÉDITO

A selectividade do crédito, afirmam, tem agora de se exercer «em função do interesse» de cada projecto em termos nacionais, da sua viabilidade e consistência económica e da sua capacidade em criar novos postos de trabalho.

E com vista a uma significativa melhoria no campo da selectividade propõem o lançamento de instituições especializadas por sectores de actividade, tais como: habitação, agricultura e pescas, indústria, cooperativismo e comércio externo. Propõem ainda a generalização do crédito pessoal.

Ainda quanto ao crédito, dada a importância das pequenas e médias empresas, urge

coordenar a sua concessão em condições favoráveis, com relevância para os sectores até agora mais desprotegidos (agricultura e pesca).

Quanto à Inspeção-Geral de Créditos e Seguros, propõe a sua integração no Banco Central, dado que a orgânica daquela instituição já não corresponde às necessidades actuais.

As estatísticas cambiais e de crédito devem, também, ser melhoradas, preconizando-se para tal critérios mais objectivos e sugere-se a sua computadorização.

A fim de evitar a indevida acumulação de responsabilidades de crédito, torna-se urgente que o Banco de Portugal ponha em funcionamento, a curto prazo, a prevista Central de Riscos.

PROSPECÇÃO, PUBLICIDADE E LETRAS

Neste campo, preconiza o Sector dos Bancários do P.P.D. a substituição das anteriores e actuais actividades de prospecção de clientes e publicidade e orientadas num sentido de esclarecimento dos detentores de poupanças, evidenciando-se o carácter social da sua aplicação, que agora se solicita para uma tarefa colectiva.

Quanto às letras, preconiza-se a domiciliação, ou seja, que os aceitantes indiquem o «seu» banco como local de pagamento.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

Face à grandiosidade da carteira de títulos do Estado, em virtude da recente incor-

poração das volumosas carteiras dos Bancos e Companhias de Seguros, julga-se oportuna a criação de um órgão representativo e separado do Governo que assegure a respectiva coordenação e gestão centralizada e coerente.

Considera-se também oportuna a criação de uma Central de Informações, a publicação de um único Boletim de Informação Económica e sugere-se a normalização de cheques.

No que respeita a filiais e agências, deve o Ministério das Finanças definir um critério que vise a melhor harmonização na sua abertura, com vista a uma real participação no desenvolvimento regional, salvaguardando, contudo, situações de desemprego ou sub-utilização das capacidades profissionais dos trabalhadores.

Propõem ainda que todos os funcionários públicos e trabalhadores de empresas públicas (agora acrescidas com todos os Bancos e Companhias de Seguros) recebam os seus ordenados no mesmo dia e através de crédito em conta.

Terminam o seu comunicado afirmando:

«Sendo os trabalhadores bancários uma classe com capacidade de intervenção na gestão das empresas, o que só é válido se definido através de processos democráticos, é chegado o momento de, em colaboração com o próprio Estado, se avançar com tal tipo de participação que o P.P.D. firmemente defende para a concretização de um verdadeiro socialismo democrático».

21 MAR. 1975

DESCOBBREM-SE AS FRAUDES DOS BANQUEIROS

Muitos milhares de contos, desviados pelos antigos banqueiros para operações fraudulentas, poderão vir a juntar-se ao milhão já recuperado, durante os três primeiros dias de exercício, pelas comissões de gestão nomeadas pelo Governo para administrar os bancos nacionalizados.

Efectivamente, três dias bastaram para detectar uma quantidade de negócios escuros para os quais se escoavam os lucros obtidos à custa da exploração dos trabalhadores e as magras economias que estes confiavam à banca privada «para ajudar o desenvolvimento do País». Segundo um informador do Sindicato dos Bancários de Lisboa, as fraudes constituíam prática generalizada em todas as instituições de crédito. As investigações das comissões administrativas permitiram já localizar algumas operações mais significativas em determinados bancos, cuja menção é, no entanto, evitada, para impedir que eles constituam perante a opinião pública, o bode expiatório de um sistema em que mergulhavam as administrações de toda a banca privada. Ainda segundo a mesma fonte de informação (foi-nos impossível contactar com as comissões administrati-

vas, que esta manhã se encontravam reunidas no Banco de Portugal), os pormenores de tais operações e a indicação individualizada dos seus responsáveis serão revelados proximamente, numa conferência de Imprensa, logo que estejam concluídas todas as investigações.

APOIO AO M.F.A.

A nacionalização da banca e das companhias seguradoras continua a provocar inúmeras manifestações de apoio. A par do aplauso expresso por trabalhadores portugueses, começam a chegar à nossa redacção telegramas do estrangeiro cujos signatários exprimem a sua satisfação perante a medida tomada pelo Conselho da Revolução. Registamos dois telegramas: um, dos trabalhadores da banca italiana, que exprimem a sua solidariedade com os portugueses na consolidação da democracia, e outro, dos bancários de Caibarian em Cuba, em que se afirma que «o fascismo não triunfará».

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CONTRA O SECTARISMO

Por outro lado, chegam até

nós comunicados elaborados por trabalhadores da função pública, protestando contra a forma como foram tratados na emissão da R.T.P. do passado domingo, dedicado à nacionalização da Banca. Como é evidente, o teor destes documentos não é de desagrado perante a nacionalização. Pelo contrário, o apoio ao M.F.A. por ter tomado esta medida aparece bem expresso. O que leva os funcionários públicos a protestar é o facto de nessa emissão de televisão o seu trabalho ter sido depreciado, em favor da actividade dos seus colegas bancários que consideram aqueles, constituem uma categoria de trabalhadores largamente privilegiada.

Noutro comunicado, um grupo de funcionários públicos recusa que as diferenças salariais existentes entre eles e os bancários seja justificada através da «complexidade e superior qualidade do trabalho destes», como aconteceu na T.V.

Por fim, todas as tomadas de posição repudiam a classificação de reaccionarismo com que frequentemente os apontam, como ainda aconteceu recentemente quando foi anunciada a realização de uma manifestação por aumentos salariais.

Participação dos trabalhadores na gestão

O sector socioprofissional dos bancários do P.P.D. emitiu um comunicado sobre a nacionalização dos bancos onde reafirma não só a necessidade da passagem a formas verdadeiramente socialistas com a consequente participação dos trabalhadores na gestão, mas também defende a urgência de tomar medidas concretas para um adequado funcionamento da banca nacional.

Sugerem, para o efeito, uma ampla análise dos seguintes pontos: selectividade do crédito, especialização sectorial, central de riscos de crédito, domiciliação de letras, protecção e publicidade, pequenas e médias empresas, participações financeiras do Estado, inspecção-geral de créditos e seguros, estatísticas cam-

biais e de crédito, uniformização de processos, cobertura regional, processamento de ordenados, gestão democrática e socialização.

Propõem, pois, os bancários do P.P.D., a criação de instituições especializadas por sectores de actividades para uma melhoria da distribuição do crédito e preconizam, para as P.M.E.s a concessão de crédito em condições favoráveis, com relevância para os sectores até agora mais desprotegidos (agricultura e pesca).

Por outro lado, no que respeita à cobertura regional, defendem aqueles trabalhadores da banca a necessidade de o Ministério das Finanças definir um critério que vise a melhor harmonização na abertura de

filiais e agências, com vista a uma real participação no desenvolvimento regional, em especial de zonas até agora mais desfavorecidas.

TELEDOMINGO: FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CONTRA BANCÁRIOS

Reunidos em plenário os funcionários da Direcção-Geral de Fiscalização Económica da zona do Porto, divulgaram um comunicado em que repudiam as declarações de bancários proferidas no último Teledomingo, afirmando essas que classificam de «razões para justificar os privilégios de que beneficiam, colocando-se assim num plano superior aos trabalhadores da função pública».

A finalizar, o comunicado alerta «para o carácter divisionista que pode criar esta situação, lançando os trabalhadores em conflitos que podem vir a comprometer a unidade da classe».

Também a comissão distrital de Coimbra do pró-Sindicato dos Trabalhadores Judiciais, endereçou telegramas ao Sindicato dos Empregados Bancários e à Radiotelevisão em que manifestam o «maior repúdio» pelas afirmações feitas no Teledomingo.

TOTTA E AÇORES CONTINUA EM LONDRES

De acordo com os termos da nacionalização, o Governo Português garante que o banco e a sua filial londrina continuarão a cumprir todos os compromissos, tanto em Portugal como no estrangeiro.

22 MAR. 1975

BANCÁRIOS OCUPAM PALACETE PARA MONTAR UM CENTRO MÉDICO

Algumas centenas de bancários da Lisboa, depois do almoço dos Desportos, ocuparam ontem, cerca das 13 e 30, o palacete situado na Rua Marquês de Fronteira, n.º 16 e 14. A iniciativa pertenceu à direcção do Sindicato dos Bancários que já vinha tentando, há algum tempo, negociar um arrendamento sem qualquer resultado.

O edifício, de dois pisos, e com um amplo jardim, destinou-se à instalação dos serviços clínicos do Sindicato, fim para que dispõe de boas qualidades — localização, cerca de trinta divisões, espaços livres que o isolam da ruidosa movimentação da cidade. Deverá, ainda ser ali instalado, em colaboração com a Junta de Freguesia local, um infantário para as crianças mais pobres do bairro. Os serviços médicos do Sindicato estavam até agora

junto deste com uma manifesta exiguidade de instalações, tendo número de associados.

O palacete, pertencente aos herdeiros de Ribeiro Ferreira, apesar de fechado há muito tempo e maltratado no exterior, encontra-se, por dentro, em boas condições e ainda se notam os restos do luxo que a

terá ocupado, tectos pintados, paredes forradas a papel e proprietários terem sempre recusado o aluguer da casa desabitada, os bancários estão dispostos a continuar as tentativas de negociação de um contrato de arrendamento durante a ocupação, que está sendo garantida por vários piquetes.

2 2 MAR. 1975

OCUPADO POR BANCÁRIOS UM PALACETE HÁ ANOS DESABITADO

Mais de cem mil pessoas vão beneficiar de instalações condignas para receberem assistência, devido à ocupação, ontem feita, do bonito e bem situado palacete, desabitado há oito anos, e sito na Rua Marquês de Fronteira, 16, próximo do Palácio da Justiça.

A ocupação vem na sequência das diligências efectuadas pelo Sindicato dos Bancários com a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de arranjar uma sede para a instalação dos seus serviços clínicos e de assistência, e na recusa, por parte das proprietárias (herdeiras de Ribeiro Ferreira) de lhes alugar a moradia, mesmo pelos 46 contos pedidos na lista das casas devolutas.

Esgotadas todas as possibilidades — os bancários continuam dispostos a dialogar com as proprietárias —, centenas de trabalhadores ocuparam ontem à tarde o palacete, mantendo-se ali piquetes de vigilância.

No prédio, com cerca de trinta divisões e rodeado de jardim, será criado um infantário, com a colaboração

da Junta de Freguesia, para as crianças das famílias mais desfavorecidas da área e instalados, nas traseiras, pavilhões prefabricados para os diversos serviços clínicos, enquanto no interior do palacete, cujo valor artístico deve ser preservado de acordo com a C. M. L., ficarão salas de espera, serviços de apoio, biblioteca e o infantário.

22 MAR. 1975

OS BANCÁRIOS DO P. P. D. PROPÕEM MEDIDAS CONCRETAS A ADOPTAR PELA BANCA

Em comunicado recentemente divulgado, o sector sócio-profissional dos bancários do P.P.D. propõe medidas concretas a adoptar pela banca, reafirmando que, «para além da necessidade de passagem a formas verdadeiramente socialistas participação dos trabalhadores na gestão) para se não cair num mero capitalismo de Estado, é preciso tomar medidas concretas e imediatas para um adequado funcionamento da banca nacionalizada.»

Assim, quanto a «selectividade do crédito» e «especialização sectorial» propõe:

«A selectividade do crédito tem agora de se exercer não em função de conhecimentos pessoais ou de favorecimento de empresas associadas, mas sim em função do interesse de cada projecto em termos nacionais, da sua viabilidade e consistência económica e da sua capacidade em criar novos postos de trabalho. É necessário que os decisores do crédito adquiram esta nova mentalidade que privilegia o interesse nacional e o consequente interesse dos trabalhadores.»

«Com vista a uma significativa melhoria no campo da selectividade do crédito propõe-se o lançamento de instituições especializadas por sectores de actividade tais como: habitação (que pode resultar da reconversão do Crédito Predial), agricultura e pescas, indústria, cooperativismo e comércio externo. Propõe-se, ainda a generalização crédito pessoal.»

Quanto a «cobertura regional», «processamento de ordenados» e «gestão democrática e socialização», os bancários do P.P.D. propõem:

«O Ministério das Finanças deve definir um critério que vise uma melhor harmonização na abertura de filiais e agências, com vista a uma real participação no desenvolvimento regional, em especial de zonas até agora mais desfavorecidas.

«Dentro desta linha de pensamento, pretende-se que a rees-

truturação da rede de agências não implique a criação de situações de desemprego ou de subutilização das capacidades profissionais dos trabalhadores.»

«Com incremento de hábitos de poupança e contribuição no campo da liquidez aliada à simplificação de processos administrativos, propõe-se que todos os funcionários públicos e trabalhadores de empresas públicas agora acrescidas com todos os Bancos e Companhias de Seguros) recebam os seus ordenados no mesmo dia e através de crédito em conta.

«Sendo os trabalhadores bancários uma classe com capacidade de intervenção na gestão das empresas, o que só é válido se definido através de processos democráticos, é chegada o momento de, em colaboração com o próprio Estado, se avançar com tal tipo de participação que o P.P.D. firmemente defende para a concretização de um verdadeiro socialismo democrático.»

22 MAR, 1975

Repudiadas afirmações de bancários

Dos funcionários da Repartição de Finanças do concelho de Soure, recebemos o comunicado que a seguir se transcreve e que representa a sua tomada de posição perante algumas afirmações proferidas no decorrer do último programa da R. T. P., «Teledomingo».

Tendo em conta as afirmações proferidas por alguns bancários no programa da R. T. P. «Teledomingo», de 16 do corrente mês, os trabalhadores da Repartição de Finanças do concelho de Soure, em reunião de hoje, aprovaram, por unanimidade o seguinte :

a) Considerando que o momento deve ser de unidade entre todos os trabalhadores para a construção conjunta de um Portugal verdadeiramente democrático e progressista;

b) Considerando que quaisquer atitudes tendentes a pôr em perigo esta unidade devem ser encaradas como atitudes divisionistas e favorecendo a reacção.

Propomos que : — 1 — se repudie, por infames e mentirosas as afirmações feitas por alguns bancários que atingiram injustamente a dignidade, brio profissional e espírito de sacrifício dos trabalhadores da função pública;

2 — Se dê a conhecer ao Sindicato dos bancários, classe altamente privilegiada, que os trabalhadores da função pública em número superior a 300 000, constituem uma força enorme e que não suportam atitudes demagógicas e divisionistas da parte de alguns (poucos) trabalhadores bancários;

3 — Se convide, tal como o fizeram os trabalhadores da Repartição de Finanças da Figueira da Foz, em comunica-

do publicado no «Diário de Coimbra», de 19 do corrente, um grupo de funcionários bancários, incluindo os palradores de Teledomingo, para um período que quiserem, efectuar uma permuta de actividades com um grupo de trabalhadores da função pública, que noderão ser trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, sem espírito de confrontação mas para que possam conhecer um pouco (muito pouco) da complexidade das tarefas que integram inúmeros serviços de quase todos os Ministérios.

Mais foi aprovado por unanimidade, enviar telegramas de gratidão e apoio a Sua Ex.^a o Presidente da República, Primeiro-Ministro e Conselho Superior da Revolução pelas nacionalizações da banca e seguros há pouco promulgadas.

23 MAR. 1975

Em Angola

Reclamada a nacionalização da Banca

(dependente dos antigos Bancos privados portugueses)

LUANDA, 21 — Continua a ter larga repercussão em Angola a nacionalização da Banca portuguesa. Já ontem o Sindicato dos Bancários, em reunião magna, tomou posição de apoio, e exige que idênticas medidas sejam tomadas em Angola, para benefício do povo.

Esta posição é reafirmada hoje num comunicado assinado não só pela direcção do Sindicato como também pelos delegados sindicais e pelas comissões de trabalhadores de Luanda. Diz o documento, a certo passo:

«Em Angola, onde os bancos existentes são propriedade total ou fortemente maioritária de bancos portugueses (agora nacionalizados) o povo habituou-se a não acreditar neles, tal como têm existido e actuado.

«O povo sabe que os bancos não têm existido entre nós para o servir, mas unicamente para apoiar as grandes empresas cujos lucros vão, por sua vez, para os próprios banqueiros ou para os seus parceiros no jogo de exploração a que se têm dedicado encarniçadamente. O povo sabe que os fabulosos lucros que os banqueiros embolsam vão sustentar caprichos ou luxos burgueses ou multiplicar-se em negócios que ao povo nada aproveita, mas antes constituem novas oportunidades de exploração das massas trabalhadoras.

«O povo sabe e os trabalhadores bancários melhor que ninguém que os bancos aqui estabelecidos não têm passado de armas capitalistas, portanto de exploração contra o povo.

«Por tudo isto e por muito mais que poderia dizer-se é indispensável que os bancos aqui estabelecidos deixem de ser o que têm sido. Eles têm de ser profundamente modificados e a sua administração assegurada em termos justos ao serviço do povo.

«Que os lucros que têm ido recheiar as algibeiras dum Cupertino de Miranda, dum António Champallimaud, dum Espírito Santo, etc. e respectivos clãs passem a transformar-se em casas dignas, escolas, hospitais e outros benefícios, numa palavra, em progresso e bem-estar para os Angolanos.

«Aos trabalhadores bancários que melhor que ninguém sabem o que os bancos têm sido para o povo, cabe a grande responsabilidade de participar activa e conscientemente na reforma das instituições que servem, exigindo em contrapartida que o Governo de Transição abra em Angola caminho para um novo passo vigoroso e firme como o que os nossos irmãos portugueses acabam de dar.

● A POSIÇÃO DOS GRUPOS ECONÓMICOS

Por outro lado, interesses financeiros angolanos instigaram o Governo de Transição do território a cortar vários laços económicos com Portugal para se evitar os efeitos das recentes medidas de nacionalização levada a cabo pelo Governo democrático de Lisboa e que apenas incidiram na banca e nos seguros, onde se estavam a verificar os mais aviltantes escoamentos do dinheiro do povo para fora do país.

Vinte e três grupos económicos, referentes à indústria, comércio e agricultura, apelaram para o Governo de modo a começar a considerar a velha mãe-pátria como um Estado estrangeiro.

O grupo disse nomeadamente que o Governo angolano deve assegurar a independência económica do ter-

ritório por meio de paralisação de transferência de fundos para o Banco de Portugal e promulgando a cunhagem de uma moeda padrão angolana.

O grupo pediu também medidas imediatas para que sejam transferidos para o território todos os interesses angolanos que ainda se encontram em Portugal, e para se iniciarem negociações com o Governo português a respeito da banca angolana e outras instituições económicas afectadas pela decisão de Lisboa em nacionalizar a banca e as companhias de seguros.

O grupo disse que as medidas portuguesas de nacionalização podem ter efeitos graves na economia angolana.

No entanto, as associações económicas e os grémios reafirmam que não está no seu propósito a nacionalização da banca do país, mas sim o seu controlo por instituições oficiais especializadas. — (A.N.I. e R.).

Afirmações de bancários repudiadas

Secretariado Provisório dos Trabalhadores da Administração local no Distrito de Coimbra

Os trabalhadores da administração local no distrito de Coimbra — Junta Distrital, Governo Civil e Câmaras Municipais — resolveram, através dos seus delegados, repudiar totalmente algumas afirmações produzidas no último Teledomingo da R. T. P. por empregados bancários.

Assim, os mesmos trabalhadores:

— Rejeitam toda e qualquer insinuação de que os bancários têm de ser pagos mediante remunerações especialmente favorecidas;

— Não reconhecem, de forma alguma, que o trabalho dos mesmos seja de maior complexidade ou de maior responsabilidade no sector dos serviços a que pertencem.

— Não aceitam que, no País novo que precisarmos de ver construído rapidamente, haja injustas e gritantes diferenças salariais en-

tre trabalhadores da função pública, onde agora cabem os bancários que, até aqui, dedicavam a sua actividade ao serviço de uma classe exploradora do povo português.

— Lembram que entre os trabalhadores da função pública não existem só os de serviços, mas que a grande maioria, auferindo salários de fome, são operários das mais diversas e difíceis actividades — encarregados da limpeza e conservação de esgotos, varredores, coveiros, marteleiros e outros.

— Afirmam que reacconário terá de ser classificado quem tendo adquirido situações de relativo privilégio não colabore com os demais trabalhadores na obtenção de mais justos direitos e obrigações.

Direcção-Geral de Fiscalização Económica (zonas de Coimbra)

Da Comissão Pró-Sindicato da Direcção-Geral de Fiscalização Económica, zona n.º 6, em Coimbra, recebemos com o pedido de publicação, o seguinte comunicado:

Trabalhadores da função pública da zona n.º 6, Coimbra, da Direcção-Geral de Fiscalização Económica, reunidos em plenário, depois de terem tomado conhecimento do comunicado dos seus camaradas trabalhadores da zona n.º 14, Porto, publicado na imprensa, solidarizam-se com o protesto expresso no referido comunicado e exigem que a sua heterogénea, extenuante e eficaz actividade, sem horas extraordinárias pagas, na defesa do povo consumidor seja devidamente apreciada e publicamente reconhecida, repudiando as mordazes insinuações que foram proferidas pelos representantes do Sindicato dos trabalhadores bancários, declarações feitas no programa Teledomingo, da R. T. P., no pretérito dia 16. Concluíram ainda os trabalhadores agora reunidos que as palavras então proferidas são menos próprias de pessoas que se dizem ser democratas ao serviço da reconstrução dum País novo e, que ao iniciarem os primeiros passos ao serviço autêntico do povo, o fazem já com discriminação, procurando dessa forma justificar benefícios bancários, e diferenças salariais que já auferiam antes de 25 de Abril e continuam a auferir, mormente desejando ignorar as dificuldades económicas que o País atravessa.

Este núcleo de trabalhadores mais uma vez afirma o seu incondicional apoio ao programa do M.F.A., ao governo Provisório, ao Conselho da Revolução e todo o povo tr

24 MAR. 1975

COIMBRA

MANIFESTAÇÕES DE REPÚDIO À POSIÇÃO DOS BANCÁRIOS

Os trabalhadores da administração local do distrito de Coimbra (Governo Civil, câmaras municipais e Junta Distrital) decidiram, através dos respectivos delegados, repudiar totalmente algumas das afirmações proferidas no programa «Teledomingo» da RTP por funcionários bancários. Em comunicado que divulgaram, afirmam que rejeitam toda e qualquer insinuação de que os bancários têm de ser pagos mediante remunerações especialmente favorecidas, e não reconhecem de forma alguma

que o trabalho dos mesmos seja de maior complexidade ou responsabilidade do que o sector dos serviços a que pertencem. Depois de afirmarem que não aceitam que no país novo que precisamos de ver construído rapidamente, haja injustas e gritantes diferenças salariais entre trabalhadores da função pública, onde agora cabem os bancários que, até aqui, dedicavam a sua actividade ao serviço de uma classe exploradora do povo português, lembram que entre os trabalhadores da função pública a grande maioria, auferindo salários de fome, são operários das mais diversas e difíceis actividades — encarregados de limpeza e conservação de esgotos, varredores, cozeiros, marfalsiros e outros.

Por fim, afirmam «que reac-

cionista terá de ser classificada quem, tendo adquirido situações de relativo privilégio, não colabore com os demais trabalhadores na obtenção de mais justos direitos e obrigações».

25 MAR. 1975

FOCOBA

FOMENTO DE CONSTRUÇÕES DOS BANCÁRIOS, S. A. C. R. L.

Rua de Rodrigues Sampaio, 138, 3.º — Lisboa-2

CONVOCAÇÃO

Nos termos dos estatutos, convoco a assembleia geral da sociedade para reunir ordinariamente, em primeira convocação, na Rua de Rodrigues Sampaio, 138, 3.º, em Lisboa, no próximo dia 31 do corrente mês, pelas 21 horas e 30 minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Apreciar, discutir e votar o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974.

Não havendo número legal de associados para deliberar em primeira convocação, fica desde já convocada a mesma assembleia para reunir, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de sócios.

Lisboa, 11 de Março de 1975. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *José Cavalheira Antunes*.

25 MAR. 1975

AINDA O «TELEDOMINGO» DEDICADO AOS BANCARIOS

«Chamar situação de subemprego a quem sempre justificou o mísero preço pago pelo seu trabalho e apelidar de reaccionária qualquer intenção de reajustamento da tabela salarial é esquecer os condicionaismos políticos da nossa acção e o desnível de vencimentos pagos a quem servia directamente os capitalistas e a quem servia directamente apenas a administração pública que os protegia», observa a Comissão Pró-Sindical dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos-Zona Sul (distritos de Beja, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal), que enviou ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves um telegrama repudiando afirmações produzidas no controverso «Teledomingo» dedicado aos trabalhadores bancários.

Idêntico sentido se contém em textos subscritos por trabalhadores das Contribuições e Impostos da Repartição de Finanças de Valpaços, da Associação Pró-Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Direcção de Estradas do Distrito de Portalegre e dos trabalhadores da Repartição de Finanças do Concelho de Chaves.

23 MAR. 1975

Bancários de Viana do Castelo debateram a nacionalização

Acedendo a uma sugestão do Governador Civil do distrito, comandante Paulo Teixeira, os bancários desta cidade através dos seus delegados do Sindicato e dos diferentes estabelecimentos locais, levaram a efeito, no salão nobre do Governo Civil, uma reunião que congregou a quase totalidade dos trabalhadores da banca e diversas pessoas interessadas e durante a qual foi debatida a recente nacionalização da Banca; do Porto, para servir de orientador, deslocou-se o dirigente sindical, dr. João Neves, que foi apresentado à assistência pelo delegado do Sindicato neste distrito, Amândio Silva.

Depois do Chefe do distrito ter aberto a sessão com palavras esclarecedoras da sua finalidade, usaram de palavras, sucessivamente, os bancários Teotónio Barreto, Marçal Teixeira e, João Neves. Este dirigente sindical, fez uma expo-

sição muito clara e ampla, da medida governamental, inserida numa política de pôr a banca ao serviço autêntico do povo e da nacionalidade, criticando todo um sistema de exploração e desvioionismo de que se revestia o sistema capitalista banido.

Finda essa exposição, foi a altura de se estabelecer amplo diálogo entre os profissionais presentes, tendo a sessão, globalmente, revestido de extraordinário interesse.

Amândio Silva, delegado distrital do Sindicato Bancário, pediu-nos para publicamente noticiarmos que os delegados sindicais estão inteiramente ao dispôr de entidades distritais que desejem promover destas sessões de esclarecimento que, além do seu aspecto técnico e profissional, querem levar às populações o sentido de confiança que devem testemunhar em face da medida tomada.

24 MAR. 1975

Bancários comunistas debateram a situação política actual

PORTO — Os trabalhadores bancários comunistas do Porto promoveram, na sede da Cooperativa do Povo Portuense, uma sessão de esclarecimento sobre a nacionalização da banca e as suas perspectivas quanto ao futuro. Presentes algumas dezenas de trabalhadores, sendo a sessão dirigida por António Simões, Avelino Gonçalves e Carlos Pimenta.

António Simões falou do «Partido Comunista e a situação política» e Carlos Pimenta tratou o tema «A banca nos países socialistas». Este último aludiu às nacionalizações bancárias na União Soviética, feitas por Lenine, para depois se situar na actualidade e na realidade bancária da U.R.S.S. e da Hungria. Citou, ainda, que na União Soviética existem praticamente três instituições bancárias — um banco principal, um banco destinado a financiamentos a longo prazo e as chamadas «caixas económicas», destinadas á pequena poupança.

No final, estabeleceu-se diálogo, em que muitos bancários foram esclarecidos sobre o que poderá vir a ser o futuro da banca e dos trabalhadores. Foi ainda salientado que a melhoria da banca, não poderá ser feita á custa do desemprego do trabalhador bancário.

3 0 MAR. 1975**FUNCIONÁRIOS
PÚBLICOS...****...FUNCIONÁRIOS
BANCÁRIOS**

No artigo com o título em epígrafe saiu, como seu autor, o nome do sr. João Crisóstomo de Jesus Nunes, quando, afinal, este texto era produto dum grupo de funcionários, tendo sido, aquela pessoa apenas o portador dessa exposição que nos foi trazida, por ele, para publicação.

Aqui fica, para quem interessar, a devida rectificação.

Aos trabalhadores bancários e da função pública

Com o pedido de publicação, recebemos dos Sindicatos dos Empregados Bancários dos distritos de Coimbra, Lisboa e Porto o seguinte comunicado:

«Têm chegado ultimamente aos nossos Sindicatos inúmeros documentos de apoio à nossa luta e moções de regozijo pela nacionalização da Banca. Igualmente têm chegado calorosos testemunhos de solidariedade para com o nosso contributo ao avanço do actual processo revolucionário. Porém, a par das provas de fraternidade de outros trabalhadores para com os bancários temos nos últimos dias recebido documentos de repúdio relativos a determinadas afirmações feitas no Teledomingo de 16-3-75.

A este respeito cabe referir que ninguém em nome destas Direcções se referiu à função pública. Houve é certo, um bancário que, em resposta a uma pergunta de um tele-espectador anónimo sobre as futuras implicações laborais dos trabalhadores da função pública, resultante da nacionalização da banca esse bancário foi menos feliz na sua resposta, não reflectindo, estamos certos, nem as suas convicções pessoais nem tão pouco a ética sindical do nosso sector. Houve, portanto uma certa improvisação na argumentação, o que sincera e profundamente lamentamos. Porém, se por um lado temos a humildade de publicamente reconhecer o equívoco acidentalmente cometido para com os trabalhadores da função pública, a quem nos ligam os mais profundos sentimentos de fraternidade, temos por outro lado, a maior firmeza em declarar que não são justos os termos usados por alguns trabalhadores, repetimos, acidentalmente atingidos com a denúncia pública, contra nós desenvolvida em várias localidades. Por isso chocamos profundamente o teor de vários documentos recebidos que, transformando uma tempestade num copo de água, acabam por

ter efeitos corrosivos na luta unitária de todos nós. Aproveitar-se um descuido, empolar-se uma frase, pretender-se ajuizar sumariamente intenções que não se têm, e frases que não se disseram, é uma actuação contrária a uma ética sindical que objectivamente estimula a desunião, caustica as relações e enfraquece a solidariedade.

E em nome de quê se procede assim?

Porque não se provocou um esclarecimento em vez de se vir a terreiro *agitando literatura deslocada* das realidades e estigmatizando um sector que tem sido um lutador consequente pela destruição da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade mais livre e mais fraterna?

Temos para nós que a maioria dos trabalhadores da função pública não comunga com os termos dos referidos documentos e que parte dos mesmos foi elaborado debaixo de um clima emocional. Contudo, não queremos deixar de alertar todos os trabalhadores para eventuais aproveitamentos de pequenos pretextos, por parte de quem, não tendo em conta a luta de classes, a consolidação da via democrática e o avanço do processo revolucionário está a «olho vivo e pé leve» sempre disposto a entrar, bloquear e até fazer retroceder as conquistas alcançadas após o 25 de Abril.

Finalmente não deixamos de reconhecer as insuficientes condições laborais da maior parte do funcionalismo público, cujos proventos salariais não lhes permitem uma vida suficientemente desafogada.

Urge, portanto, que tal estado de coisas, seja modificado.

Porém, é preciso ter em atenção que as distorções existentes ao nível das diferenças salariais entre os diversos sectores profissionais são uma herança do fascismo que «dividia para reinar» e que tal situação só pode ser ultrapassada se todos os trabalhadores portugueses valorizando aquilo que os une e marginalizando aquilo que os possa dividir souberem unir-se.»

27 MAR. 1975

SINDICATOS BANCÁRIOS

COMUNICADO

Têm chegado, ultimamente, aos Sindicatos inúmeros documentos de apoio à nossa luta e moções de regozijo pela nacionalização da Banca.

Igualmente têm chegado calorosos testemunhos de solidariedade para com o nosso contributo no avanço do actual processo revolucionário. Porém, a par das provas de fraternidade de outros trabalhadores para com os bancários, temos, nos últimos dias, recebido documentos de repúdio relativos a determinadas intervenções feitas no «Teledomingo» do dia 16/3/75.

A este respeito cabe, referir que, ninguém, em nome das Direcções se referiu à função pública. Houve, certo, um bancário que, em resposta a uma pergunta de um telespectador anónimo sobre as futuras implicações laborais dos trabalhadores de função pública resultante da nacionalização da Banca, foi menos feliz na sua resposta, não reflectindo, disso estamos certos nem as suas convicções pessoais nem tão pouco a ética sindical do nosso sector.

Houve, portanto, uma incorrecta argumentação o que sincera e profundamente lamentamos.

Porém se, por um lado, temos a humildade de, publicamente, reconhecer o equívoco accidentalmente cometido para com os trabalhadores da função pública, a quem nos ligam os mais profundos sentimentos de fraternidade, temos, por outro lado, a maior firmeza em declarar que não é justo os termos usados por alguns trabalhadores repetidos accidentalmente atingidos, com a denúncia pública contra nós desenvolvida em várias localidades.

Por isso chocamos, profundamente, o teor de alguns documentos recebidos que, transformando uma «tempestade num cope de água», acabam por ter efeitos corrosivos na luta unitária de todos nós.

Aproveitar-se um descuido, empolar-se uma frase, pretender-se ajuizar sumariamente intenções que não se têm em frases que não se disseram como alguns fizeram — e uma actuação contrária a uma ética sindical que, objectivamente, estimula a desunião, caustica as relações e enfraquece a solidariedade.

E em nome de quê esses alguns procedem assim?

Porquê não provocaram um esclarecimento em vez de virem ao terreiro agitando literatura deslocada às realidades e estigmatizando um sector que tem sido um lutador consequente pela destruição da exploração do homem pelo homem e pela construção de uma sociedade mais livre e mais fraterna?

Temos para nós que a maioria dos trabalhadores da função pública não comunga com os termos dos referidos documentos e que parte dos mesmos foi elaborado debaixo dum clima emocional.

Contudo não queremos deixar de alertar todos os trabalhadores para eventuais aproveitamentos de pequenos pretextos por parte de quem, não tendo em conta a luta de classes, a consolidação da via democrática e o avanço do processo revolucionário, está «a olho vivo e pé leve» sempre disposto a entrar, bloquear e até fazer retroceder as conquistas lançadas após o 25 de Abril.

Finalmente não deixamos de reconhecer as insuficientes condições laborais da maior parte do funcionalismo público cujos proventos salariais não lhes permitem uma vida suficientemente desafogada.

Porém, preciso ter em atenção que as distorções existentes a nível das diferenças salariais entre os diversos sectores profissionais são uma herança do fascismo que «dividia para reinar» e que tal situação só pode ser ultrapassada se todos os trabalhadores portugueses valorizando aquilo que os une e marginalizando aquilo que os possa dividir, souberem unir-se.

Lisboa, 26 de Março de 1975

UNIDOS VENCEREMOS

SINDICATO BANCARIOS COIMBRA

SINDICATO BANCARIOS LISBOA

SINDICATO BANCARIOS PORTO

27 MAR. 1975

A poupança vai ser efectivamente posta ao serviço do povo

AFIRMAM OS BANCÁRIOS NUM COMUNICADO DISTRIBUÍDO PELO RESPECTIVO SINDICATO

A Comissão de Delegados do Distrito de Ponta Delgada do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa enviou-nos, com pedido de publicação, o seguinte comunicado:

Atendendo à recente decisão do Conselho superior da Revolução quanto à Nacionalização da Banca entende a Comissão Distrital de Delegados ser necessário fazer alguns esclarecimentos à população evitando assim a propagação de boatos alarmistas, que só poderão vir a prejudicar o bom funcionamento da Banca, a qual neste momento e mais do que nunca, se encontra empenhada no progresso do País e na salvaguarda dos verdadeiros interesses do POVO PORTUGUÊS.

Nos últimos tempos e face a manobras organizadas por alguns Banqueiros, levando as Instituições de Crédito a situações graves pelas quais se ponha em perigo a economia do País e a própria segurança de emprego de milhares de trabalhadores, não podiam estes deixar de analisar profundamente tal situação.

Após largos debates concluiu-se que só com a Nacionalização se poderia garantir e salvaguardar os interesses do Povo Português, que à Banca tinha confiado as suas poupanças, as quais não eram canalizadas para sectores que viessem a beneficiar o País mas sim para as Empresas satélites dos Bancos.

Os financiamentos não eram efectuados em atenção aos interesses colectivos mas sim, a particularismos de amizades e posições de Empresas monopolistas, levando-se assim à falência as pequenas e médias Empresas que se viam a braços com problemas de tesouraria, resultantes dos aumentos salariais e dos custos de matérias primas.

Para além dos factos já apontados ainda surge a agravante das fugas de capitais na ordem dos MILHÕES DE CONTOS, o que se prova com documentos postos à disposição do Sindicato pelos trabalhadores Bancários.

Em face das irregularidades apresentadas espera-se a compreensão e adesão do POVO às medidas agora tomadas, canalizando toda a poupança para as Instituições Bancárias, na certeza de que a partir de agora, essa poupança vai ser efectivamente posta ao

serviço do Povo e mais do que nunca serão salvaguardados os seus interesses.

Para garantia do exposto as Estruturas Sindicais mantêm-se a par com todos os trabalhadores do sector em contínua vigilância, estando já asseguradas todas as transacções Bancárias.

VIVA A BANCA AO SERVIÇO DO POVO

VIVA O POVO PORTUGUÊS

28 MAR. 1975

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS...

...FUNCIONÁRIOS BANCÁRIOS

Se queremos criar polémicas nem lutas de classes, não nos podemos calar perante as insinuações caluniosas e degradantes que fazem profusões contra os FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, no Teledomingo dedicado à Nacionalização da Banca.

Os vexames deliberadamente lançados contra uma classe que tem sofrido na carne o facto de ser servidora do Estado, são bem conhecidos, mas são por demais humilhantes para que se cale o grito de revolta que temos tentado abafar.

Todos sabemos que neste PORTUGAL se luta por uma sociedade sem classes. Elas efectivamente ainda existem e tomam em não querer desaparecer; sabemos também que foi o capitalismo, suporte do fascismo, que fez nascer a classe dos «Bancários» verdadeiramente privilegiada, constituindo por isso uma classe superior.

Pois ficou bem patente no Teledomingo a que nos referimos: que os bancários não querem perder o seu privilégio.

Dizem-se com o GOVERNO PROVISÓRIO, mas carem, não ficou por demais provado que o governo que lhes garantia era aquele que lhes garantia os privilégios?

Falou-se em muito coisa nesse programa e tudo serviu para humilhar os FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS desde que houvesse relação com estes.

A insinuação das afirmações produzidas e o fascismo revelado levam-nos a supor que o delegado dos «Bancários» não tratou o pensar de quem nele delegou as funções de representação (acreditamos sinceramente nisso), mas fotografou-se e arrolou o título: FASCISTA.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

Capacidade de trabalho...

Complexidade de trabalho...

Não nos façam rir... Sobre capacidade e complexidade (trabalhamos com mais de uma dezena de impostos e ainda a serviço de execuções financeiras), que vos respondam os muitos funcionários que já passaram pelos esses serviços e hoje pertencem à vossa classe.

tas disparidades entre as nossas classes.

Consideramos que este problema não surge só em relação a dinheiro, lembramos por exemplo, que quando pouco depois do 25 de Abril foram nacionalizados 2 bancos com representação na nossa praça, nem uma só voz se levantou a falar no problema financeiro.

Os funcionários públicos estão acima da pobreza que representaria condenável inveja da situação privilegiada dos «Bancários». Não são os «Bancários» que ganham muito, nós é que ganhamos pouco, e em questão de vencimento há serviços públicos ainda piores que nós.

Que velhacaria insinuar respo-

ção no seio dos Funcionários Públicos. Mais uma vez lhe dizemos que fique descançado, porque a nossa reacção é enérgica mas para com a sua soja demagogia. Sabemos bem que a JUSTIÇA à nossa causa de bem servir será feita a seu tempo.

Esqueçam-se os «Bancários» que até ao 25 de Abril o seu trabalho só serviu para dar fortuna a meio dúzia de indivíduos. Agora sim, a vossa função é dirigida ao BEM PÚBLICO, COMO SEMPRE FOI A NOSSA.

As tentativas de criar sectarismos não podem ser bem aceites no PORTUGAL de hoje, lembre-se que a união faz

a força e as suas palavras, que energicamente repudiamos, não ajudam em nada a democracia que desejamos.

A sua demagogia faz-nos lembrar os governantes de outros tempos; as palavras que nos dirigiam quando resolviam dar mais um migalho eram idênticas às suas.

Os funcionários da Repartição de Finanças do Funchal

NOTA: Queremos deixar bem vincado que os «Bancários» em geral não são o alvo da nossa carta, mas por outro lado não esqueçamos que o nosso ofensor público era representante dos «Bancários».

João Crisóstomo de Jesus Nunes



SÉCULO - 28 MAR 1975

Críticas aos bancários

Os trabalhadores da repartição concelhia de Finanças, de Porto de Mós, repudiam as afirmações feitas, em 16 do corrente, por um dos representantes da classe dos bancários, no programa da Televisão — «Tele-Domingo» e, num comunicado distribuído aos órgãos de Informação, põem em destaque alguns pontos que definem o que tem sido uma classe de elite, como a dos bancários.

A certo ponto desse comunicado lê-se: «São os bancários que se arvoram agora em defensores do povo, com quem nunca estiveram identificados, e não têm pejo algum em diminuir e ofender a classe dos funcionários que, numa marginalização intencional, têm vivido todos estes anos, à procura de um «lugar ao sol» nunca conseguido.»

A terminar o comunicado, os trabalhadores da citada repartição fazem um apelo para que os funcionários públicos contribuam para o desenvolvimento da Nação..

JORNAL DO FUNDÃO

FUNDÃO

29 MAR. 1975

■ O Sindicato dos Bancários revelou que durante os primeiros quatro dias de gestão das comissões administrativas que assumiram a responsabilidade pelo funcionamento dos bancos após a sua nacionalização, já foram recuperados mais de um milhão de contos desviados para operações fraudulentas.

O PRIMEIRO DE JANEIRO

PORTO

30 MAR. 1975

**Trabalhadores
bancários
num
encontro-colóquio
sobre
«Nacionalização
da Banca»**

Realizar-se-á no próximo dia 1 de Abril, na F.N.A.T. (Praça da Batalha), pelas 21 horas, um encontro-colóquio de trabalhadores bancários subordinado ao tema «Nacionalização da Banca», com a participação de: Avelino Gonçalves (Intersindical), Júlio Ribeiro (Sindicato dos Bancários), Dr. Armando de Castro (Director da Fac. de Economia), Dr. Arnaldo Flemming (Assistente da Fac. de Economia), Dr. Alberto de Castro (Assistente da Fac. de Economia), Dr. Miguel Cadilhe (Assistente da Fac. de Economia), Dr. Sardinha Neves (Economista), Dr. Fernando Luz Soares (Economista), Dr. Rodrigo de Montzuma (Economista), Dr. Strecht Ribeiro (Advogado), Dr. Aurtur Santos Silva (Advogado).

31 MAR. 1975

TRIBUNA DO LEITOR**A RELIGIÃO, A REVOLUÇÃO****A NACIONALIZAÇÃO****E A CONFUSÃO DAÍ RESULTANTE**

Do nosso leitor sr. Adriano Teixeira, do Porto, recebemos a seguinte carta:

«Na edição de 24, em secção TRIBUNA DO LEITOR, a sra. D. Maria Ramos Pereira Martiniano apresenta uma dúvida sob a epígrafe «Final em que ficamos» quanto à transcrição do colunista de MOMENTO de uma opinião de Salgado Zenha sobre se não se irão sentar nas poltronas de administradores de Banco do regime capitalista, outros administradores ainda mais «reaccionários», passe o termo que é da minha autoria.

Insurge-se a sra. Dona Maria contra a falta de confiança do sr. Salgado Zenha e também do colunista de «República», indo ao ponto de perguntar se não se confia no governo ou se estamos do lado da reacção.

Como pede esclarecimento que o jornal não dá, como é óbvio porque do escrito cada qual tirará as ilacções que entender, eu desejava perguntar à sra. Dona Maria se me pode responder, também, a esta outra pergunta que formulei aqui:

Qual o motivo por que depois de um acto considerado tão revolucionário como foi a

nacionalização da Banca, apoiado pelo povo, pelas classes trabalhadoras, pelos sindicatos, pela Intersindical e como não podia deixar de ser, pelos partidos políticos, os Bancos, tal como se fazia no tempo do fascismo, do capitalismo, do caciquismo religioso, do reaccionarismo de sacristia, ENCERRAM NA TARDE DE QUINTA FEIRA SANTA PARA REABRIREM SOMENTE NA SEGUNDA-FEIRA DE PASCOELA?!...

Será pelo muito trabalho dos empregados bancários na semana da nacionalização?»

N. R. — Bom seria que se não confundisse revolução com anticlericalismo. Se a nacionalização da Banca foi um acto revolucionário apoiado por todos, a começar pelos próprios trabalhadores do sector, cuja luta e vigilância só de má-fé se podem contestar, já o mesmo se não pode dizer de ideias ou atitudes que vão contrariar a crença religiosa de cada um. Assim, parece-nos perfeitamente justo que trabalhadores católicos cumpram os ritos das suas religiões, uma vez que estes não vêm contrariar o processo em curso.

31 MAR. 1975

A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA

— TEMA DE COLÓQUIO DE BANCÁRIOS

A nacionalização da banca será o tema de um encontro-colóquio de trabalhadores bancários que se realiza amanhã, na FNAT (à Praça da Batalha), pelas 21 h. com a participação de Avelino Gonçalves (Intersindical), Júlio Ribeiro (Sindicato dos Bancários), dr. Armando de Castro, (director da Faculdade de Economia), drs. Arnaldo Fleming, Alberto de Castro e Miguel Cadilhe (assistentes da Faculdade de Economia), drs. Sardinha Neves Fernando Luz e Rodrigo de Montzuma (economistas) e drs. Strech Ribeiro e Artur Santos Silva (advogados).

A BANCA E A SABOTAGEM ECONÔMICA

